BALDO S/A. - Comércio, Indústria e Exportação e Empresas Controladas - CNPJ Nº 91.473.678/0001-47:

<u>**Relatório da Diretoria:**</u> Em cumprimento às disposições de ordem legal e estatutária, é com grande prazer que esta diretoria submete à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultados e as demais Demonstrações Financeiras de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página deste mesmo jornal na internet, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Nesta oportunidade, externamos o nosso reconhecimento aos senhores acionistas e aos colaboradores pelo apoio que têm prestado à nossa administração. Para qualquer esclarecimento colocamo-nos ao inteiro dispor de V. Sas. Encantado, RS, 06 de fevereiro de 2026.

Conforme as informações exigidas pela Lei nº 15.177/2025, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76, ao término do exercício de 2025, a Companhia contava com 374 (352 em 2024) empregados, dos quais 86 (2024:70) mulheres, correspondendo a 22,99% do quadro total. A distribuição por níveis hierárquicos foi a seguinte: Nível I - 07 (idem 2024) cargos, dos quais 01 (idem 2024) ocupado por mulher (14,29%); Nível II - 14 (idem 2024) cargos, dos quais 2 (idem 2024) ocupados por mulheres (14,29%); Nível III - 350 (331 em 2024) cargos, dos quais 83 (70 em 2024) ocupados por mulheres (23,71%). Para maiores informações sobre as práticas de equidade salarial adotadas pela Baldo podem ser encontradas no Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens em seu site https://www.baldo.com.br/social.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
Circulante	exp.	2025	2024	2025	2024
Caixa e equiv. de caixa	4	14.544	9.802	28.069	23.897
Aplicações financeiras	5	787.931	728.727	936.781	873.250
Instrum. financeiros derivativos	14	1.548	47	1.548	47
Cts a receber de clientes	6	28.271	26.258	45.674	48.546
Estoques	7	208.291	206.489	230.242	220.806
Tributos a recuperar	8	10.338	9.166	12.705	9.481
Créd.c/partes relacionadas	12	17.500	5.383	17.500	5.383
Adiantamentos a terceiros		592	349	592	349
Despesas antecipadas		1.248	1.659	1.742	1.659
Outros valores a receber		-	-	995	704
Total do ativo circulante		1.070.263	987.880	1.275.848	1.184.122
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	11.678	12.604	11.678	12.604
IR e contrib. social difer.	19	2.469	4.818	10.006	11.500
Créditos c/partes relacion.	12	16.252	-	16.252	-
Depósitos judiciais		3.133	3.126	3.133	3.126
Investimentos	9	286.773	325.493	150.267	191.070
Invest. em outras empr.		5.468	4.048	5.468	4.048
Propriedade p/investim.	11	2.011	2.011	2.011	2.011
Imobilizado e intangível	10	116.491	85.271	139.424	108.413
Total do ativo não circul.		444.275	437.371	338.239	332.772
Total do ativo		1.514.538	1.425.251	1.614.087	1.516.894

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
Circulante	exp.	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	14	36.654	46.805	38.996	48.474
Instrum. financ. derivat.	14	-	363	-	363
Obrig. trabalh. e sociais	13.2	15.389	5.484	19.260	9.189
Obrigações fiscais		13.520	17.428	13.950	18.667
Adiantamentos de clientes		256	276	2.004	2.090
Outras contas a pagar		-	-	6.147	2.946
Total do passivo circulante		65.819	70.356	80.357	81.729
Não circulante					
Débitos c/partes relacion.	12	136.706	168.859	136.706	168.859
Obrigações fiscais		2.911	2.911	2.911	2.911
Outras contas a pagar		-	-	3.558	3.579
Total do passivo não circul.		139.617	171.770	143.175	175.349
Patrimônio líquido	15				
Capital social		1.000.000	600.000	1.000.000	600.000
Reservas de lucros		277.295	548.802	277.295	548.802
Outros result. abrangentes		31.807	34.323	31.807	34.323
Participação dos acionistas controladores		1.309.102	1.183.125	1.309.102	1.183.125
Particip. dos acionistas não controladores		-	-	81.453	76.691
Total do patrimônio líq.		1.309.102	1.183.125	1.390.555	1.259.816
Total do passivo e patrimônio líquido		1.514.538	1.425.251	1.614.087	1.516.894

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro antes do IR e da contribuição social	264.156	238.009	288.620	267.376
Ajustes por:				
Depreciação/amortização do ativo imobilizado e intangível	6.878	6.068	7.776	7.190
Resultado da equivalência patrimonial	(60.595)	(60.924)	(38.331)	(30.324)
Custo do imobilizado e intangível baixado	403	345	460	385
Prov. p/devedores duvidosos	(16.086)	540	(16.131)	561
Provisão p/processos trabalh.	-	(286)	-	(286)
Provisão (reversão) para perdas valor recuperável de ativos	675	(1.803)	675	(1.803)
Hedge AVJ	(1.911)	363	(1.911)	363
Outras provisões (reversões)	9.441	(44)	12.259	(879)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	14.073	9.657	18.658	7.539
(Aum.) redução nos estoques	(2.454)	11.891	(9.785)	15.025
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(246)	3.666	(246)	3.666
Aumento em outras contas a receber	161	(401)	(2.590)	32
Aumento (redução) em fornecedores	(10.159)	4.084	(9.544)	4.304
Redução em adiantamentos de clientes	(20)	100	(20)	100
Redução em impostos e contrib. sociais a recolher	(32.218)	(38.078)	(32.218)	(38.078)
Aumento em obrig. sociais	449	118	449	118
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	-	487	(4.504)
Dividendos/juros sobre o capital próprio pagos	(116.600)	(26.161)	(126.612)	(35.469)
IR e contrib. social pagos	(22.059)	(12.787)	(33.024)	(23.253)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.888	134.357	58.972	172.063
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aum. em aplicações financ.	(59.204)	(145.623)	(64.570)	(164.735)
Aquisição em investimentos	(1.420)	(1.020)	(1.420)	(1.020)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(38.501)	(17.568)	(39.443)	(18.555)
Dividendos recebidos	69.979	21.150	50.765	3.646
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(29.146)	(143.061)	(54.668)	(180.664)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(132)	1.753
Aum. (redução) líq. do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.742	(8.704)	4.172	(6.848)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.802	18.506	23.897	30.745
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.544	9.802	28.069	23.897

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota exp.	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida de vendas	16	644.382	638.869	750.949	763.059
Custo dos prod. vendidos e dos serviços prestados	17	(493.190)	(499.791)	(511.477)	(528.406)
Lucro bruto		151.192	139.078	239.472	234.653
Despesas com vendas	17	(14.476)	(16.164)	(31.728)	(31.480)
Desp. gerais e administrat.	17	(34.236)	(21.419)	(69.499)	(51.437)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(631)	(1.083)	(454)	(933)
Resultado de equivalência patrimonial	9	60.595	60.924	38.331	30.324
		11.252	22.258	(63.350)	(53.526)
Resultado operac. antes do resultado financeiro		162.444	161.336	176.122	181.127
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	18	103.493	73.314	114.607	82.948
Despesas financeiras	18	(631)	(867)	(637)	(870)
Variação cambial, líquida	18	(1.150)	4.226	(1.474)	4.172
		101.712	76.673	112.496	86.250
Lucro antes do IR e da contribuição social		264.156	238.009	288.618	267.377
IR e contribuição social					
Corrente	19	(35.273)	(41.283)	(44.884)	(53.225)
Diferido	19	(2.366)	814	(1.484)	764
		(37.639)	(40.469)	(46.368)	(52.461)
Lucro líquido do exercício		226.517	197.540	242.250	214.916
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Partic. dos acionist. control.		-	-	226.517	197.540
Participação dos acionistas não controladores		-	-	15.733	17.376
		-	-	242.250	214.916
Lucro líquido por ação		0,2265	0,3292		

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	226.517	197.540	242.250	214.916
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente p/a demonstr. do resultado:				
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior	(967)	16.571	(1.493)	25.400
Derivativos - *hedge* de fluxo de caixa	(31)	(439)	(31)	(439)
Outros result. abrangentes	(192)	57	(192)	57
Total de outros resultados abrangentes	(1.190)	16.189	(1.716)	25.018
Total do resultado abrangente do exercício	225.327	213.729	240.534	239.934
Resultado abrangente do exercício atribuível a:				
Particip. dos acionistas control.	225.327	213.729	225.327	213.729
Participação dos acionistas não controladores	-	-	15.207	26.205
	225.327	213.729	240.534	239.934

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva de lucros	Outros result. abrangentes	Lucros acumulados	Participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	600.000	71.562	25.501	323.649	18.664	-	1.039.376	59.822	1.099.198
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	197.540	197.540	17.376	214.916
Ajustes de conversão de investim. no exterior de controladas	-	-	-	-	16.571	-	16.571	8.829	25.400
Outros resultados abrangentes	-	-	-	57	(439)	-	(382)	-	(382)
Transferência da parcela do custo atribuído depreciada no exercício	-	-	-	-	(473)	473	-	-	-
Const. reserva incentivos fiscais doação e subvenção - JV	-	-	7.277	-	-	(7.277)	-	-	-
Transferência da parcela reserva incent. Fiscal capitalizada na JV	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	9.877	-	110.879	-	(120.756)	-	-	-
Dividendos e juros s/o cap. próprio	- -	-	-	-	(69.980)	(69.980)	(9.336)	(79.316)	
Saldos em 31 de dez. de 2024	600.000	81.439	32.778	434.585	34.323	-	1.183.125	76.691	1.259.816
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	226.517	226.517	15.733	242.250
Ajustes de conversão de investim. no exterior de controladas	-	-	-	-	(967)	-	(967)	(526)	(1.493)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(192)	(31)	-	(223)	-	(223)
Aumento de capital com reservas	400.000	(81.439)	(17.778)	(299.622)	(1.161)	-	-	-	-
Transferência da parcela do custo atribuído depreciada no exercício	-	-	-	-	(357)	357	-	-	-
Const. reserva incentivos fiscais doação e subvenção – JV	-	-	13.948	-	-	(13.948)	-	-	-
Transferência da parcela reserva incent. Fiscal capitalizada na JV	-	-	(15.000)	15.000	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	11.326	-	102.250	-	(113.576)	-	-	-
Dividendos e juros s/o cap. próprio	-	-	-	-	-	(99.350)	(99.350)	(10.445)	(109.795)
Saldos em 31 de dez. de 2025	1.000.000	11.326	13.948	252.021	31.807	-	1.309.102	81.453	1.390.555

Notas Explicativas às Demonstrações Fnanceiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Baldo S.A. - Comércio, Indústria e Exportação ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída no Brasil, com sede e principal endereço de negócios na Rua Leonel Sangalli, 1.210, Bairro São José, em Encantado - RS, sendo a entidade controladora da empresa Canarias S.A. e com uma controlada em conjunto (*joint venture*) Goemil S.A. Indústria de Produtos Alimentícios. A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização, comercialização e exportação de soja ou outras sementes oleaginosas e seus derivados, bem como a industrialização, comercialização e exportação de erva-mate e chá-mate. **2. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2026. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os critérios de consolidação previstos nas práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as operações da Companhia e da seguinte empresa controlada:

Empresa	Localização	Participação direta 2025	Participação direta 2024
Canarias S.A.	Uruguai	64,78%	64,78%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, merecem destaque as seguintes práticas: • A Companhia e suas controladas diretas adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais, sendo que as demonstrações financeiras da empresa controlada no exterior foram convertidas para Reais (R$) pela cotação do câmbio vigente na data do balanço para ativos e passivos e pelas taxas médias para as contas da demonstração do resultado, e adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. • Os saldos das contas patrimoniais e de resultados decorrentes de operações entre empresas consolidadas estão devidamente eliminados. • Os lucros não realizados em operações entre as empresas foram eliminados na apuração da equivalência patrimonial e na consolidação. • As participações de acionistas não controladores nas sociedades controladas estão apresentadas destacadamente. **3.3. Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e integralmente consolidados. **3.4. Investimentos em controladas em conjunto:** Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (Nota Explicativa nº 9). Os principais grupos de contas do ativo, passivo e do resultado da Goemil S.A. estão apresentados:

Balanços patrimoniais	2025	2024
Ativo circulante	284.446	320.161
Ativo não circulante	100.808	96.887
Total do ativo	385.254	417.048
Passivo circulante	52.834	32.946
Passivo não circulante	31.886	1.962
Patrimônio líquido	300.534	382.140
Total do passivo e patrimônio líquido	385.254	417.048
<u>Demonstrações de resultados</u>		
Receita líquida de vendas	488.477	452.419
Custo dos produtos vendidos	(362.967)	(346.603)
Lucro bruto	125.510	105.816
Despesas operacionais	(40.875)	(34.386)
Encargos financeiros, líquidos	29.849	19.063
Variação cambial, líquida	(20)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	114.484	90.493
Imposto de renda e contribuição social	(37.822)	(29.845)
Lucro líquido do exercício	76.662	60.648

3.5. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **3.6. Moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. **3.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, que se aproximam de seus valores justos. **3.8. Contas a receber de clientes:** Os saldos de contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e reduzidos ao seu valor presente na data do balanço patrimonial. A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa é avaliada com base na experiência passada de inadimplência da Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor. **3.9. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo custo médio de aquisição ou produção, os quais não superam o valor líquido realizável. **3.10. Imobilizado e intangível**: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A Companhia optou por avaliar os bens do ativo imobilizado pelo custo atribuído na data de adoção do Pronunciamento CPC, ou seja, 1º de janeiro de 2010. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, líquida dos efeitos fiscais. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia efetuou a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível e as taxas atualmente adotadas se manterão para o próximo ano, como segue:

	Taxa de depreciação (% ao ano)
Benfeitorias e instalações	4% - 20%
Edificações, silos e tanques	2,5% - 4,5%
Máquinas e equipamentos	3,5% - 12,5%
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	6,5% - 33,33%
Veículos	6% - 12,5%
Intangível	33,33%

Se houver uma indicação de que ocorreu uma mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. **3.11. Redução ao valor recuperável de ativos:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores, uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. **3.12. Empréstimos e financiamentos:** Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária, conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço. **3.13. Instrumentos financeiros**: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. <u>Ativos financeiros:</u> Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. <u>Empréstimos e recebíveis</u>: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. <u>*Hedge* de fluxo de caixa:</u> A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de trava de câmbio, para proteger-se contra seus riscos de flutuação cambial. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Os instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo formalmente documentada a relação de *hedge*, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* reconhecida no resultado e em outros resultados abrangentes. A reserva de *hedge* de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*. <u>Redução ao valor recuperável de ativos financeiros</u>: Ativos financeiros, exceto aqueles designados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*. São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. <u>Baixa de ativos financeiros</u>: A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida. <u>Passivos financeiros:</u> Os passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. <u>Baixa de passivos financeiros:</u> A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.14. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e reflete a contrapartida que a entidade espera ter direito em troca da transferência de produtos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. <u>Receita de venda</u>: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre os produtos vendidos. **3.15. Imposto de renda e contribuição social:** <u>Impostos correntes:</u> O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. <u>Impostos diferidos:</u> O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período de relatório. **3.16. Demais ativos e passivos:** Os demais ativos e passivos, classificados no circulante e não circulante obedecem ao prazo de realização ou de exigibilidade. Esses demais ativos e passivos estão apresentados pelo valor de custo ou realização e por valores conhecidos e calculáveis, respectivamente, incluindo quando aplicável os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais. **3.17.Estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisões para devedores duvidosos, desvalorização dos estoques e realização de impostos diferidos. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados:** Em 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contabeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial que foram avaliadas pela Companhia e não tiveram impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Administração avaliou as normas e interpretações contábeis, bem como suas emendas, emitidas, mas ainda não vigentes, aplicáveis às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e concluiu que sua adoção não resulta em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Dentre essas normas, destaca-se a IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* (CPC 26), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, cuja aplicação não gera impactos relevantes no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia, restringindo-se a aspectos de apresentação e divulgação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Caixa e bancos	2.204	1.566	9.167	10.558
Disponibilidades em moeda estrang.	12.340	8.236	18.902	13.339
Total	14.544	9.802	28.069	23.897

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários e com vencimentos originais de até três meses na data da sua contratação, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Disponibilidades em moeda estrangeira incluem recursos em dólares mantidos em bancos no Brasil na modalidade de câmbio pronto, com liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Aplicações financeiras	787.931	728.727	936.781	873.250
Total	787.931	728.727	936.781	873.250

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e estão vinculadas a variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI. Estas aplicações são remuneradas em média a 103% (103% em 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sem risco de redução de valor.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Contas a receber	37.134	51.208	54.707	73.714
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.863)	(24.950)	(9.033)	(25.168)
Total	28.271	26.258	45.674	48.546

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 18 dias (18 em 2024). São cobrados juros sobre as contas a receber a partir da data do vencimento da fatura. A média dos juros anuais é de 12% (12% em 2024) sobre o saldo a receber. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para contas a receber com base em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor. A Companhia mantém os procedimentos para recuperar tais créditos e não possui garantias para esses saldos.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Valores a vencer	21.294	22.863	33.181	38.782
Vencidos:				
Até 30 dias	719	2.099	6.405	8.686
Entre 31 e 90 dias	1.849	1.130	1.849	1.130
Entre 91 e 180 dias	2.027	233	2.027	233
Acima de 180 dias	11.245	24.883	11.245	24.883
Total	37.134	51.208	54.707	73.714

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	(24.410)	(24.581)
Créditos provisionados no exercício	(585)	(632)
Reversão da provisão	45	45
Saldo em 31/12/2024	(24.950)	(25.168)
Créditos provisionados no exercício	(72)	(72)
Reversão da provisão	16.159	16.207
Saldo em 31/12/2025	(8.863)	(9.033)

Em 2025 foi constituída provisão para devedores duvidosos no valor de R$72 (R$585 em 2024). A provisão constituída em 2023 para clientes com instauração de processo de recuperação judicial (R$3.759) foi ajustada conforme instrumento firmado em 22/07/2025 sendo R$1.128 levados a perda definitiva e o saldo revertido a medida do parcelamento a ser liquidado; e processo de liquidação extrajudicial (R$19.419), foi ajustada para refletir a adesão ao acordo de credores firmado em 10/07/2025 sendo R$13.593 levados a perda definitiva e o saldo revertido a medida da sua liquidação; os respectivos tributos diferidos foram ajustados e refletem o saldo atualizado das operações em 31/12/2025.

7. Estoques:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Matéria-prima	163.885	164.065	165.511	165.695
Produtos acabados	21.774	21.803	22.867	22.723
Produtos em elaboração	1.495	1.687	1.495	1.687
Mercadorias p/revenda	294	393	18.316	10.712
Almoxarifado	20.843	18.541	22.053	19.989
Total	208.291	206.489	230.242	220.806

A Administração da Companhia revisa periodicamente seus estoques e constitui provisão para perda, quando necessário, de itens sem expectativa de realização, giro lento ou obsoletos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve necessidade de registrar provisão.

8. Tributos a recuperar:

Circulante	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
ICMS a recuperar	622	453	622	453
PIS a recuperar	347	451	347	451
COFINS a recuperar	1.509	2.005	1.509	2.005
Imposto de renda	7.659	6.049	10.026	6.364
Outros impost. a recuperar	201	208	201	208
Total	10.338	9.166	12.705	9.481
<u>Não circulante</u>				
ICMS a recuperar	11.556	12.313	11.556	12.313
PIS/COFINS a recuperar	122	291	122	291
Total	11.678	12.604	11.678	12.604

9. Investimentos: A participação em controladas e controladas em conjunto é como segue:

Controladora	Canarias S.A.	Goemil S.A.	Total 2025	Total 2024
Dados dos investimentos:				
Capital social	14.060	200.000	-	-
Patrimônio líquido	215.906	300.534	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	44.672	76.662	-	-
Lucro não realizado	(13.310)	-	-	-
Participação no capital social	64,78%	50%	-	-
Ações/quotas possuídas	64.780	100.000	-	-
Movimento dos investimentos:				
Saldo inicial	134.423	191.070	325.493	272.708
Ajuste de avaliação patrim.	(967)	-	(967)	16.571
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(19.214)	(79.134)	(98.348)	(24.710)
Equivalência patrimonial	22.264	38.331	60.595	60.924
Saldo final	136.506	150.267	286.773	325.493

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Fnanceiras Individuais e Consolidadas 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Consolidado	Goemil S.A.	Total 2025	Total 2024
Dados dos investimentos:			
Capital social	200.000		
Patrimônio líquido	300.534		
Lucro (prejuízo) do exercício	76.662		
Participação no capital social	50%		
Ações/quotas possuídas	100.000		

Consolidado	Goemil S.A.	Total 2025	Total 2024
Movimento dos investimentos:			
Saldo inicial	191.070	191.070	167.952
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(79.134)	(79.134)	(7.206)
Equivalência patrimonial	38.331	38.331	30.324
Saldo final	150.267	150.267	191.070

10. Imobilizado e intangível:

Controladora

Custo do imobilizado	Benfeitorias e instalações	Edific., silos e tanques	Máquinas e equipam.	Móveis, utens. e informática	Veículos	Terrenos	Intangível e outros	Bens em comodato	Imob. em andam.	Total
Saldo em 31/12/2023	20.868	41.653	69.450	5.391	5.389	4.599	3.490	296	2.799	153.935
Adições	3.026	75	5.775	477	752	-	217	-	7.246	17.568
Baixas	(255)	(283)	(1.216)	(302)	(721)	-	(122)	-	-	(2.899)
Transferências	1.745	4.700	438	12	-	-	-	-	(6.895)	-
Saldo em 31/12/2024	25.384	46.145	74.447	5.578	5.420	4.599	3.585	296	3.150	168.604
Adições	1.820	1.502	14.777	308	2.719	-	758	93	16.524	38.501
Baixas	(27)	-	(986)	(47)	(510)	-	(3)	-	-	(1.573)
Transferências	1.232	5.448	4.179	-	449	2.320	33	-	(13.661)	-
Saldo em 31/12/2025	28.409	53.095	92.417	5.839	8.078	6.919	4.373	389	6.013	205.332
Depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável										
Saldo em 31/12/2023	9.224	18.619	44.243	3.010	3.513	-	1.173	37	-	79.819
Adições	1.020	1.208	2.908	451	343	-	118	20	-	6.068
Baixas	(200)	(261)	(1.112)	(301)	(559)	-	(121)	-	-	(2.554)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	10.044	19.566	46.039	3.160	3.297	-	1.170	57	-	83.333
Adições	1.262	1.277	3.246	464	472	-	133	24	-	6.878
Baixas	(7)	-	(740)	(44)	(377)	-	(2)	-	-	(1.170)
Transferências	-	-	(76)	-	76	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	11.299	20.843	48.469	3.580	3.468	-	1.301	81	-	89.041
Imobilizado líquido										
Saldo líq. em 31/12/2024	15.340	26.579	28.408	2.418	2.123	4.599	2.415	239	3.150	85.271
Saldo líq. em 31/12/2025	17.110	32.252	43.948	2.259	4.610	6.919	3.072	308	6.013	116.491

Consolidado

Custo do imobilizado	Benfeitorias e instalações	Edific., silos e tanques	Máquinas e equipam.	Móveis, utens. e informática	Veículos	Terrenos	Intangível e outros	Bens em comodato	Imob. em andam.	Total
Saldo em 31/12/2023	22.729	62.248	72.158	6.754	5.690	6.232	5.085	296	2.799	183.991
Adições	3.267	75	6.141	667	847	-	312	-	7.246	18.555
Baixas	(255)	(283)	(1.499)	(312)	(721)	-	(122)	-	-	(3.192)
Transferências	1.745	4.700	438	12	-	-	-	-	(6.895)	-
Variação cambial (a)	279	2.938	391	205	48	233	233	-	-	4.327
Saldo em 31/12/2024	27.765	69.678	77.629	7.326	5.864	6.465	5.508	296	3.150	203.681
Adições	1.965	1.502	15.292	483	2.809	-	775	93	16.524	39.443
Baixas	(27)	-	(986)	(104)	(510)	-	(3)	-	-	(1.630)
Transferências	1.232	5.448	4.179	-	449	2.320	33	-	(13.661)	-
Variação cambial (a)	(15)	(199)	(9)	(11)	(1)	(16)	(16)	-	-	(267)
Saldo em 31/12/2025	30.920	76.429	96.105	7.694	8.611	8.769	6.297	389	6.013	241.227
Depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável										
Saldo em 31/12/2023	10.597	21.883	46.296	4.457	3.576	-	2.612	37	-	89.458
Adições	1.222	1.653	3.169	573	343	-	210	20	-	7.190
Baixas	(200)	(261)	(1.355)	(311)	(559)	-	(121)	-	-	(2.807)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial (a)	208	492	294	213	9	-	211	-	-	1.427
Saldo em 31/12/2024	11.827	23.767	48.404	4.932	3.369	-	2.912	57	-	95.268
Adições	1.389	1.729	3.473	529	472	-	160	24	-	7.776
Baixas	(7)	-	(740)	(44)	(377)	-	(2)	-	-	(1.170)
Transferências	-	-	(76)	-	76	-	-	-	-	-
Variação cambial (a)	(10)	(20)	(14)	(11)	(1)	-	(15)	-	-	(71)
Saldo em 31/12/2025	13.199	25.476	51.047	5.406	3.539	-	3.055	81	-	101.803
Imobilizado líquido										
Saldo líq. em 31/12/2024	15.938	45.911	29.225	2.394	2.495	6.465	2.596	239	3.150	108.413
Saldo líq. em 31/12/2025	17.721	50.953	45.058	2.288	5.072	8.769	3.242	308	6.013	139.424

(a) Variação cambial refere-se à atualização do patrimônio da controlada Canarias S.A.

Em 2025, a Companhia manteve registro da perda de R$1.073 por redução ao valor recuperável de determinados itens do imobilizado, da unidade de negócios chá mate, a seu respectivo valor recuperável. O valor recuperável foi baseado no valor em uso em 31 de dezembro de 2025, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consiste nos ativos da atividade, que totalizam R$ 6.562 (R$6.766 em 2024). Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa consideram um orçamento financeiro aprovado pela administração durante um período de cinco anos. A taxa de desconto utilizada foi de 18% antes dos tributos. Os efeitos dessa perda foram refletidos em custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, período no qual tal perda foi identificada. Nos demais itens do ativo imobilizado a Companhia não identificou necessidade de registrar qualquer perda no valor recuperável. **11. Propriedade para investimento:** Representam terrenos mantidos para futuro uso indeterminado, localizados em Encantado e Novo Hamburgo - RS. Os bens estão registrados pelo seu custo histórico e seu valor justo é de aproximadamente R$11.503 (R$11.503 em 2024).

12. Partes relacionadas

Controladora	Acionistas	Canarias S.A.	Goemil S.A.	2025 Total	2024 Total
Balanço patrimonial					
Dividendos a receber	-	-	33.752	33.752	5.383
Dividendos e Juros s/ Cap. Próprio a pagar	(136.706)	-	-	(136.706)	(168.859)
Demonstr. do result.					
Vendas de produtos	-	296.497	-	296.497	271.410
Custo de produtos	-	-	163	163	18

Consolidado	Acionistas	Canarias S.A.	Goemil S.A.	2025 Total	2024 Total
Balanço patrimonial					
Dividendos a receber	-	-	33.752	33.752	5.383
Dividendos e Juros s/ Cap. Próprio a pagar	(136.706)	-	-	(136.706)	(168.859)
Demonstr. do result.					
Vendas de produtos	-	-	-	-	30
Custo de produtos	-	-	163	163	18

A Companhia realiza com a sua controlada Canarias S.A. transações de venda de mercadorias com base em preços definidos pela administração, considerando as estratégias do Grupo. Eventualmente, se essas transações fossem realizadas com terceiros, poderiam gerar resultados diferentes dos apurados. Os juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar aos sócios no valor de R$136.706 (R$168.859 em 31 de dezembro 2024) são classificados no passivo não circulante, por decisão dos sócios, de manter os recursos na Companhia, para financiar parte do capital de giro. Os recursos não possuem encargos financeiros. Foi pago durante o exercício de 2025, a título de remuneração dos administradores (incluindo salários e benefícios), o montante de R$5.386 (R$5.028 em 31 de dezembro de 2024). **13. Provisões: 13.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro a Companhia e suas controladas não possuíam perdas prováveis com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2025, os processos cíveis, tributários e trabalhistas com perda possível totalizavam R$1.617 (R$1.483 em 2024). **13.2 Provisões para benefícios a empregados:** A Companhia patrocina o "Plano de Benefício de Longa Permanência", reconhecendo o tempo de empresa dos colaboradores como sinônimo do seu comprometimento. O plano observa os preceitos da legislação trabalhista vigente no Brasil e permite o acesso dos colaboradores ao plano a partir de 5 anos de trabalho ininterruptos. A cada exercício, a Companhia revisa o nível de provisão de recursos conforme as regras estabelecidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mensurou o montante de R$9.456 a título de implantação do plano. **14. Instrumentos financeiros:** a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar e estão contabilizadas pelos seus valores de mercado ou próximos ao valor de mercado. b) Valor de mercado: Considerando a natureza, o prazo e as características dos instrumentos financeiros os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado/realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avalição estabelecidas pela administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. c) *Hedge* de fluxo de caixa das exportações: A empresa adquiriu *commodities* - soja, em moeda nacional e firmou contratos para a exportação dos produtos resultantes da sua industrialização, óleo de soja degomado e farelo de soja tostado, em moeda estrangeira. Ainda, firmou contratos de exportação de erva-mate beneficiada. Visando proteger os respectivos fluxos de caixa da potencial variação cambial, a Companhia contratou instrumentos de trava cambial em montantes e prazos equivalentes aos das referidas transações. A venda ao mercado externo tem prazo de entrega determinado, montante e quantidade de moeda suficiente e igual ao compromisso assumido. A variação cambial de transação liquidada foi reconhecida no resultado e de transação não liquidada foi reconhecida em outros resultados abrangentes. d) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: *Risco de preço das commodities:* Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes e na bolsa, bem como compras antecipadas diretamente com nossos fornecedores. *Risco de crédito:* A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. *Risco de liquidez:* É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira. e) Instrumentos financeiros por categoria: Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

2025

Ativos	Controladora Recebíveis	Consolidado Recebíveis
Caixa, equivalente de caixa	14.544	28.069
Aplicações financeiras	787.931	936.781
Contas a receber	28.271	45.674
Total	830.746	1.010.524

Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	18.091	20.433
Empréstimos e financiamentos	-	-
Total	18.091	20.433

2024

Ativos	Controladora Recebíveis	Consolidado Recebíveis
Caixa, equivalente de caixa	9.802	23.897
Aplicações financeiras	728.727	873.250
Contas a receber	26.258	48.546
Total	764.787	945.693

Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	23.900	25.569
Empréstimos e financiamentos	-	-
Total	23.900	25.569

2025

Ativos	Controladora e Consolidado Ativos financeiros a valor justo
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de fluxo de caixa	-
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor justo	1.548
Total	1.548

Passivos	Controladora e Consolidado Ativos financeiros a valor justo
Fornecedores a fixar de *commodities*	18.563
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de fluxo de caixa	-
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor justo	-
Total	18.563

2024

Ativos	Controladora e Consolidado Ativos financeiros a valor justo
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de fluxo de caixa	47
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor justo	-
Total	47

Passivos	Controladora e Consolidado Ativos financeiros a valor justo
Fornecedores a fixar de *commodities*	22.905
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de fluxo de caixa	-
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor justo	363
Total	23.268

O impacto dos instrumentos de *hedge* no balanço patrimonial é apresentado abaixo:

Em 31 de dezembro de 2025	Valor nocional (US$)	Valor contábil (R$)	Linha nas demonstrações financeiras
Contratos de trava de câmbio	-	-	Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de fluxo de caixa
Contratos de trava de câmbio	7.217	1.548	Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor de justo

Em 31 de dezembro de 2024	Valor nocional (US$)	Valor contábil (R$)	Linha nas demonstrações financeiras
Contratos de trava de câmbio	213	47	Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de fluxo de caixa
Contratos de trava de câmbio	2.784	(363)	Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* de valor de justo

A operação de fornecedores a fixar de *commodities* refere-se à obrigação da Companhia com fornecedores que entregaram produtos agrícolas com preço a fixar. Desta forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado do produto entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado a qualquer momento, por decisão do fornecedor, sendo valorizadas ao valor justo.

15. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social é de R$ 1.000.000, dividido em 1.000.000.000 de ações ordinárias nominativas, todas no valor nominal de R$1 cada. O capital encontra-se totalmente integralizado.

2025

Acionista	Ações	R$	%
Acionistas domiciliados no país	981.250.000	981.250	98
Acionistas domiciliados no exterior	18.750.000	18.750	2
Total	1.000.000.000	1.000.000	100

2024

Acionista	Ações	R$	%
Acionistas domiciliados no país	588.750.000	588.750	98
Acionistas domiciliados no exterior	11.250.000	11.250	2
Total	600.000.000	600.000	100

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou o aumento do capital social de R$ 600.000 para R$ 1.000.000, mediante a capitalização de R$ 400.000 provenientes: da Reserva de Incentivo Fiscal no montante de R$ 17.778, da Reserva de Reavaliação no montante de R$ 1.160, da Reserva Legal no montante de R$ 81.440 e da Reserva de Lucros no montante de R$ 299.622, com a emissão de 400.000.000 de ações ordinárias nominativas distribuídas entre os acionistas na proporção de sua respectiva participação no capital social. Outros resultados abrangentes: *Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído:* A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), cujos valores justos foram estimados por profissionais externos (engenheiros), onde foram consideradas informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. O laudo foi preparado em 31 de agosto de 2010 e considerado o registro em 1º de janeiro de 2010, líquido dos efeitos da depreciação registrada neste mesmo exercício. A Companhia utilizou os saldos de reavaliações remanescentes existentes como parte integrante do valor de custo dos seus respectivos bens, lançando em contrapartida de ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos dos impostos. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação ou baixa dos ativos correspondentes. No exercício de 2025 foi realizado através da depreciação dos bens reavaliados o montante de R$357 (R$473 em 2024). *Ajustes de conversão de investimentos no exterior de controladas:* O saldo da rubrica "Ajuste acumulado de conversão" se refere ao valor das variações cambiais do investimento em controlada no exterior. O reconhecimento no resultado dos valores registrados nesta conta ocorrerá apenas quando da baixa do investimento. *Ajuste a valor justo de hedge de fluxo de caixa das exportações:* O saldo da rubrica "Ajuste a valor justo de *hedge* de fluxo de caixa" se refere ao valor das variações cambiais dos contratos de exportação protegidos por trava cambial. O reconhecimento no resultado dos valores registrados nesta conta ocorrerá na data do vencimento e liquidação dos contratos. Dividendos e juros sobre capital próprio: Com base no resultado do exercício 2025, ajustado nos termos da legislação societária, foi apropriado para pagamento aos acionistas o montante de R$99.350 (R$69.980 em 2024) a título de juros sobre capital próprio, apurados de acordo com o artigo 355 do Decreto 9.580/2018. Dado que este montante supera o mínimo requerido pela legislação, não houve complemento a título de dividendos. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado como juros sobre o capital próprio foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e da contribuição social, e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R$33.779 (R$23.793 em 2024). Para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras, referidos juros foram tratados como se fosse distribuição de lucros e foram apresentados como redução a lucros acumulados no patrimônio líquido. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária. A Companhia não realiza nenhum outro ajuste na base de cálculo dos dividendos além dos expressamente estabelecidos no art. 202 da Lei 6.404/1976. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório pode ser assim demonstrado:

Lucro líquido	226.517
Reserva legal - 5%	(11.326)
Reserva de incentivos fiscais	(13.948)
Base de cálculo - dividendos obrigatórios	201.243
Dividendos obrigatórios - 25%	50.311

Os dividendos remanescentes são apurados pela diferença entre o juro sobre capital próprio distribuído no exercício, líquido da retenção na fonte (15%) e o cálculo demonstrado acima. Reserva de lucros: *Reserva legal:* O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/1976 se refere ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado R$11.326 (R$81.439 em 2024). *Reserva de lucros:* Tem a finalidade de assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, bem como o financiamento de empresas controladas.

16. Receita de vendas: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita de vendas	654.034	650.123	775.889	787.166
Receita de serviços	21	40	21	44
Receita bruta	654.055	650.163	775.910	787.210
Impostos sobre vendas	(8.830)	(9.097)	(8.830)	(9.097)
Devoluções e abatimentos	(843)	(2.197)	(16.131)	(15.054)
Receita de vendas líquida	644.382	638.869	750.949	763.059

17. Custos e despesas por natureza: Abaixo apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Matérias-primas, materiais de produção e serviços	459.625	471.107	477.913	499.723
Depreciação e amortização	6.878	6.068	7.776	7.191
Despesas com pessoal	50.553	35.665	71.372	51.006
Despesas com transporte	9.120	9.433	15.576	16.155
Despesas comerciais	5.551	6.929	16.346	15.523
Impostos e taxas	5.399	4.150	9.430	7.367
Outras despesas	4.776	4.022	14.291	14.358
Total	541.902	537.374	612.704	611.323
Custo dos produtos vendidos	493.190	499.791	511.477	528.406
Despesa com vendas	14.476	16.164	31.728	31.480
Despesas gerais e administrativas.	34.236	21.419	69.499	51.437
Total	541.902	537.374	612.704	611.323

18. Resultado financeiro: O resultado financeiro para os exercícios findos em 31 de dezembro está assim representado:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas financeiras				
Juros e descontos auferidos	101.688	73.314	112.802	82.948
Hedge ao valor justo por meio do resultado	1.548	-	1.548	-
Atualização monetária de tributos.	257	-	257	-
	103.493	73.314	114.607	82.948
Despesas financeiras				
Juros pagos e descont. concedidos	(528)	(403)	(528)	(403)
Hedge ao valor justo por meio do resultado	-	(363)	-	(363)
Taxas e outras despesas bancárias	(103)	(98)	(103)	(98)
Outras	-	(3)	(6)	(6)
	(631)	(867)	(637)	(870)
Variação cambial líquida				
Receita com variação cambial	11.050	9.668	14.076	12.640
Despesa com variação cambial	(12.200)	(5.442)	(15.550)	(8.468)
	(1.150)	4.226	(1.474)	4.172

19. Imposto de renda e contribuição social: A despesa de imposto de renda e contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro é reconciliada com as alíquotas oficiais, como segue:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Reconciliação do IR/CS				
Lucro antes do IR e da contribuição social	264.156	238.009	288.618	267.377
Alíquota básica de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesas fiscais à alíquota básica	(89.813)	(80.923)	(98.130)	(90.908)
Diferenças permanentes				
Juros sobre capital próprio	33.779	23.793	33.779	23.793
Resultado de equivalência patrimonial	20.602	20.714	13.033	10.310
Lucros auferidos no exterior	(5.726)	(6.104)	(5.726)	(6.104)
Outras	3.519	2.051	10.676	10.448
IR e contribuição social	(37.639)	(40.469)	(46.368)	(52.461)
Corrente	(35.273)	(41.283)	(44.884)	(53.225)
Diferido	(2.366)	814	(1.484)	764
Alíquota efetiva	14%	17%	16%	20%

A composição dos passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais, como segue:

Ativo	Controladora 2025	Controladora 2024
Diferenças por provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	3.014	8.483
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	(3.240)	(3.455)
Diferenças de taxas de depreciação	(587)	(605)
Diferenças sobre variação cambial	(100)	(167)
Diferenças sobre Plano de Benefício de Longa Permanência	3.215	-
Outras diferenças temporárias	167	562
Ativo não circulante	2.469	4.818

Ativo	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Diferenças por provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.014	8.483
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	(3.240)	(3.455)
Diferenças de taxas de depreciação	(587)	(605)
Diferenças sobre variação cambial	(100)	(167)
Diferenças sobre Plano de Benefício de Longa Permanência	3.215	-
Outras diferenças temporárias	7.704	7.244
Ativo não circulante	10.006	11.500

As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que possa utilizar os benefícios destes. Os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2025, em um ano, assim como ocorreu em 2024.

20. Seguros: Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:

Bens segurados	Cia. Seguradora	Risco	Nº apólice	Vencimento	Valor em risco total R$ (mil)	Limite máx. de ind. R$ (mil)
Matriz e filiais	AXA Seguros S/A	Responsabilidade Civil Geral	02852.2025.0001.0351.0017993	15/08/2026	-	3.000
Parque Industrial Matriz - Encantado	AXA Seguros S/A	Incêndio, raio e explosão	02852.2025.0001.0196.0007209	08/08/2026	211.350	126.810
Parque Industrial Canoinhas/SC	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.411.000124	12/11/2026	96.332	96.332
Parque Industrial Prudentópolis/PR	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.411.000124	12/11/2026	33.466	33.466
Parque Industrial São Mateus Sul/PR	HDI Global Seg.	Incêndio, raio e explosão	03.004.411.000124	12/11/2026	128.815	100.000
Total					469.963	359.608

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Arlindo Plácido Baldo – Diretor Presidente - CPF: 076.799.200-87
Leonardo Rolim da Silva Figueró – Contador - CRC-RS nº 077204/O-7

Arlindo Plácido Baldo – Diretor Presidente – CPF: 076.799.200-87
Leandro Beninho Gheno – Diretor Vice-Presidente – CPF: 503.539.420-49
Ricardo Alves de Moraes – Diretor Industrial – CPF:359.304.540-00
Paulo Davit Baldo – Diretor de Erva Mate – CPF: 199.997.390-91
Leonardo Rolim da Silva Figueró – Contador CRCRS 077204/O-7 – CPF: 003.239.140-47

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos **Administradores e Acionistas da Baldo S.A. – Comércio, Indústria e Exportação** - Encantado - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baldo S.A. – Comércio, Indústria e Exportação ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Baldo S.A. – Comércio, Indústria e Exportação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidada, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2026.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados – CRC RS009034/O - CVM 13471
Rafael Ferrari – Contador – CRC-RS 065.901/O-0
Bruno Machado Timm – Contador – CRC-RS 092.286/O-7

rio grande capitalização

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

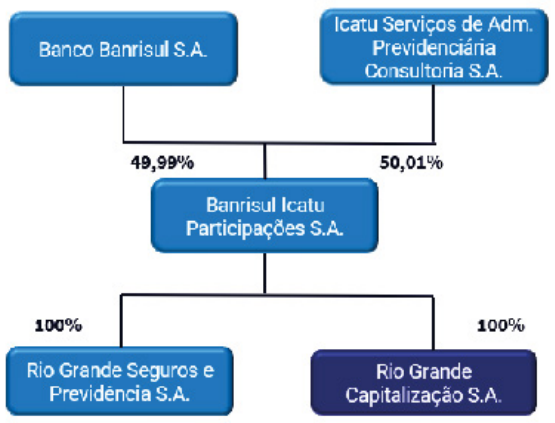
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas Operações de Capitalização

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Em 31 de dezembro de 2025, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R$ 892.986 (R$ 828.844 no ano de 2024), representando um aumento de 7,74%. O resultado com sorteios foi de R$ 19.489 (R$ 19.238 no ano de 2024), 2,18% da receita com títulos de capitalização (2,32% no ano de 2024), e os custos de aquisição foram de R$ 34.314 (R$ 30.838 no ano de 2024), representando 3,84% da receita com títulos de capitalização (3,72% no ano de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R$ 1.553.340 (R$ 1.518.070 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 2,32%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R$ 92.727 (R$ 120.583 em 31 de dezembro de 2024). A redução decorre, principalmente, do pagamento de dividendos no valor de R$ 91.100, efetuado em 29 de abril de 2025, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No ano de 2025, as despesas administrativas foram de R$ 94.764 (R$ 87.917 no ano de 2024), representando 10,61% do total de receitas com títulos de capitalização em ambos os anos.

No ano de 2025, as receitas financeiras líquidas totalizaram R$ 67.517 (R$ 53.756 no ano de 2024), representando um crescimento de 25,60%, principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros (SELIC), que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia. Em 2025, representaram 7,56% das receitas com títulos de capitalização (6,49% em 2024).

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R$ 82.070, em 2025 (R$ 88.770, em 31 de dezembro de 2024), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 343% (429% em 31 de dezembro de 2024).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	**56.875**	**44.098**
Constituição da reserva legal	(2.844)	(2.205)
Base para a distribuição de dividendos	**54.031**	**41.893**
Dividendos pagos e propostos no exercício	90.154	20.946
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	166,86%	50,00%
Destinação à reserva legal	2.844	2.205
Destinação à reserva de lucros	6.687	40.947
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	**90.154**	**20.946**
Reserva de lucros	42.810	20.000
Resultado do ano	47.344	946

Nas demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024, respectivamente.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do econômico ao qual a Companhia faz parte, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o *workshop* de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; gestão de resíduos recicláveis; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 e também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o grupo venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do grupo econômico. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o grupo econômico. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Em relação especificamente a Companhia, sua operação é suportada por 56 colaboradores, sendo 48% mulheres, incluindo duas lideranças femininas.

Distribuição remuneratória total do grupo econômico

	31/12/2025			31/12/2024		
Gênero	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	**31.423**	**6.642**	**38.065**	**29.188**	**6.125**	**35.313**

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV).

No ano de 2025, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R$ 753.161 em resgates (R$ 512.087 no ano de 2024), R$ 20.632 em sorteios (R$ 19.852 ano de 2024), R$ 93.184 (R$ 86.902 no ano de 2024) pagos à serviços terceirizados, além de R$ 10.226 (R$ 8.456 no ano de 2024) em tributos indiretos e R$ 30.632 (R$ 28.606 no ano de 2024) em tributos diretos, reforçando seu papel como agente de proteção financeira e impacto social.

5. Auditores Independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e asseguração limitada exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela **KPMG Auditores Independentes Ltda.** até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R$ 204 em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R$ 113, em 2025.

6. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Balanços patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		**944.787**	**814.324**
Disponível		**1.225**	**909**
Caixa e bancos		1.225	909
Equivalente de caixa	**Nota 5**	**3.197**	**4.247**
Aplicações	**Nota 5**	**932.981**	**806.341**
Créditos das operações de capitalização		**-**	**57**
Créditos das operações de capitalização		-	57
Outros créditos operacionais	**Nota 6**	**6.849**	**2.235**
Títulos e créditos a receber	**Nota 7.1**	**535**	**535**
Créditos tributários e previdenciários		535	535
NÃO CIRCULANTE		**608.553**	**703.746**
Realizável a longo prazo		**608.402**	**703.648**
Aplicações	**Nota 5**	**597.344**	**689.153**
Títulos e créditos a receber		**11.058**	**14.495**
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	9.852	13.396
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.3	1.206	1.099
Intangível		**151**	**98**
Outros intangíveis		151	98
TOTAL DO ATIVO		**1.553.340**	**1.518.070**

		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		**1.459.404**	**1.396.369**
Contas a pagar		**18.289**	**14.214**
Obrigações a pagar	Nota 8	13.536	10.004
Impostos e encargos sociais a recolher		883	583
Impostos e contribuições	Nota 8.1	3.870	3.627
Débitos de operações com capitalização	**Nota 9**	**2.416**	**2.387**
Débitos de operacionais		2.416	2.387
Depósitos de terceiros	**Nota 10**	**50**	**9**
Provisões técnicas – capitalização	**Nota 11**	**1.438.649**	**1.379.759**
Provisão para resgates		1.427.423	1.367.553
Provisão para sorteio		11.216	12.189
Provisão de receitas diferidas		10	17
NÃO CIRCULANTE		**1.209**	**1.118**
Outros débitos		**1.209**	**1.118**
Provisões judiciais	Nota 13.1	1.209	1.118
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**92.727**	**120.583**
Capital social	Nota 14.1	90.000	90.000
Reservas de lucros	Nota 14.2	16.300	49.579
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 14.4	(13.573)	(18.996)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.553.340**	**1.518.070**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2025	31/12/2024
Receita com títulos de capitalização		**892.986**	**828.844**
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	Nota 18.1	760.306	710.713
Contribuição - Quotas de carregamento	Nota 18.1	132.673	118.148
Variação da provisão para receita diferida	Nota 18.1	7	(17)
Variação das provisões de resgate	**Nota 18.2**	**(735.546)**	**(684.739)**
Variação da provisão de sorteios	**Nota 18.3**	**(19.489)**	**(19.238)**
Custo de aquisição	**Nota 18.4**	**(34.314)**	**(30.838)**
Outras receitas e despesas operacionais	**Nota 18.5**	**27.344**	**21.292**
Outras receitas operacionais	Nota 18.5	30.487	23.592
Outras despesas operacionais	Nota 18.5	(3.143)	(2.300)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		**130.980**	**115.321**
Despesas administrativas	**Nota 18.6**	**(94.764)**	**(87.917)**
Serviços de terceiros		(93.184)	(86.902)
Localização e funcionamento		(103)	(24)
Publicações		(55)	(129)
Donativos e contribuições		(1.413)	(839)
Despesas administrativas diversas		(9)	(23)
Despesas com tributos	**Nota 18.7**	**(10.226)**	**(8.456)**
Resultado financeiro	**Nota 18.8**	**67.517**	**53.756**
Receitas financeiras		175.100	131.902
Despesas financeiras		(107.583)	(78.146)
RESULTADO OPERACIONAL		**93.507**	**72.704**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**93.507**	**72.704**
Imposto de renda	**Nota 19**	**(22.419)**	**(17.594)**
Contribuição social	**Nota 19**	**(14.213)**	**(11.012)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**56.875**	**44.098**
Quantidade de ações		90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do exercício por ação - R$		**0,63**	**0,49**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**90.000**	**4.564**	**21.714**	**(3.163)**	**–**	**113.115**
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	(15.833)	–	(15.833)
Efeito da mudança de prática contábil	–	–	149	–	–	149
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	44.098	44.098
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos declarados e pagos – AGE 23/09/2024	–	–	(20.000)	–	(946)	(20.946)
Constituição da reserva legal	–	2.205	–	–	(2.205)	–
Constituição da reserva estatutária	–	–	40.947	–	(40.947)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.000**	**6.769**	**42.810**	**(18.996)**	**–**	**120.583**
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	**–**	**–**	**–**	**5.423**	**–**	**5.423**
Lucro líquido do Exercício	–	–	–	–	56.875	56.875
Destinação do lucro líquido:						
Distribuição de dividendos intermediários – AGE 28/03/2025	–	–	(42.661)	–	–	(42.661)
Distribuição de dividendos intermediários – AGE 25/08/2025	–	–	–	–	(22.784)	(22.784)
Distribuição de dividendos intermediários – AGE 23/12/2025	–	–	(149)	–	(24.560)	(24.709)
Constituição reserva legal	–	2.844	–	–	(2.844)	–
Constituição reserva estatutária	–	–	6.687	–	(6.687)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**90.000**	**9.613**	**6.687**	**(13.573)**	**–**	**92.727**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios socias findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**56.875**	**44.098**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**5.423**	**(15.833)**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	9.038	(26.387)
Efeito dos tributos – IRPJ e CSLL	(3.615)	10.554
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**62.298**	**28.265**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**56.875**	**44.098**
Ajustes para:		
Variação das provisões técnicas – capitalização	850.681	772.749
Prescrição de títulos de capitalização	(17.998)	(14.665)
Variação das provisões judiciais	123	14
Variação de impostos sobre o lucro	36.758	28.820
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(25.793)	(248.423)
Créditos das operações de capitalização	57	(4)
Créditos fiscais e previdenciários	–	(154)
Ativo fiscal diferido	(72)	(232)
Depósitos judiciais e fiscais	(107)	(93)
Outros ativos	(4.613)	(533)
Outras contas a pagar	4.778	(432)
Débitos de operações com capitalização	29	240
Depósitos de terceiros	41	(164)
Pagamentos de resgates e sorteios	(773.794)	(531.927)
Pagamentos judiciais	(32)	(9)
Outros passivos	–	149
Caixa gerado pelas operações	**126.934**	**49.434**
Imposto sobre o lucro pagos	(36.515)	(27.107)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**90.419**	**22.327**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(53)	(42)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(53)**	**(42)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(91.100)	(20.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(91.100)**	**(20.000)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**(734)**	**2.285**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.156**	**2.871**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**4.422**	**5.156**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da Portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.4 e 5.3);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.3 e 5.2);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 11).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

I. O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos;
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e bancos e equivalentes de caixa eram de R$ 4.422 (R$ 5.156 em 31 de dezembro de 2024) e eram representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma que a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.2. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.3. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.4. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável

3.6.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.7.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizadas. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 224/2025, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 17,5% a partir de 01 de abril de 2026 e para 20% a partir de 01 de janeiro de 2028.

3.8. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar – Obrigações fiscais" de 31 dezembro de 2024 e a partir de 01 de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

As contigências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja certa.

3.9. Provisões técnicas

3.9.1. Provisão matemática para capitalização (PMC)

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.9.2. Provisão para distribuição de bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.9.3. Provisão para resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.9.4. Provisão para sorteios a realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.9.5. Provisão para sorteios a pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.9.6. Provisão de receitas diferidas (PRD)

A provisão representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.9.7. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.10. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A., onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu, cobrado mensalmente e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de "Serviços de terceiros" dentro do grupo de "Despesas administrativas", onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

3.11. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.12. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, cálculo das provisões técnicas de capitalização, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.13. Novas normas ainda não adotadas

Os normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.13.1. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.13.2. Contribuição Social sobre o lucro líquido

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

3.13.3. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

3.13.4. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na *IFRS 9 – Financial Instruments* (CPC 48) e na *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.13.5. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.13.6. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.13.7. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de Dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025.

A Companha avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31 de janeiro de 2026.

4. Gestão de risco

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos, de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado a seguir:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto , considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico que a Companhia está inserida, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch, S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

continua

continuação

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), duration do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025, R$ 1.482.168, correspondentes a 97% (R$ 1.446.778, correspondentes a 96% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de *rating* (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 48.472 (R$ 53.090 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento 0,94;

(II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01:

Fatores de Risco	31/12/2025				31/12/2024			
	DIV-01	*EWMA*	*VAR*	Exposição	DIV-01	*EWMA*	*VAR*	Exposição
Pré-fixado - DI	(126)	1	1.027	160.593	(23)	1	2.708	157.377
IPCA	(747)	1	4.550	505.250	(109)	1	6.668	478.210

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de resgates, sorteios e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos resgates e sorteios líquidos das contribuições, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	1.225	–	–	1.225
Equivalente de caixa	3.197	–	–	3.197
Aplicações	397.488	648.840	483.997	1.530.325
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	–
Títulos e créditos a receber	535	11.058	–	11.593
Total de ativos	**402.445**	**659.898**	**483.997**	**1.546.340**
Contas a pagar	18.289	–	–	18.289
Provisões técnicas – capitalização	768.626	375.524	294.499	1.438.649
Débitos de operações com capitalização	2.416	–	–	2.416
Depósitos de terceiros	50	–	–	50
Provisões judiciais	–	1.209	–	1.209
Total de passivos	**789.381**	**376.733**	**294.499**	**1.460.613**

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	909	–	–	909
Equivalente de caixa	4.247	–	–	4.247
Aplicações	226.745	274.990	993.759	1.495.494
Créditos das operações de capitalização	57	–	–	57
Títulos e créditos a receber	535	14.495	–	15.030
Total de ativos	**232.493**	**289.485**	**993.759**	**1.515.737**
Contas a pagar	14.214	–	–	14.214
Provisões técnicas – capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Débitos de operações com capitalização	2.387	–	–	2.387
Depósitos de terceiros	7	2	–	9
Provisões judiciais	–	1.118	–	1.118
Total de passivos	**585.420**	**480.623**	**331.444**	**1.397.487**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance* responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

Em 31 de dezembro de 2025, as receitas com títulos de capitalização atingiram um total de R$ 892.986 (R$ 828.844 em 31 de dezembro de 2024), distribuída em grande maioria na região Sul no montante de R$ 887.430 representando 99% nesta data (R$ 822.632 que representava 99% em 31 de dezembro de 2024) e nas demais regiões no montante de R$ 5.556 representando 1% (R$ 6.212 representando 1% em 31 de dezembro de 2024).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025, esse montante era de R$ 3.197 (R$ 4.247 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) é de R$ 510.998 (R$ 493.973 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, 31 de dezembro de 2025, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R$ 22.622 e líquidas, de R$ 13.573 (perdas brutas de tributos de R$ 31.660 e líquidos de R$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), apresentado no item seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Categoria		
Custo amortizado	220.919	226.840
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	488.376	462.313
Valor justo por meio do resultado - VJR	824.227	810.588
Total	**1.533.522**	**1.499.741**
Circulante	**936.178**	**810.588**
Equivalentes de caixa	3.197	4.247
Aplicações financeiras	932.981	806.341
Não circulante	**597.344**	**689.153**
Aplicações financeiras	597.344	689.153

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representam 15% da carteira:

			31/12/2025	
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/ curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	220.919	208.116
Total			220.919	208.116
Não circulante			220.919	208.116

			31/12/2024	
	Taxas contratadas	Vencimento	Valor contábil/ curva	Valor justo
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6,63%	Até 5 anos	226.840	195.628
Total			226.840	195.628
Não circulante			226.840	195.628

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representam 32% da carteira:

		31/12/2025	
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%	20.352	21.589
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%	468.024	489.409
Total		**488.376**	**510.998**
Circulante		111.951	115.205
Não circulante		376.425	395.793

		31/12/2024	
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	6,71%	19.132	22.153
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,26%	443.181	471.820
Total		**462.313**	**493.973**
Não circulante		462.313	493.973

	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento em até um ano	111.951	–
Vencimento em até cinco anos	376.425	439.018
Vencimento acima de cinco anos	–	23.295
Total	**488.376**	**462.313**

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representam 54% da carteira:

		31/12/2025
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	735.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 3,00%	37.197
Operações compromissadas	Selic	48.472
Outros	–	(315)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	3.197
Total		**824.227**
Circulante		824.227

		31/12/2024
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	722.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 2,91%	34.978
Operações compromissadas	Selic	48.843
Outros	–	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	4.247
Total		**810.588**
Circulante		810.588

	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	10	10
Vencimento em até um ano	288.724	230.982
Vencimento em até cinco anos	535.493	579.596
Total	**824.227**	**810.588**

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2024	**510.952**	**532.332**	**232.335**	**1.275.619**
(+) Aplicações	522.792	–	–	522.792
(-) Resgates	(278.901)	(105.223)	(19.964)	(404.088)
(+) Rendimentos	55.745	61.591	14.469	131.805
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	(26.387)	–	(26.387)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**810.588**	**462.313**	**226.840**	**1.499.741**
(+) Aplicações	509.916	–	–	509.916
(-) Resgates	(609.565)	(30.637)	(19.964)	(660.166)
(+) Rendimentos	113.288	47.662	14.043	174.993
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	9.038	–	9.038
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	**824.227**	**488.376**	**220.919**	**1.533.522**
Circulante				936.178
Não Circulante				597.344

5.5.Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando–se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2**: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3**: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	**220.919**	**–**	**220.919**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	220.919	–	220.919
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**488.376**	**–**	**488.376**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	20.352	–	20.352
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	468.024	–	468.024
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**824.542**	**(315)**	**824.227**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	735.676	–	735.676
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	37.197	–	37.197
Operações compromissadas	48.472	–	48.472
Outros	–	(315)	(315)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	3.197	–	3.197
Total (I + II + III)	**1.533.837**	**(315)**	**1.533.522**

	31/12/2024		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Custo amortizado:	**226.840**	**–**	**226.840**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	226.840	–	226.840
II. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**462.313**	**–**	**462.313**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	19.132	–	19.132
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	443.181	–	443.181
III. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	**810.716**	**(128)**	**810.588**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	722.648	–	722.648
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	34.978	–	34.978
Operações compromissadas	48.843	–	48.843
Outros	–	(128)	(128)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	4.247	–	4.247
Total (I + II + III)	**1.499.869**	**(128)**	**1.499.741**

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2025						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quanti-dade	Exposição (*notional*) Total	Objetivo
DI1	Vendido	Jan/2027	CDI	770	67.690	*Hedge* taxa pré-fixada

31/12/2024						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quanti-dade	Exposição (*notional*) Total	Objetivo
DI1	Vendido	Jan/2027	CDI	770	57.320	*Hedge* taxa pré-fixada

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante dessa rubrica era de R$ 6.849 (R$ 2.235 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são compostos da seguinte forma:

Ativo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	454	454
Outros	81	81
Total de créditos fiscais	**535**	**535**

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no passivo não circulante, na rubrica "Tributos diferidos".

Ativo - não circulante	01/01/2024	Constituição	Realização/(reversão)	31/12/2024	Constituição	Realização/(reversão)	31/12/2025
Imposto de renda diferido	**1.631**	**90.216**	**(83.475)**	**8.372**	**82.803**	**(85.018)**	**6.157**
Ativo - diferenças temporárias	313	271	(127)	457	84	(39)	502
Passivo - ajuste de TVM	1.318	89.945	(83.348)	7.915	82.719	(84.979)	5.655
Contribuição social diferida	**979**	**54.128**	**(50.083)**	**5.024**	**49.681**	**(51.010)**	**3.695**
Ativo - diferenças temporárias	188	161	(74)	275	50	(23)	302
Passivo - Ajuste de TVM	791	53.967	(50.009)	4.749	49.631	(50.987)	3.393
Total	**2.610**	**144.344**	**(133.558)**	**13.396**	**132.484**	**(136.028)**	**9.852**

continua

continuação

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

A maior constituição dos tributos diferidos em 2024 foi influenciada, principalmente, pela variação das taxas de mercado vinculadas aos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que impactou negativamente o valor justo dos ativos, aumentando o crédito tributário relacionado.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias - 2026 a 2035		
2026	58	7,22%
2027	64	7,94%
2028	59	7,38%
2029	65	8,13%
2030	72	8,95%
2031 a 2035	485	60,38%
Total	**804**	**100%**

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	1.191	995
Contingências Cíveis	14	29
Atualização depósito judicial	(390)	(284)
COFINS exigibilidade suspensa	1.028	937
PIS exigibilidade suspensa	167	152
Total das provisões temporárias	**2.010**	**1.829**
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	**502**	**457**
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	**302**	**275**
Total	**804**	**732**

8. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar são compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores a pagar (a)	7.657	7.545
Outras obrigações (b)	5.854	2.334
Outras obrigações a pagar (c)	25	125
Total	**13.536**	**10.004**

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A.

(b) Pagamentos pendentes relacionados a sorteios, resgates e prescrição de títulos, correspondentes a valores que aguardam confirmação bancária para efetivação da baixa de provisões;

(c) Pagamentos a efetuar referente a prestação de serviços de auditoria.

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.805	1.654
Contribuição social	1.349	1.311
COFINS	616	570
PIS	100	92
Total	**3.870**	**3.627**

9. Débito das operações de capitalização

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R$ 2.416 (R$ 2.387 em 31 de dezembro de 2024).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	47	3
31 a 60 dias	–	2
61 a 90 dias	1	–
91 a 120 dias	–	2
181 a 365 dias	2	1
Acima de 365 dias	–	1
Total	**50**	**9**

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2025	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisão para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para resgates	**1.367.553**	**1.533.983**	**(1.581.438)**	**107.325**	**1.427.423**
Provisão para sorteios a realizar	7.895	21.822	(23.259)	(122)	6.336
Provisão de sorteios a pagar	4.294	21.776	(21.272)	82	4.880
Provisão para sorteios	**12.189**	**43.598**	**(44.531)**	**(40)**	**11.216**
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	-	10
Outras provisões	**17**	**4**	**(11)**	**-**	**10**
Total	**1.379.759**	**1.577.585**	**(1.625.980)**	**107.285**	**1.438.649**

	Saldos em 01/01/2024	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisão para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para resgates	**1.140.258**	**1.231.728**	**(1.082.424)**	**77.991**	**1.367.553**
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(21.375)	(188)	7.895
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(20.087)	30	4.294
Provisão para sorteios	**13.196**	**40.613**	**(41.462)**	**(158)**	**12.189**
Provisão para receitas diferidas	–	144	(127)	–	17
Provisão para despesas administrativas	149	–	(149)	–	–
Outras provisões	**149**	**144**	**(276)**	**–**	**17**
Total	**1.153.603**	**1.272.485**	**(1.124.162)**	**77.833**	**1.379.759**

11.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

(i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência da Companhia;

(ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

		Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido	
		31/12/2025	31/12/2024
Variável	**Premissas**		
Resultado sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	(2.830)	(2.591)
Resultado sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	2.830	2.591

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	**1.438.649**	**1.379.759**
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.517.522	1.464.282
Equivalente de caixa	3.197	4.247
Total dos ativos vinculados	**1.520.719**	**1.468.529**
Total de aplicações	**1.520.719**	**1.468.529**
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	**82.070**	**88.770**

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	14	29
Obrigações fiscais	1.195	1.089
Total Provisões judiciais	**1.209**	**1.118**

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

						Causas cíveis
	31/12/2025			31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quanti-dade	Valor estimado	Valor provisionado	Quanti-dade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	2	14	14	3	29	29
Possível	10	117	-	7	72	-
Total	**12**	**131**	**14**	**10**	**101**	**29**

						Causas cíveis
	31/12/2025			31/12/2024		
Probabilidade de perda	Quanti-dade	Valor estimado	Valor provisionado	Quanti-dade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	3	400	1.195	3	400	1.089
Total	**3**	**400**	**1.195**	**3**	**400**	**1.089**

13.2. Provisões judiciais - Obrigações fiscais

Na rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01 de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica "Outros débitos - Provisões Judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
COFINS	937	91	1.028
PIS	152	15	167
Total - obrigações fiscais	**1.089**	**106**	**1.195**

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	865	72	937
PIS	141	11	152
Total - obrigações fiscais	**1.006**	**83**	**1.089**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

	PIS		COFINS		Total	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195
Saldo total 31/12/2025	**167**	**167**	**1.028**	**1.028**	**1.195**	**1.195**

	PIS		COFINS		Total	
Tese	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089
Saldo total 31/12/2024	**146**	**152**	**901**	**937**	**1.047**	**1.089**

(a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2024
Cíveis	10	10
Fiscais	1.196	1.089
Total Depósitos Judiciais	**1.206**	**1.099**

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**1.089**	**1.006**
Atualização monetária	107	83
Saldo final	**1.196**	**1.089**

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital subscrito e integralizado de R$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R$ 16.300 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 49.579 em 31 de dezembro de 2024), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal é de R$ 9.613 (R$ 6.769 em 31 de dezembro de 2024), que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva estatutária é de R$ 6.687 (R$ 42.810 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.3. Dividendos obrigatórios

14.3.1. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	**56.875**	**44.098**
Constituição da reserva legal	(2.844)	(2.205)
Base para a distribuição de dividendos	**54.031**	**41.893**
Dividendos pagos e propostos no exercício	90.154	20.946
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	166,85%	50,00%
Destinação à reserva legal	2.844	2.205
Destinação à reserva de lucros	6.687	40.947
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	**90.154**	**20.946**
Reserva de lucros	42.810	20.000
Resultado do ano	47.344	946

14.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "Créditos tributários". O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de uma perda de R$ 13.573 (perda de R$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), líquidos dos tributos.

14.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	**92.727**	**120.583**
Ajustes contábeis	**(6.170)**	**(10.068)**
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(6.019)	(9.970)
Ativos intangíveis	(151)	(98)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	**2.064**	**(12.634)**
Ativos financeiros na categoria custo amortizado	(7.783)	(15.620)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	7.035	628
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.812	2.358
Subtotal PLA – nível	**88.621**	**97.880**
PLA nível 1	74.941	91.468
PLA nível 2	9.846	2.986
PLA nível 3	3.834	3.426
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	**(901)**	**–**
Limitador 50% CMR – PLA nível 2 e 3	(901)	–
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**87.720**	**97.880**
Capital Base (CB) (a)	**10.800**	**10.800**
Capital de risco de crédito	1.823	1.482
Capital de risco de subscrição	6.642	5.679
Capital de risco – mercado	19.690	17.630
Capital de risco - redução por correlação	(5.121)	(4.375)
Capital de risco – operacional	2.524	2.422
Capital de Risco (CR) (b)	**25.558**	**22.838**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**25.558**	**22.838**
Patrimônio líquido ajustado	87.720	97.880
(-) Exigência de capital - EC	(25.558)	(22.838)
Suficiência de capital - R$	**62.162**	**75.042**
Suficiência de capital (% da EC)	**343%**	**429%**

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A (Controladora indireta) (a)	–	–	(1.172)	(1.514)	3.066	3.421	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (c) (*)	–	–	(7.290)	(7.180)	–	–	(93.019)	(86.452)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	–	–	(9.532)	(6.652)	15.855	15.701	–	–
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (b)	–	–	–	(946)	–	–	–	–
Total	**–**	**–**	**(17.994)**	**(16.292)**	**18.921**	**19.122**	**(93.019)**	**(86.452)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Pagamentos de taxas de serviços compartilhados;

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(*) Para fins de restruturação societária do grupo, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

		31/12/2025		
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PM018T	15414.614832/2022-37	8,13%	0,5% a.m.	TR
PM007T	15414.900522/2019-37	10,05%	0,5% a.m.	TR
PM008T	15414.900523/2019-81	12,48%	0,5% a.m.	TR
PM016T	15414.612648/2020-91	17,49%	0,5% a.m.	TR
PU012I	15414.900665/2019-49	0,24%	0,16% a.m.	TR

17. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

	% Comercialização	
Índice de comercialização	31/12/2025	31/12/2024
Títulos de pagamentos mensais (PM)	4,96%	4,82%

continua

continuação

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

18.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	**760.306**	**710.713**
Títulos emitidos e/ou recebidos (*)	760.453	710.867
Devolução e cancelamento	(147)	(154)
Contribuição - Quotas de carregamento	**132.673**	**118.148**
Títulos emitidos e/ou recebidos (*)	132.932	118.329
Devolução e cancelamento	(259)	(181)
Variação da provisão para receita diferida (**)	**7**	**(17)**
Reversão da Provisão da Receita Diferida	10	126
Variação da Provisão da Receita Diferida	(3)	(143)
Total	**892.986**	**828.844**

(*) Aumento das contribuições relacionadas as quotas de capitalização e sorteio influenciado pela maior arrecadação no período distribuído em novas vendas e manutenção das demais parcelas.

(**) No primeiro semestre de 2025, foi realizada a revisão da metodologia de constituição da Provisão para Receita Diferida pela área Atuarial, conforme previamente aprovada pela auditoria externa. A atualização está alinhada às orientações do novo manual disponibilizado pela SUSEP.

18.2. Variação da provisão de resgate

	31/12/2025	31/12/2024
Constituição da provisão para resgate (*)	(738.575)	(683.885)
Despesas com resgate	(2.606)	(2.263)
Reversão da provisão para resgate	136	126
Variação de provisão para distribuição de bônus (**)	5.499	1.283
Total	**(735.546)**	**(684.739)**

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas a partir do primeiro ano de vigência. O aumento na arrecadação influencia diretamente no aumento dessa provisão.

(**) A Provisão para distribuição de bônus encontra-se em *run-off*, por este motivo as reversões superaram as constituições no ano.

18.3. Variação da provisão de sorteios

	31/12/2025	31/12/2024
Reversão da provisão para sorteio (*)	23.259	21.374
Constituição da provisão para sorteio (**)	(21.822)	(22.107)
Despesas com títulos sorteados (*)	(20.926)	(18.505)
Total	**(19.489)**	**(19.238)**

(*) Os produtos de capitalização comercializados contemplam 100% de quota de capitalização nas parcelas. Logo, temos um aumento da provisão no primeiro ano da arrecadação, e após o primeiro ano a provisão de sorteios entra no fluxo de amortização até o atingimento do prazo de vigência total do título.

(**) Aumento nas despesas com títulos sorteados influenciado pelo aumento do volume de vendas do produto de incentivo, cuja principal característica é a contemplação por meio de sorteios.

18.4. Custo de aquisição

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de corretagem	(34.153)	(30.688)
Despesas de custeamento de vendas	(161)	(150)
Total	**(34.314)**	**(30.838)**

18.5. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com resgate de título	12.466	8.921
Receita com prescrição de título	18.014	14.665
Despesas com provisões (*)	(3.143)	(2.300)
Outras despesas	7	6
Total	**27.344**	**21.292**

(*) A variação identificada refere-se principalmente ao maior volume de despesas com processamento dos pagamentos via indenizações.

18.6. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros (a)	(93.184)	(86.902)
Localização e funcionamento	(103)	(24)
Donativos e contribuições	(1.413)	(839)
Publicidade e propaganda	(55)	(129)
Despesas administrativas diversas	(9)	(23)
Total	**(94.764)**	**(87.917)**

(a) Há R$ 93.019 em 2025 (R$ 86.452 em 2024), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.) para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.7. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(7.241)	(6.323)
PIS	(1.177)	(1.027)
Taxa de fiscalização	(1.764)	(1.061)
Outras despesas com tributos	(44)	(45)
Total	**(10.226)**	**(8.456)**

18.8. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Categoria – VJORA	**47.662**	**61.591**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	47.662	61.591
Categoria - custo amortizado	**14.043**	**14.469**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	14.043	14.469
Categoria - VJR	**113.288**	**55.754**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	113.288	55.754
Outras receitas financeiras	**107**	**87**
Total – Receitas financeiras	**175.100**	**131.902**
Categoria – VJR	**–**	**(9)**
Quotas de fundos de investimentos – exclusivos	–	(9)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	**(107.285)**	**(77.833)**
Outras despesas financeiras	**(298)**	**(304)**
Total – Despesas financeiras	**(107.583)**	**(78.146)**
Total	**67.517**	**53.756**

(*) A variação refere-se ao crescimento da operação e à uma taxa Selic efetiva superior ao longo do ano de 2025 em relação a 2024.

19. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	**93.507**	**93.507**	**72.704**	**72.704**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(23.377)	(14.026)	(18.176)	(10.906)
Alíquotas oficiais	**15%+10%**	**15%**	**15%+10%**	**15%+10%**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**1.425**	**1.425**	**1.288**	**1.288**
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(15)	(15)	5	5
Outras provisões	196	196	572	572
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	106	106	83	83
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(107)	(107)	(83)	(83)
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.245	1.245	711	711
Resultado ajustado	**94.932**	**94.932**	**73.992**	**73.992**
Lucro após as compensações	**94.932**	**94.932**	**73.992**	**73.992**
Despesas com IRPJ/CSLL	**(23.709)**	**(14.240)**	**(17.738)**	**(11.099)**
Incentivos fiscais	1.245	–	–	–
Reversão da provisão de créditos tributários	45	27	144	87
Despesas com IRPJ/CSLL	**(22.419)**	**(14.213)**	**(17.594)**	**(11.012)**
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	**24%**	**15%**	**24%**	**15%**

20. Eventos subsequentes

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

21. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2025 da Icatu Seguros S.A..

Conselho de administração

Presidente

Luciano Soares

Conselheiros

Fernando Guerreiro de Lemos; Ademar Schardong; Arthur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Paula Schild Mascarenhas.

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira; Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Rio Grande Capitalização S.A.

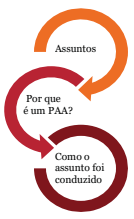
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.9 e 11) A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras. A Provisão Matemática de Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange as parcelas dos valores arrecadados de capitalização e a Provisão para Resgate (PR), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Cível Brasileiro. Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, bem como a avaliação e aprovação das notas técnicas atuariais que detalham as metodologias utilizadas nos cálculos das provisões técnicas da Companhia. Efetuamos também, a reconciliação dos relatórios operacionais de arrecadações recebidas e realizamos a conferência com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; teste em base amostral para os resgates ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira e recálculo em base amostral da Provisão de Distribuição de Bônus de acordo com as condições contratuais. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, testamos a completude da base de dados diretamente utilizadas na revisão das movimentações dos fluxos da PMC. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

continua

continuação

RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre – RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0001-55

Rua Verbo Divino, 1400

04711-904

São Paulo – SP – Brasil

Anexo I

Rio Grande Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	**31/12/2025**
Total de provisões técnicas auditadas	**1.438.649**
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2025**
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	25.558
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**25.558**
3. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2025**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	87.720
Ajustes Econômicos do PLA	2.064
Exigência de Capital (CMR) (b)	25.558
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**62.162**
Ativos Garantidores (d)	1.520.719
Total a ser Coberto (e)	1.438.649
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**82.070**

rio grande seguros e previdência

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

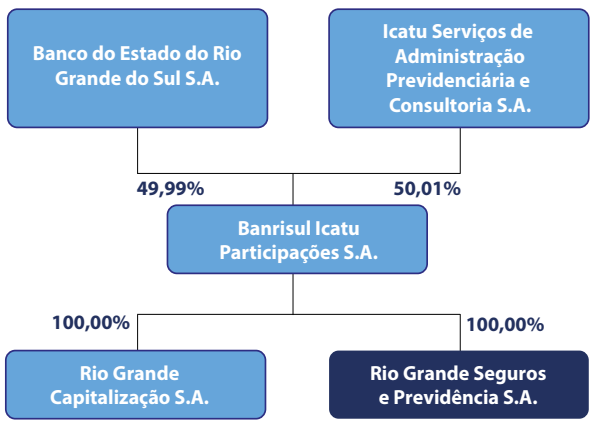
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas operações de seguros e previdência complementar aberta

O desempenho das operações, no ano de 2025, pode ser observado a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

No ano de 2025 os prêmios ganhos foram de R$ 757.183 (R$ 720.858 em 2024), representando um aumento de 5,0% (1,3% em 2024) em relação ao ano anterior.

Os sinistros ocorridos foram de R$ 162.667 (R$ 150.126 em 2024), que representa uma sinistralidade de 21,5% em 2025 (20,8% em 2024), permanecendo estável.

Os custos de aquisição de seguros foram de R$ 245.412 (R$ 234.327 em 2024), o que representa um índice de comissionamento de 32,4% em 2025 (32,5% em 2024), também permanecendo estável.

As rendas com taxa de gestão foram de R$ 40.116 (R$ 36.510 em 2024), um aumento de 9,9% em 2025. Em 2025, representava 5,3% dos prêmios (5,1% em 2024).

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência foi negativa e alcançou R$ 246.730 (captação líquida negativa de R$ 303.058 em 2024), reduzindo o fluxo de saída em relação ao ano anterior.

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2025 alcançou R$ 339.700 (R$ 328.336 em 2024), apresentando um aumento de 3,5%.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R$ 7.566.312 (R$ 6.937.962 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 9,1%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R$ 120.160 (R$ 167.295 em 31 de dezembro de 2024), apresentando uma redução de 5,6%, decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos ao longo do ano, que somaram R$ 163.137.

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

Em 2025, as despesas administrativas foram de R$ 160.712 (R$ 148.034 em 2024), apresentando um crescimento de 8,6%, sendo 21,2% dos prêmios ganhos (20,5% em 2024).

Em 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R$ 50.257 (R$ 35.424 em 2024), representando um acréscimo de 41,9%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – SELIC – que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia em comparação com o ano anterior.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R$ 110.782 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 150.259 em 31 de dezembro de 2024), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 131% (174% em 31 de dezembro de 2024).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	**115.972**	**112.975**
Dividendos pagos e propostos no exercício	163.137	115.001
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	140,67%	101,79%
Destinação à reserva de lucros	34.479	81.644
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	**163.137**	**115.001**
Reserva de lucros	81.644	83.670
Resultado do ano	81.493	31.331

Nas demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024, respectivamente.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do econômico ao qual a Companhia faz parte, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o workshop de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a implementação da gestão de resíduos recicláveis; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 e também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o grupo venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% (50,07% em 2024) do grupo econômico. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (51,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o grupo econômico. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Em relação especificamente a Companhia, sua operação é suportada por 56 colaboradores, sendo 48% mulheres, incluindo duas lideranças femininas.

Distribuição remuneratória total do grupo econômico

	31/12/2025			31/12/2024		
Gênero	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	**31.423**	**6.642**	**38.065**	**29.188**	**6.125**	**35.313**

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV).

Durante o ano de 2025, a Companhia retornou à sociedade R$ 137.713 em sinistros pagos (R$ 126.334 em 2024), R$ 139.961 pagos por serviços de parceiros terceirizados (R$ 132.597 em 2024), além de R$ 163.137 em pagamentos de dividendos (R$ 115.001 em 2024), R$ 35.017 em tributos indiretos (R$ 33.387 em 2024) e R$ 75.529 (R$ 73.951 em 2024) em tributos diretos.

5. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R$ 354, em 2024. A partir de 01 de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R$ 197, em 2025.

6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.
A Administração.

Balanços patrimoniais
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		**7.417.847**	**6.828.706**
Disponível		**7.920**	**14.715**
Caixa e bancos		7.920	14.715
Equivalente de caixa	**Nota 5**	**11.429**	**18.900**
Aplicações	**Nota 5**	**7.266.667**	**6.668.804**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**45.363**	**42.909**
Prêmios a receber	Nota 6	31.417	28.699
Operações com seguradoras	Nota 7	6.813	6.817
Operações com resseguradoras	Nota 8	7.133	7.393
Créditos das operações com previdência complementar		**80**	**85**
Valores a receber		80	85
Outros créditos operacionais	**Nota 9**	**35.765**	**39.134**
Ativos de resseguro e retrocessão	**Nota 10**	**12.519**	**10.540**
Títulos e créditos a receber		**4.647**	**4.092**
Títulos e créditos a receber		3.641	3.211
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	1.006	881
Despesas antecipadas		**2**	**-**
Custos de aquisição diferidos		**33.455**	**29.527**
Seguros	Nota 18	33.420	29.469
Previdência	Nota 19	35	58
NÃO CIRCULANTE		**148.465**	**109.256**
Realizável a longo prazo		**148.067**	**108.861**
Aplicações	**Nota 5**	**63.326**	**41.815**
Ativos de resseguro e retrocessão	**Nota 10**	**4.099**	**4.864**
Títulos e créditos a receber		**25.351**	**21.171**
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	10.654	7.735
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.4	14.697	13.436
Outros bens e valores		**498**	**770**
Custos de aquisição diferidos		**54.793**	**40.241**
Seguros	Nota 18	54.762	40.210
Previdência	Nota 19	31	31
Imobilizado		**179**	**245**
Bens móveis		88	110
Outras imobilizações		91	135
Intangível		**219**	**150**
Outros intangíveis		219	150
TOTAL DO ATIVO		**7.566.312**	**6.937.962**

		31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO			
CIRCULANTE		**1.320.892**	**1.345.006**
Contas a pagar		**52.303**	**48.211**
Obrigações a pagar	Nota 12	38.981	34.711
Impostos e encargos sociais a recolher		5.263	5.193
Impostos e contribuições	Nota 13	7.682	7.909
Outras contas a pagar		377	398
Débitos de operações com seguros e resseguros		**46.800**	**46.549**
Prêmios a restituir		–	25
Operações com seguradoras	Nota 14	5.248	6.263
Operações com resseguradoras	Nota 15	11.490	9.096
Corretores de seguros e resseguros	Nota 16	30.062	31.165
Débitos de operações com previdência complementar		**705**	**577**
Débitos de resseguro		499	365
Outros débitos operacionais		206	212
Depósitos de terceiros	**Nota 17**	**2.487**	**6.242**
Provisões técnicas - seguros	**Nota 18**	**1.168.777**	**1.194.521**
Pessoas		166.533	152.819
Vida com cobertura por sobrevivência		1.002.244	1.041.702
Provisões técnicas - previdência complementar	**Nota 19**	**49.548**	**48.674**
Planos não bloqueados		3.086	2.607
PGBL/PRGP		46.462	46.067
Outros débitos		**272**	**232**
Débitos diversos		272	232
NÃO CIRCULANTE		**6.125.260**	**5.425.661**
Provisões técnicas - seguros	**Nota 18**	**5.838.655**	**5.182.142**
Pessoas		189.599	147.764
Vida com cobertura por sobrevivência		5.649.056	5.034.378
Provisões técnicas - previdência complementar	**Nota 19**	**271.254**	**228.974**
Planos não bloqueados		8.585	6.648
PGBL/PRGP		262.669	222.326
Outros débitos		**15.121**	**14.042**
Provisões judiciais	Nota 22.2	15.121	14.042
Débitos diversos		**230**	**503**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**120.160**	**167.295**
Capital social	Nota 23.1	72.188	72.188
Reservas de lucros	Nota 23.2	48.917	96.082
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 23.3	(945)	(975)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.566.312**	**6.937.962**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos		811.756	787.271
Contribuições para cobertura de riscos		5.708	5.472
Variação das provisões técnicas de prêmios		(60.281)	(71.885)
Prêmios ganhos	**Nota 25 e 26.1**	**757.183**	**720.858**
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(162.667)	(150.126)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(245.412)	(234.327)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(30.338)	(29.224)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		**318.766**	**307.181**
Receita com resseguro		13.881	19.457
Despesa com resseguro		(16.841)	(15.182)
Outros resultados com resseguro		233	312
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	**Nota 26.5**	**(2.727)**	**4.587**
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		564.317	988.421
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(564.145)	(988.230)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	**Nota 26.6**	**172**	**191**
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		40.116	36.510
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(2.900)	(745)
Custo de aquisição		(16.410)	(14.771)
Outras receitas (despesas) operacionais		(44)	(30)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		**20.934**	**21.155**
Despesas administrativas	**Nota 26.8**	**(160.712)**	**(148.034)**
Despesas com tributos	**Nota 26.9**	**(36.042)**	**(34.517)**
Resultado financeiro	**Nota 26.10**	**50.257**	**35.424**
RESULTADO OPERACIONAL		**190.476**	**185.796**
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**190.476**	**185.796**
Imposto de renda	Nota 27	(45.539)	(44.596)
Contribuição social	Nota 27	(28.965)	(28.225)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**115.972**	**112.975**
Quantidade de ações		**2.091**	**2.091**
Lucro líquido do exercício por ação - R$		**55.462**	**54.029**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**72.188**	**14.438**	**83.670**	**(1.004)**	**–**	**169.292**
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	29	–	29
Distribuição de dividendos intermediários - AGOE 28/03/2024	–	–	(65.000)	–	–	(65.000)
Distribuição de dividendos - AGE 23/09/2024	–	–	(18.670)	–	(31.331)	(50.001)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	112.975	112.975
Destinação do lucro líquido						
Constituição da reserva estatutária	–	–	81.644	–	(81.644)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**72.188**	**14.438**	**81.644**	**(975)**	**–**	**167.295**
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	–	–	–	30	–	30
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	115.972	115.972
Destinação do lucro líquido						
Distribuição de dividendos intermediários - AGOE 28/03/2025	–	–	(81.644)	–	–	(81.644)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 25/08/2025	–	–	–	–	(53.787)	(53.787)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 23/12/2025	–	–	–	–	(27.706)	(27.706)
Constituição da reserva estatutária	–	–	34.479	–	(34.479)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**72.188**	**14.438**	**34.479**	**(945)**	**–**	**120.160**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**115.972**	**112.975**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**30**	**29**
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurado ao VJORA	50	48
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	(20)	(19)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**116.002**	**113.004**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

continuação

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	115.972	112.975
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	351	343
Despesas de juros	10	2
Custos de aquisição diferidos	(18.480)	(18.844)
Variação das provisões técnicas - seguros	1.645.050	1.762.931
Variação das provisões técnicas - previdência	79.543	55.944
Variação das provisões judiciais	1.598	737
Variação de impostos sobre o lucro	77.569	72.917
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(619.324)	(907.966)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(2.454)	(1.144)
Créditos das operações com previdência complementar	5	(2)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(1.214)	1.052
Créditos tributários e previdenciários	(125)	(38)
Ativo fiscal diferido	(2.939)	(118)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.261)	(718)
Despesas antecipadas	(2)	1
Outros ativos	2.654	(3.881)
Outros valores e bens - direito de uso	272	(560)
Outras contas a pagar	4.320	5.726
Débitos de operações com seguros e resseguros	251	3.864
Débitos de operações com previdência complementar	128	48
Depósitos de terceiros	(3.755)	(1.688)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(1.014.281)	(871.847)
Provisões técnicas - previdência complementar	(36.389)	(27.399)
Provisões judiciais	(519)	(242)
Passivos de arrendamento	166	921
Caixa gerado pelas operações	**227.146**	**182.996**
Juros pagos	(10)	(4)
Tributos sobre o lucro pagos	(77.796)	(73.809)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**149.340**	**109.202**
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(69)	(59)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(69)**	**(59)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(163.138)	(115.000)
Pagamento de passivo por arrendamento	(399)	(366)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(163.537)**	**(115.366)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(14.266)**	**(6.223)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**33.615**	**39.838**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**19.349**	**33.615**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.1);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 3.4.1.3 e 5.2); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.14, 18 e 19).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;

- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensurados e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment)* que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Redução ao valor recuperável

3.7.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.7.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Resseguro "RdVR de Resseguro" deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativo de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura do contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *Rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na Política de Transferência de Risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão de redução ao valor recuperável era R$ 1.092 (R$ 1.095 em 31 de dezembro de 2024).

3.7.1.2 Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber (RdVR) deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por "faixa de *aging*", sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior.

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias, e;
- Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

No ano de 2025, a partir da análise histórica, estamos aplicando os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

	31/12/2025	31/12/2024
Faturas com 30 dias a vencer	1,62%	5,36%
Faturas vencidas há 60 dias	3,21%	13,01%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	10,61%	72,81%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	14,83%	78,94%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100,00%	100,00%

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão de redução ao valor recuperável era R$ 46 (R$ 57 em 31 de dezembro de 2024).

3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da provisão de sinistro a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar – Obrigações fiscais" até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01 de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.6.

3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente como relatado na nota explicativa 3.7.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.13. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a comissão, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 26 meses.

3.14. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

continua

continuação

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.14.1. Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

3.14.2. Provisões matemáticas de benefícios concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e para as ações judiciais, era utilizado, até agosto/2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando e, a partir de setembro/2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados – (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

• os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e

• os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

i) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cada calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente;

ii) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;

iii) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

3.14.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG - RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro *rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pelo comportamento histórico de atraso e sazonalidade das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

Os prêmios a receber de parcelas não vencidas podem ser deduzidos da PPNG através dos direitos creditórios, que representam ativos garantidores baseados na proporção do risco a decorrer, conforme regras da circular SUSEP nº 648/2021.

3.14.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.14.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR/PDC)

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as Companhias do grupo econômico em que a Companhia está inserida, referente aos custos com sinistros e benefícios.

3.14.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.14.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos (TAP), detalhada na nota 3.15.

3.15. Teste de adequação dos passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas os seguintes percentuais de sinistralidade:

	Sinistralidade	
Agrupamento	31/12/2025	31/12/2024
Vida em Grupo	17,54%	17,74%
Prestamista	26,78%	25,26%
Acidentes Pessoais	6,63%	5,88%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplicam-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na companhia. Em relação ao sinistro, os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 10 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano, divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.15.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

i) Benefícios concedidos;

ii) PGBL/VGBL;

iii) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.15.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em outros resultados abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

3.15.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2025 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC.

3.16. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de adequação de passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.17. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.17.1. Decreto-Lei nº 12.499/2025 - Incidência de IOF

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. A principais mudanças foram:

• O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual.

• A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassarem R$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas.

• A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia colocou em produção a primeira fase de adequações sistêmicas visando atender o prazo legal e agora segue implementando melhorias até que tenha um processo robusto adaptado, previsto para o fim de 2026.

3.17.2. IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.17.3. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como medidas de desempenho gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.17.4. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

3.17.5. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 – Financial Instruments (CPC 48) e na IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.17.6. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.17.7. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.17.8. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025.

A Companha avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

3.18. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A., incorporada pela Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A em 31 de dezembro de 2024, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu, cobrado mensalmente, e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de "Serviços de terceiros" dentro do grupo de "Despesas administrativas", onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

4. Gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

• As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;

• A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia;

• A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos, formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch, S&P e Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

continua

continuação

rio grande seguros e previdência

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade *default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2025, R$ 349.908, correspondentes a 89,30% (R$ 350.115 correspondentes a 87,12% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 40.657 (R$ 50.654 em 31 de dezembro de 2024).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R$ 6.949.590 (R$ 6.327.647 em 31 de dezembro de 2024).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R$ 1.267 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 1.103 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2 Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco da Companhia, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.7.1.1.

O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2025:

		31/12/2025		31/12/2024	
Tipo Ressegurador	***Rating***	**Exposi-ção (R$)**	**Exposi-ção (%)**	**Exposi-ção (R$)**	**Exposi-ção (%)**
Admitida	*AA- pela Standard & Poor's*	3.903	16,43%	4.662	20,45%
Eventual	*A+ pela Standard & Poor's*	9	0,04%	10	0,04%
Eventual	*AA- pela Standard & Poor's*	124	0,52%	339	1,49%
Local	*AA- pela Standard & Poor's*	3.964	16,69%	1.078	4,73%
Local	*A+ pela A. M. Best Company*	3.370	14,19%	5.497	24,11%
Local	*A- pela A. M. Best Company*	12.381	52,13%	11.210	49,18%
Total		**23.751**	**100,00%**	**22.796**	**100,00%**

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle de risco de mercado é baseado no modelo *Value At Risk (VaR),* que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95;

(II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

	31/12/2025				31/12/2024			
Fatores de Risco	**DV-01**	**EWMA**	**VAR**	**Exposição**	**DV-01**	***EWMA***	***VAR***	**Exposição**
Pré-fixado - DI	–	0,95	–	6	–	0,95	–	–
Taxa referencial	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–
IGPM	(25)	0,95	152	7.112	(3)	0,95	161	7.927
IPCA	(109)	0,95	585	56.151	(7)	0,95	454	34.088
Ações	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

	31/12/2025			
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	7.920	–	–	7.920
Equivalente de caixa	11.429	–	–	11.429
Aplicações financeiras	1.033.957	1.643.028	4.653.008	7.329.993
Crédito das operações de seguros e previdência	81.208	–	–	81.208
Ativos de resseguro - provisões técnicas	12.519	1.210	2.889	16.618
Títulos e créditos a receber	4.647	25.351	–	29.998
Total de ativos	**1.151.680**	**1.669.589**	**4.655.897**	**7.477.166**
Contas a pagar	52.303	–	–	52.303
Provisões técnicas	1.218.325	1.265.279	4.844.630	7.328.234
Débito das operações	47.505	–	–	47.505
Depósitos de terceiros	2.487	–	–	2.487
Total de passivos	**1.320.620**	**1.265.279**	**4.844.630**	**7.430.529**

	31/12/2024			
Ativos e passivos	**Até 1 ano**	**De 1 a 2 anos**	**Acima de 2 anos**	**Total**
Caixa e bancos	14.715	–	–	14.715
Equivalente de caixa	18.900	–	–	18.900
Aplicações financeiras	1.117.738	929.616	4.663.265	6.710.619
Crédito das operações de seguros e previdência	82.128	–	–	82.128
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.540	2.167	2.697	15.404
Títulos e créditos a receber	4.092	21.171	–	25.263
Total de ativos	**1.248.113**	**952.954**	**4.665.962**	**6.867.029**
Contas a pagar	48.211	–	–	48.211
Provisões técnicas	1.243.195	1.308.611	4.102.505	6.654.311
Débito das operações	47.126	–	–	47.126
Depósitos de terceiros	6.242	–	–	6.242
Total de passivos	**1.344.774**	**1.308.611**	**4.102.505**	**6.755.890**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4 Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da companhia tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguros, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia e formalizadas na política de subscrição de riscos e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2025

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	311.872	311.872
Prestamista	294.180	294.180
Acidentes pessoais	104.482	104.482
Habitacional	27.531	27.531
Outros	19.118	19.118
Total seguros	**757.183**	**757.183**
Previdência	564.317	564.317
Total previdência	**564.317**	**564.317**

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2024

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	292.480	292.480
Prestamista	289.958	289.958
Acidentes pessoais	92.167	92.167
Habitacional	27.197	27.197
Outros	19.056	19.056
Total seguros	**720.858**	**720.858**
Previdência	988.421	988.421
Total previdência	**988.421**	**988.421**

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2025

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	307.414	307.414
Prestamista	289.878	289.878
Acidentes pessoais	103.842	103.842
Habitacional	20.790	20.790
Outros	18.418	18.418
Total seguros	**740.342**	**740.342**
Previdência	564.317	564.317
Total previdência	**564.317**	**564.317**

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2024

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	288.935	288.935
Prestamista	285.758	285.758
Acidentes pessoais	91.680	91.680
Habitacional	20.799	20.799
Outros	18.504	18.504
Total seguros	**705.676**	**705.676**
Previdência	988.421	988.421
Total previdência	**988.421**	**988.421**

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital solida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõe a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 31 de dezembro de 2025 e de dezembro de 2024, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R$ 11.429 (R$ 18.900 em 31 de dezembro de 2024).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 63.326 (R$ 43.440 em 31 de dezembro 2024). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, representam R$ 1.576, brutos de tributos e R$ 946 líquidos de tributos (ganho de R$ 1.625, brutos de tributos e R$ 975, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2024).

A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

Categoria	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	63.326	41.815
Valor justo por meio do resultado – VJR	7.278.096	6.687.704
Total	**7.341.422**	**6.729.519**
Circulante	**7.278.096**	**6.687.704**
Equivalentes de caixa	11.429	18.900
Aplicações financeiras	7.266.667	6.668.804
Não circulante	**63.326**	**41.815**
Aplicações financeiras	63.326	41.815

5.1. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representa 0,86% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (0,62% em 31 de dezembro de 2024):

		31/12/2025	
	Taxas contratadas	**Valor contábil/ justo**	**Valor de curva**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		**63.326**	**64.902**
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,11%	56.200	57.284
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 6,12%	7.126	7.618
Total		**63.326**	**64.902**
Circulante		–	–
Não circulante		63.326	64.902

		31/12/2024	
	Taxas contratadas	**Valor contábil/ justo**	**Valor de curva**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		**41.815**	**43.440**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,11%	34.123	35.509
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,12%	7.692	7.931
Total		**41.815**	**43.440**
Circulante		–	–
Não circulante		41.815	43.440

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Vencimento em até cinco anos	56.200	34.123
Vencimento acima de cinco anos	7.126	7.692
Total	**63.326**	**41.815**

5.2. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 99,14% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (99,38% em 31 de dezembro de 2024):

		31/12/2025	
	Taxas contratadas	**Valor contábil/ justo**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		**7.265.300**	**7.265.300**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	–	6.949.591	6.949.591
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	286.582	286.582
Operações compromissadas	Selic	29.227	29.227
Outros	–	(100)	(100)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	**Selic**	**11.429**	**11.429**
Fundo não exclusivos		**1.367**	**1.367**
Total		**7.278.096**	**7.278.096**
Circulante		7.278.096	7.278.096
Não circulante		–	–

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 65,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

		31/12/2024	
	Taxas contratadas	**Valor contábil/ justo**	**Valor de mercado**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		**6.667.610**	**6.667.610**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	–	6.327.647	6.327.647
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	308.300	308.300
Operações compromissadas	Selic	31.754	31.754
Outros	–	(91)	(91)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	**Selic**	**18.900**	**18.900**
Fundo não exclusivos		**1.194**	**1.194**
Total		**6.687.704**	**6.687.704**
Circulante		6.687.704	6.687.704
Não circulante		–	–

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 65,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Sem vencimento	150.313	148.281
Vencimento em até um ano	895.073	988.357
Vencimento em até cinco anos	5.510.530	4.866.897
Vencimento acima de cinco anos	722.180	684.169
Total	**7.278.096**	**6.687.704**

continua

continuação

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

5.3. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Total
Saldo em 01ª de janeiro de 2024	**5.752.196**	**83.035**	**5.835.231**
(+) Aplicações	1.976.742	42.587	2.019.329
(-) Resgates	(1.627.735)	(90.126)	(1.717.861)
(+) Rendimentos	586.501	6.271	592.772
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	48	48
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.687.704**	**41.815**	**6.729.519**
(+) Aplicações	1.369.133	20.039	1.389.172
(-) Resgates	(1.695.896)	(3.461)	(1.699.357)
(+) Rendimentos	917.155	4.883	922.038
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	50	50
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7.278.096**	**63.326**	**7.341.422**

5.4. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2**: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3**: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	**63.326**	**–**	**63.326**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	**63.326**	**–**	**63.326**
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	56.200	–	56.200
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	7.126	–	7.126
VJR	**5.059.513**	**2.218.583**	**7.278.096**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	**5.048.084**	**2.217.216**	**7.265.300**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	4.732.274	2.217.316	6.949.590
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	286.582	–	286.582
Operações compromissadas	29.228	–	29.228
Outros	–	(100)	(100)
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	**11.429**	**–**	**11.429**
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	**–**	**1.367**	**1.367**
Total	**5.122.839**	**2.218.583**	**7.341.422**

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 65,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	**34.123**	**7.692**	**41.815**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	**34.123**	**7.692**	**41.815**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	34.123	–	34.123
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	–	7.692	7.692
VJR	**5.126.471**	**1.561.233**	**6.687.704**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	**5.107.571**	**1.560.039**	**6.667.610**
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	4.767.517	1.560.130	6.327.647
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	308.300	–	308.300
Operações compromissadas	31.754	–	31.754
Outros	–	(91)	(91)
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	**18.900**	**–**	**18.900**
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	**–**	**1.194**	**1.194**
Total	**5.160.594**	**1.568.925**	**6.729.519**

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 65,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2025 (70,7% em 31 dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	18.991	17.300
Prestamista	5.778	5.338
Acidentes pessoais	6.674	6.082
Outros	20	36
Total de prêmios a receber bruto	**31.463**	**28.756**
Provisão para redução ao valor recuperável	(46)	(57)
Total de prêmios a receber	**31.417**	**28.699**

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	**28.756**	**27.821**
(+) Prêmios emitidos	782.985	802.349
(+) IOF	4.738	5.109
(-) Prêmios cancelados	(8.781)	(7.949)
(-) Recebimentos	(776.235)	(798.574)
Prêmios a receber bruto	**31.463**	**28.756**
Saldo inicial	**(57)**	**(435)**
(-) Constituição	(537)	(1.254)
(+) Reversão	548	1.632
Provisão para redução ao valor recuperável	**(46)**	**(57)**
Prêmios a receber líquidos	**31.417**	**28.699**

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	31.386*	(2)	31.384
Vencidos			
1 até 30 dias	25	(1)	24
31 até 60 dias	1	-	1
Acima de 60 dias	51	(43)	8
Total	**31.463**	**(46)**	**31.417**

* Em 31 de dezembro de 2025, R$ 29.380 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

	31/12/2024		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	28.689*	(10)	28.679
Vencidos			
1 até 30 dias	15	(2)	13
31 até 60 dias	5	(1)	4
Acima de 60 dias	47	(44)	3
Total	**28.756**	**(57)**	**28.699**

* Em 31 de dezembro de 2024, R$ 26.496 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

7. Crédito das operações - operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro aceito	6.813	6.822
Redução ao valor recuperável	–	(5)
Total	**6.813**	**6.817**

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros pagos a recuperar	8.192	8.454
Outros créditos a recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(1.070)	(1.072)
Total	**7.133**	**7.393**

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador.

		31/12/2025			31/12/2024		
Tipo de ressegurador	***Rating***	**Valor a recuperar**	**Redução ao valor recuperável**	**Valor a recuperar líquido**	**Valor a recuperar**	**Redução ao valor recuperável**	**Valor a recuperar líquido**
Admitido	*AA- pela Standard & Poor's*	943	(13)	930	1.856	(15)	1.841
Eventual	*AA- pela Standard & Poor's*	132	(8)	124	104	(4)	100
Local	*AA- pela Standard & Poor's*	322	(13)	309	717	(1)	716
Local	*A+ pela Standard & Poor's*	1.562	(23)	1.539	807	(15)	792
Local	*A- pela A. M. Best Company*	5.244	(1.013)	4.231	4.981	(1.037)	3.944
	Total	**8.203**	**(1.070)**	**7.133**	**8.465**	**(1.072)**	**7.393**

9. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R$ 35.765 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 39.134 em 31 de dezembro 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, como a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos	6.295	5.319
Sinistros a liquidar	3.827	3.076
Sinistros ocorridos não avisados	2.410	2.158
Redução ao valor recuperável	(13)	(13)
Total circulante	**12.519**	**10.540**
Sinistros a liquidar	3.264	3.950
Sinistros ocorridos não avisados	845	925
Redução ao valor recuperável	(10)	(11)
Total não circulante	**4.099**	**4.864**
Total	**16.618**	**15.404**

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imposto de renda	106	106
ISS/IOF/ IRRF e PIS/COFINS/CSLL a compensar	701	576
Demais impostos	199	199
Total de créditos fiscais	**1.006**	**881**

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários".

	01/01/2025	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2025
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido - diferença temporária	**1.971**	**2.280**	**(304)**	**3.947**
Diferenças temporárias	1.565	2.280	(292)	3.553
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	406	–	(12)	394
Contribuição social diferida - diferença temporária	**1.183**	**1.368**	**(183)**	**2.368**
Diferenças temporárias	939	1.368	(175)	2.132
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	244	–	(8)	236
PIS e COFINS diferidos - diferença temporária	**4.581**	**397**	**(639)**	**4.339**
PIS e COFINS diferidos	4.581	397	(639)	4.339
Total de créditos fiscais diferidos	**7.735**	**4.045**	**(1.126)**	**10.654**
Total de créditos e débitos diferidos	**7.735**	**4.045**	**(1.126)**	**10.654**

	01/01/2024	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2024
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido - diferença temporária	**1.945**	**3.836**	**(3.810)**	**1.971**
Diferenças temporárias	1.528	997	(960)	1.565
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	417	2.839	(2.850)	406
Contribuição social diferida - diferença temporária	**1.169**	**2.300**	**(2.286)**	**1.183**
Diferenças temporárias	917	597	(575)	939
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	252	1.703	(1.711)	244
PIS e COFINS diferidos - diferença temporária	**4.522**	**978**	**(919)**	**4.581**
PIS e COFINS diferidos	4.522	978	(919)	4.581
Total de créditos fiscais diferidos	**7.636**	**7.114**	**(7.015)**	**7.735**
Total de créditos e débitos diferidos	**7.636**	**7.114**	**(7.015)**	**7.735**

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias – 2026 a 2035		
2026	418	7,35%
2027	445	7,83%
2028	469	8,25%
2029	501	8,82%
2030	537	9,44%
2031 a 2035	3.314	58,30%
Total geral	**5.685**	**100%**

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias		
Imposto de renda/Contribuição social	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Outras provisões	3.672	3.536
Fundo de marketing	8.252	579
PIS COFINS diferido	(4.339)	(4.581)
Atualização depósito judicial	(6.092)	(5.010)
COFINS exigibilidade suspensa	10.942	10.096
PIS exigibilidade suspensa	1.778	1.641
Total das provisões temporárias	**14.213**	**6.261**
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	**3.553**	**1.565**
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	**2.132**	**939**
Total	**5.685**	**2.504**

12. Obrigações a pagar

Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (a)	10.622	10.432
Pagamentos a realizar (b)	19.867	23.268
Provisão fundo de marketing (c)	8.252	579
Outras contas a pagar	240	432
Total	**38.981**	**34.711**

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.) em dezembro de 2024;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

(c) Verbas destinadas única e exclusivamente no fomento da parceria definidas em contrato.

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo:

	31/12/2025	31/12/2024
IR	2.910	2.887
CSLL	2.360	2.495
COFINS	2.075	2.174
PIS	337	353
Total	**7.682**	**7.909**

14. Débitos das operações – operações com seguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações.

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.086	3.174
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	3.162	3.089
Total	**5.248**	**6.263**

15. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguro cedido a pagar	11.747	9.353
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	**11.490**	**9.096**

16. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões a pagar seguros	19.337	21.421
Comissões riscos emitidos	29	40
Comissões direto RVNE	9.411	8.165
Comissões cosseguro aceito	888	1.074
Comissões cosseguro aceito RVNE	397	465
Total corretores de seguros e resseguros	**30.062**	**31.165**

17. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	2.042	5.118
31 até 60 dias	415	165
61 até 90 dias	5	5
91 até 120 dias	6	7
121 até 180 dias	–	209
181 até 365 dias	19	141
Acima de 365 dias	–	597
Total	**2.487**	**6.242**

continua

continuação

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
Provisões Técnicas – Seguros	**Pessoas**	**Sobrevivência**	**Total**	**Pessoas**	**Sobrevivência**	**Total**
Circulante						
Prêmios não ganhos	80.892	–	80.892	66.498	–	66.498
Prêmios não ganhos – RVNE	15.070	–	15.070	13.674	–	13.674
Sinistros a liquidar administrativo	35.720	–	35.720	39.273	–	39.273
Sinistros a liquidar judicial	4.460	–	4.460	3.338	–	3.338
Excedente técnico	79	–	79	79	–	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	29.393	–	29.393	29.087	–	29.087
Beneficios a conceder	–	996.419	996.419	–	1.030.572	1.030.572
Benefícios concedidos	–	276	276	–	258	258
Resgates e/ou outros valores a regularizar	32	5.497	5.529	–	10.822	10.822
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	888	–	888	870	–	870
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	46	46	–	49	49
Provisão de excedente financeiro	–	5	5	–	1	1
Total	**166.534**	**1.002.243**	**1.168.777**	**152.819**	**1.041.702**	**1.194.521**
Não Circulante						
Prêmios não ganhos	165.005	–	165.005	120.507	–	120.507
Sinistros a liquidar administrativo	1.803	–	1.803	2.728	–	2.728
Sinistros a liquidar judicial	10.017	–	10.017	9.407	–	9.407
Sinistros ocorridos mas não avisados	11.920	–	11.920	14.681	–	14.681
Benefícios a conceder	–	5.646.376	5.646.376	–	5.031.622	5.031.622
Benefícios concedidos	–	2.419	2.419	–	2.517	2.517
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	854	–	854	441	–	441
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	261	261	–	239	239
Total	**189.599**	**5.649.056**	**5.838.655**	**147.764**	**5.034.378**	**5.182.142**
Total Geral	**356.133**	**6.651.299**	**7.007.432**	**300.583**	**6.076.080**	**6.376.663**

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	01/01/2024	Constituições	Amortizações	31/12/2024	Constituições	Amortizações	31/12/2025
Custo de aquisição diferido	50.863	23.168	(4.352)	69.679	252.839	(234.336)	88.182
Total	**50.863**	**23.168**	**(4.352)**	**69.679**	**252.839**	**(234.336)**	**88.182**
Circulante	**25.753**	**5.711**	**(1.996)**	**29.469**	**167.209**	**(163.258)**	**33.420**
Não Circulante	**25.110**	**17.457**	**(2.356)**	**40.210**	**85.630**	**(71.078)**	**54.762**

Ao longo de 2025, as constituições e reversões passaram a ser realizadas com base no movimento para seguros.

Provisões Técnicas – Seguros	**Saldos em 01/01/2025**	**Constituições**	**Amortizações**	**Atualização Monetária**	**Saldos em 31/12/2025**
Prêmios não ganhos	187.005	85.974	(27.082)	–	245.897
Prêmios não ganhos - RVNE	13.674	8.535	(7.139)	–	15.070
Benefícios a conceder	6.062.194	766.409	(1.018.088)	832.280	6.642.795
Benefícios concedidos	2.775	81	(287)	126	2.695
Sinistro a liquidar	54.746	223.418	(227.953)	1.789	52.000
Sinistros ocorridos mas não avisados	43.768	7.137	(9.592)	–	41.313
Resgates e/ou outros valores a regularizar	10.822	115.821	(121.114)	–	5.529
Excedente técnico	79	–	–	–	79
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1.311	1.825	(1.394)	–	1.742
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	288	3.032	(3.013)	–	307
Provisão de excedente financeiro	1	102	(98)	–	5
Total	**6.376.663**	**1.212.334**	**(1.415.760)**	**834.195**	**7.007.432**

Provisões Técnicas – Seguros	**Saldos em 01/01/2024**	**Constituições**	**Amortizações**	**Atualização Monetária**	**Saldos em 31/12/2024**
Prêmios não ganhos	115.497	102.356	(30.848)	–	187.005
Prêmios não ganhos - RVNE	13.297	4.744	(4.367)	–	13.674
Benefícios a conceder	5.250.054	1.253.584	(972.746)	531.302	6.062.194
Benefícios concedidos	1.991	915	(258)	127	2.775
Sinistro a liquidar	48.915	232.804	(228.795)	1.822	54.746
Sinistros ocorridos mas não avisados	48.298	214.619	(219.149)	–	43.768
Resgates e/ou outros valores a regularizar	4.935	77.656	(71.769)	–	10.822
Excedente técnico	79	–	–	–	79
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	2.513	5.939	(7.141)	–	1.311
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	3.007	(2.719)	–	288
Provisão de excedente financeiro	–	60	(59)	–	1
Total	**5.485.579**	**1.895.684**	**(1.537.851)**	**533.251**	**6.376.663**

18.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado.

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o *stress* de 5% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

	Coberturas de Risco:	**Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido 31/12/2025**		**31/12/2024**	
Variável	**Premissas**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Sinistralidade	Aumento de 5% de sinistralidade	(3.473)	(3.221)	(7.353)	(6.854)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	3.473	3.221	7.353	6.854

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e pró-labores, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
Provisões Técnicas	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Prêmios não ganhos	139	–	139	140	–	140
Benefícios a conceder	46.020	260.776	306.796	45.126	220.325	265.451
Benefícios concedidos	1.550	10.462	12.012	1.246	8.634	9.880
Sinistros a liquidar administrativo	527	–	527	581	–	581
Sinistros a liquidar judicial	–	–	–	–	–	–
Eventos ocorridos, mas não avisados	915	–	915	882	–	882
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	–	–	–	1	–	1
Resgates e/ou outros valores a regularizar	383	–	383	678	–	678
Provisão de excedente financeiro	7	–	7	1	–	1
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	7	16	23	19	15	34
Total	**49.548**	**271.254**	**320.802**	**48.674**	**228.974**	**277.648**

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	01/01/2024	Constituições	Amortizações	31/12/2024	Constituições	Amortizações	31/12/2025
Custo de aquisição diferido	61	121	(93)	89	852	(875)	66
Total	**61**	**121**	**(93)**	**89**	**852**	**(875)**	**66**
Circulante	**28**	**114**	**(84)**	**58**	**499**	**(522)**	**35**
Não Circulante	**33**	**7**	**(9)**	**31**	**353**	**(353)**	**31**

Ao longo de 2025, as constituições e reversões passaram a ser realizadas com base no movimento para risco de previdência.

Provisões Técnicas	**01/01/2025**	**Constituições**	**Reversões**	**Atualização Monetária**	**31/12/2025**
Prêmios não ganhos	140	135	(136)	–	139
Benefícios a conceder	265.451	50.752	(45.535)	36.128	306.796
Benefícios concedidos	9.880	3.179	(1.680)	633	12.012
Sinistro a liquidar	581	3.063	(3.122)	5	527
Sinistros ocorridos, mas não avisados	882	80	(47)	–	915
Resgates e/ou outros valores a regularizar	678	4.483	(4.784)	6	383
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1	1	(2)	–	–
Provisão de excedente financeiro	1	124	(118)	–	7
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	34	221	(232)	–	23
Total	**277.648**	**62.038**	**(55.656)**	**36.772**	**320.802**

Provisões Técnicas	**01/01/2024**	**Constituições**	**Reversões**	**Atualização Monetária**	**31/12/2024**
Prêmios não ganhos	127	144	(131)	–	140
Benefícios a conceder	236.535	48.942	(42.885)	22.859	265.451
Benefícios concedidos	9.346	1.100	(1.370)	804	9.880
Sinistro a liquidar	937	600	(956)	–	581
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.892	261	(1.271)	–	882
Resgates e/ou outros valores a regularizar	187	5.447	(4.957)	1	678
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	77	42	(118)	–	1
Provisão de excedente financeiro	2	75	(76)	–	1
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	704	(670)	–	34
Total	**249.103**	**57.315**	**(52.434)**	**23.664**	**277.648**

19.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 2% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, os choques realizados na Taxa ETTJ, na longevidade e na conversão em renda não geraram necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.

	Coberturas de Risco:	**Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido 31/12/2025**		**31/12/2024**	
Variável	**Premissas**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Taxa de Juros*	Redução de 2% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	–	–	96	96

*O impacto de taxa de juros afetará somente o Patrimônio Líquido, conforme especificado no item 3.16.2 Efeito das taxas de juros no TAP.

20. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais brutos de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro											
	2015	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	159.279	131.848	117.088	159.294	162.758	**1.137.461**
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.573	94.326	101.755	179.641	140.878	126.413	160.628	–	**998.820**
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.885	100.801	101.577	181.536	141.296	127.351	–	–	**837.654**
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	75.148	99.189	102.329	181.723	141.684	–	–	–	**709.796**
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	75.084	97.038	101.887	181.750	–	–	–	–	**566.066**
5 anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.963	97.259	102.148	–	–	–	–	–	**385.174**
6 anos após o aviso	6.431	47.674	56.537	74.716	98.360	–	–	–	–	–	–	**283.718**
7 anos após o aviso	6.432	47.384	56.411	75.108	–	–	–	–	–	–	–	**185.335**
8 anos após o aviso	6.426	48.442	56.968	–	–	–	–	–	–	–	–	**111.836**
9 anos após o aviso	6.419	48.057	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**54.476**
10 anos após o aviso	6.419	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**6.419**
Estimativa na data base (2025) (a)	6.419	48.057	56.968	75.108	98.360	102.148	181.750	141.684	127.351	160.628	162.758	**1.161.231**
Pagamentos efetuados (b)	6.419	47.691	56.499	73.620	94.357	99.949	179.406	139.115	124.068	155.592	131.988	**1.108.704**
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	–	366	469	1.488	4.003	2.199	2.344	2.569	3.283	5.036	30.770	52.527
Sinistros a Liquidar Total												**52.527**

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro											
	2015	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.518	145.380	124.516	108.506	136.333	149.874	**1.058.882**
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.873	90.547	96.410	169.059	133.785	117.116	141.465	–	**941.354**
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.134	93.459	96.083	170.455	134.052	117.520	–	–	**794.395**
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.779	92.719	96.641	170.584	134.148	–	–	–	**676.093**
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.702	91.026	96.195	170.455	–	–	–	–	**540.062**
5 anos após o aviso	6.420	47.349	56.325	72.581	91.468	96.251	–	–	–	–	–	**370.394**
6 anos após o aviso	6.417	47.428	56.018	72.609	91.815	–	–	–	–	–	–	**274.287**
7 anos após o aviso	6.418	47.148	55.891	72.989	–	–	–	–	–	–	–	**182.446**
8 anos após o aviso	6.416	47.328	55.944	–	–	–	–	–	–	–	–	**109.688**
9 anos após o aviso	6.410	47.151	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**53.561**
10 anos após o aviso	6.410	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**6.410**
Estimativa na data base (2025) (a)	6.410	47.151	55.944	72.989	91.815	96.251	170.455	134.148	117.520	141.465	149.874	**1.084.022**
Pagamentos efetuados (b)	6.410	46.900	55.727	71.921	89.679	94.461	168.186	131.944	114.262	137.005	122.091	**1.038.586**
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	–	251	217	1.068	2.136	1.790	2.269	2.204	3.258	4.460	27.783	45.436
Sinistros a Liquidar Total												**45.436**

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Provisões técnicas - Seguros e Previdência:	**7.328.234**	**6.654.311**
Ajustes:		
Direito creditório	(14.296)	(12.858)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(72.975)	(52.084)
Provisões técnicas - resseguros (redutores) (b)	(10.345)	(10.109)
Redução ao valor recuperável	22	–
Total a ser coberto	**7.230.640**	**6.579.260**
Ativos vinculados à cobertura de reservas	**7.341.422**	**6.729.519**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	7.328.626	6.709.425
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	1.367	1.194
Equivalente de caixa	11.429	18.900
Total dos ativos vinculados	**7.341.422**	**6.729.519**
Total de aplicações	**7.341.422**	**6.729.519**
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	**110.782**	**150.259**

(a) Custos de aquisição diferidos: Circulante R$ 33.455 (R$ 29.527 em dezembro de 2024) e Não Circulante R$ 54.793 (R$40.241 em dezembro de 2024), total R$ 88.248 (R$ 69.768 em dezembro de 2024) sendo redutores R$ 72.975 (R$ 52.084 em dezembro de 2024) e não redutores R$ 15.273 (R$ 17.684 em dezembro de 2024);

(b) Ativos de resseguro – provisões técnicas: Circulante R$ 12.519 (R$ 10.540 em dezembro de 2024) e Não Circulante R$ 4.099 (R$ 4.864 em dezembro de 2024), total de R$ 16.618 (R$ 15.404 em dezembro de 2024) sendo redutores R$ 10.345 (R$ 10.109 em dezembro de 2024) e não redutores R$ 6.273 (R$ 5.296 em dezembro de 2024).

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na provisão de sinistros a liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 18 e 19). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	Causas cíveis - relacionadas a sinistros/benefícios					
	31/12/2025			**31/12/2024**		
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor estimado**	**Valor provisionado**	**Quantidade**	**Valor estimado**	**Valor provisionado**
Provável	86	7.877	7.877	74	5.396	5.396
Possível	186	26.040	–	152	17.617	–
Remoto	3	271	–	6	287	–
Total	**275**	**34.188**	**7.877**	**232**	**23.300**	**5.396**

22.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	31/12/2025	**31/12/2024**
Cíveis	2.401	2.305
Total provisões não relacionadas a sinistros/benefícios	**2.401**	**2.305**
Obrigações fiscais	12.720	11.737
Total Provisões judiciais	**15.121**	**14.042**

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Causas Cíveis - Não relacionados à sinistros/benefícios					
	31/12/2025			**31/12/2024**		
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor estimado**	**Valor provisionado**	**Quantidade**	**Valor estimado**	**Valor provisionado**
Provável	52	2.401	2.401	46	2.305	2.305
Possível	451	13.840	–	286	13.067	–
Remota	5	100	–	11	200	–
Total	**508**	**16.341**	**2.401**	**343**	**15.572**	**2.305**

	Causas Fiscais					
	31/12/2025			**31/12/2024**		
Probabilidade de perda	**Quantidade**	**Valor estimado**	**Valor provisionado**	**Quantidade**	**Valor estimado**	**Valor provisionado**
Possível	6	1.517	12.720	6	1.777	11.737
Total	**6**	**1.517**	**12.720**	**6**	**1.777**	**11.737**
Total geral	**514**	**17.858**	**15.121**	**349**	**17.349**	**14.042**

22.3. Provisões judiciais – Obrigações fiscais

Na rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

continua

continuação

rio grande seguros e previdência

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01 de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica "Outras contas a pagar - obrigações fiscais" relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica de "Outros débitos - Provisões judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Demonstramos abaixo a movimentação das obrigações fiscais:

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
COFINS	10.096	846	10.942
PIS	1.641	137	1.778
Total - obrigações fiscais	**11.737**	**983**	**12.720**

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	9.433	663	10.096
PIS	1.532	109	1.641
Total - obrigações fiscais	**10.965**	**772**	**11.737**

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

	PIS		COFINS		Total	
Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.998	1.778	12.299	10.942	14.297	12.720
Total 31/12/2025	**1.998**	**1.778**	**12.299**	**10.942**	**14.297**	**12.720**

	PIS		COFINS		Total	
Tese	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.215	11.737
Total 31/12/2024	**1.847**	**1.641**	**11.638**	**10.096**	**13.215**	**11.737**

(a) Temos as seguintes discussões de PIS/COFINS:

• Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres);

• Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e

• Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 31 de dezembro de 2025, os "Depósitos judiciais e fiscais" estão classificados no ativo não circulante, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	400	221
Fiscais	14.297	13.215
Total depósitos judiciais	**14.697**	**13.436**

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**13.215**	**12.409**
Atualização monetária	1.082	851
Baixa	–	(45)
Saldo final	**14.297**	**13.215**

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital subscrito e integralizado é de R$ 72.188, representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R$ 48.917 (R$ 96.082 em 31 de dezembro de 2024) são compostas por:

(i) Reserva legal de R$ 14.438 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; e

(ii) A Reserva estatutária, no valor de R$ 34.479 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 81.644 em 31 de dezembro de 2024), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "Créditos tributários". O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de uma perda de R$ 945 (perda de R$ 975 em 31 de dezembro de 2024).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Em 28 de março de 2025, foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 81.644 provenientes da reserva estatutária e da mesma forma, em 25 de agosto de 2025 e 23 de dezembro de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários de R$ 53.787 e R$ 27.706, respectivamente, provenientes do resultado do exercício.

	2025	2024
Lucro líquido do ano	**115.972**	**112.975**
Dividendos pagos e propostos no exercício	163.137	115.001
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	140,67%	101,79%
Destinação à reserva de lucros	34.479	81.644
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	**163.137**	**115.001**
Reserva de lucros	81.644	83.670
Resultado do ano	81.493	31.331

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,

b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	**120.160**	**167.295**
Ajustes contábeis	**(5.660)**	**(6.795)**
Despesas antecipadas	(2)	–
Ativos intangíveis	(219)	(150)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(5.439)	(6.645)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	**76.270**	**62.722**
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	877	1.650
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	75.393	61.072
Subtotal PLA - nível	**190.769**	**223.223**
PLA Nível 1	103.845	152.765
PLA Nível 2	76.270	62.722
PLA Nível 3	10.654	7.735
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (e)	**(22.914)**	**(9.059)**
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	**167.855**	**214.164**
Capital Base (CB) (a)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de crédito	6.306	6.370
Capital de risco de subscrição	117.603	112.097
Capital de risco - mercado	4.652	7.199
Capital de risco - redução por correlação	(6.407)	(8.198)
Capital de risco - operacional	5.866	5.329
Capital de risco (CR) (b)	**128.020**	**122.797**
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	**128.020**	**122.797**
Patrimônio líquido ajustado	167.855	214.164
(-) Exigência de capital - EC	(128.020)	(122.797)
Suficiência de capital - R$	**39.835**	**91.367**
Suficiência de capital (% da EC)	**131%**	**174%**

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se as transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
Partes relacionadas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A. (Controladora indireta) (a)	8.717	8.834	(2.973)	(4.237)	(44.162)	(46.202)	97.927	102.276
Icatu Capitalização S.A (ligada) (c)	432	191	–	–	(831)	(949)	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (f)	–	–	(1)	(1)	(9)	(15)	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (b)	–	–	(10.092)	(9.883)	(125.245)	(117.056)	–	–
Rio Grande Capitalização S.A (ligada) (c)	9.532	6.652	–	–	(15.855)	(15.701)	–	–
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Controladora) (e) (f)	3.107	6.406	–	–	(8.544)	(6.271)	–	–
Total	**21.788**	**22.083**	**(13.066)**	**(14.121)**	**(194.646)**	**(186.194)**	**97.927**	**102.276**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(b) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A.). Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(c) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais";

(d) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

(e) Saldos em conta corrente.

(f) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação.

25. Principais ramos de atuação - seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

	31/12/2025			31/12/2024		
Ramo	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	311.872	17,6%	35,34%	292.480	16,2%	34,89%
Prestamistas	294.180	28,8%	30,70%	289.958	25,7%	31,65%
Acidentes pessoais	104.482	8,7%	34,65%	92.167	6,4%	35,01%
Habitacional	27.531	39,1%	16,93%	27.197	75,9%	15,29%
Outros	19.118	16,7%	21,06%	19.056	8,5%	21,40%
Total	**757.183**	**20,83%**	**32,51%**	**720.858**	**20,83%**	**32,51%**

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

26.1. Prêmios ganhos - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos direto	710.945	684.878
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	97.927	102.276
Prêmios riscos vigentes não emitidos	2.884	116
Receitas de contribuições planos repartição simples	536	514
Receitas de contribuições planos de renda	5.172	4.959
Variação das provisões técnicas	(60.281)	(71.885)
Total	**757.183**	**720.858**

26.2. Sinistros ocorridos – seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações avisadas	(163.076)	(156.211)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2.606	5.283
Despesas com sinistros	(918)	146
Outras despesas com sinistros	(1.279)	656
Total	**(162.667)**	**(150.126)**

26.3. Custo de aquisição - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmio emitido	(262.931)	(251.802)
Variação despesa de comercialização diferida	18.570	18.863
Outras despesas de comercialização	(1.051)	(1.388)
Total	**(245.412)**	**(234.327)**

26.4. Outras despesas operacionais - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com cobrança de tarifas de prêmios	(10.417)	(8.241)
Provisão para contingências cíveis	(523)	(822)
Reversão de provisão para riscos de créditos	15	379
Despesas com títulos de capitalização	(16.686)	(16.650)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.727)	(3.890)
Total	**(30.338)**	**(29.224)**

26.5. Resultado com operações de resseguro - seguros e previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de indenização - seguros	12.687	19.898
Recuperação de indenização de benefícios - previdência	1.027	(256)
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(17.204)	(14.201)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	(614)	(465)
Variação dos sinistros ocorridos - seguros	167	(201)
Variação das provisões técnicas - seguros	925	(530)
Receita com participação em lucros	–	16
Variação das provisões técnicas - previdência	52	14
Outros resultados com operações de resseguro	233	312
Total	**(2.727)**	**4.587**

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos (*)	537.587	963.616
Receitas de contribuições planos	26.776	25.332
Restituições	(46)	(527)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL (*)	**564.317**	**988.421**
PMBAC - planos de renda (*)	(564.145)	(988.230)
Constituição da provisão de benefícios a conceder (*)	**(564.145)**	**(988.230)**
Total	**172**	**191**

(*) Redução nas rendas de contribuições e prêmios de VGBL e na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em virtude da menor captação líquida (entrada - saídas) no exercício de 2025.

26.7. Variação das outras provisões técnicas - previdência

	31/12/2025	31/12/2024
PPNG - planos repartição simples	–	(3)
PPNG - planos de renda	–	(10)
PVR - planos renda	(197)	(19)
Despesas com benefícios e resgates (*)	(2.642)	(244)
Outras provisões	(61)	(469)
Total	**(2.900)**	**(745)**

(*) Crescimento relevante devido às conversões em renda.

26.8. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(1.073)	(1.032)
Serviços de terceiros (*)	(139.961)	(132.597)
Localização e funcionamento	(686)	(520)
Publicidade e propaganda	(15.941)	(11.075)
Publicações	(127)	(130)
Donativos e contribuições	(2.765)	(2.507)
Despesas administrativas diversas	(159)	(173)
Total	**(160.712)**	**(148.034)**

(*) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A.).

continua

continuação

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

26.9. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	(1.025)	(1.130)
COFINS	(27.136)	(25.827)
PIS	(4.411)	(4.199)
Taxa de fiscalização	(3.427)	(3.316)
Outras despesas com tributos	(43)	(45)
Total	**(36.042)**	**(34.517)**

26.10. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
VJR	**977.766**	**587.166**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	977.766	587.166
Outras receitas financeiras	**1.193**	**1.027**
VJORA	**4.883**	**6.271**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	4.883	6.271
Total - receitas financeiras	**983.842**	**594.464**
VJR	**(60.611)**	**(665)**
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	(60.611)	(665)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência	**(36.772)**	**(23.664)**
Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros	**(834.195)**	**(533.251)**
Outras despesas financeiras	**(2.007)**	**(1.460)**
Total - despesas financeiras	**(933.585)**	**(559.040)**
Total	**50.257**	**35.424**

(*) A variação nas linhas de receita e despesas deve-se ao maior rendimento nos fundos PGBL/VGBL, principalmente por conta da taxa SELIC maior de 2024 para 2025.

27. Conciliação dos impostos de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	**190.476**	**190.476**	**185.796**	**185.796**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(47.619)	(28.571)	(46.449)	(27.869)
Alíquotas oficiais	**15%+10%**	**15%**	**15%+10%**	**15%**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**10.576**	**10.576**	**2.519**	**2.519**
Adição permanente - Doações/Patrocínios/Brindes	2.728	2.728	2.471	2.471
Outras provisões	7.609	7.609	(358)	(358)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	96	96	495	495
PIS e COFINS diferido	242	242	(59)	(59)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	983	983	771	771
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(1.082)	(1.082)	(801)	(801)
Resultado ajustado	**201.052**	**201.052**	**188.315**	**188.315**
Despesas com IRPJ/CSLL	(50.239)	(30.158)	(47.075)	(28.247)
Incentivos fiscais	2.712	–	2.442	–
Reversão da provisão de créditos tributários	1.988	1.193	37	22
Despesas com IRPJ/CSLL	**(45.539)**	**(28.965)**	**(44.596)**	**(28.225)**
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	**24%**	**15%**	**24%**	**15%**

28. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2025 da Icatu Seguros S.A.

Conselho de administração

Presidente: Luciano Soares
Demais Conselheiros: Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Fernando Guerreiro de Lemos; Paula Schild Mascarenhas.

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut
Diretores: Marcio de Moraes Palmeira; Luiz Gonzaga Veras Mota
Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7 **Atuária:** Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.14, 3.15, 18 e 19)	
A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdência, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Para a PMBaC testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base' amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o exercício; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP). Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador CRC 1PR050377/O-6

continua

continuação

rio grande seguros e previdência

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** Porto Alegre - RS. **Escopo da Auditoria Atuarial.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400
04719-002
São Paulo – SP – Brasil

KPMG

Anexo I
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2025
Total de provisões técnicas auditadas	**7.328.234**
Total de ativos de resseguro	**16.618**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**7.133**

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2025
Provisões Técnicas auditadas (a)	**7.328.234**
Valores redutores auditados (b)	97.594
Total a ser coberto (a-b)	**7.230.640**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2025
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	128.020
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**128.020**

4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	167.855
Ajustes Econômicos do PLA	76.270
Exigência de Capital (CMR) (b)	128.020
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**39.835**
Ativos Garantidores (d)	7.341.422
Total a ser Coberto (e)	7.230.618
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**110.782**

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2025
0990	400
0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391	2.000
Coberturas de morte e invalidez de previdência	1.200

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

ÉVORA S.A.
CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA ÉVORA S.A. - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

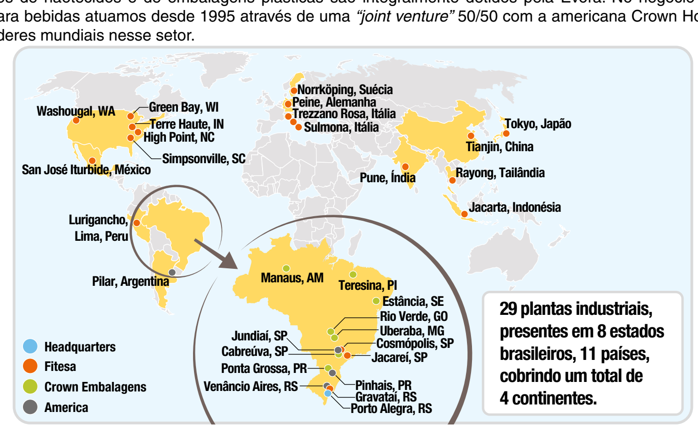
Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas pelo correspondente relatório dos auditores independentes, sobre as quais apresentamos os comentários a seguir.

Contexto Operacional

A Évora atua, através de suas empresas controladas, na manufatura e no comércio de nãotecidos para os mercados de descartáveis higiênicos e descartáveis médicos, de latas de alumínio para bebidas, e de embalagens plásticas rígidas para aplicação em produtos de consumo nos segmentos de alimentos, bebidas, higiene pessoal, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de nãotecidos é global, assim como no negócio de embalagens rígidas; em latas de alumínio para bebidas é o Brasil. Ao todo, são 29 unidades industriais localizadas em 11 países, cobrindo 4 continentes, além dos escritórios comerciais e centros de distribuição em Tóquio, Japão e Jacarta, Indonésia. Destas, estamos presentes nacionalmente com 13 unidades produtivas em 8 estados. Ainda no negócio de nãotecidos, como parte de nossa estratégia de inovação, contamos com 5 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação nas plantas americanas de Simpsonville, na Carolina do Sul, e de Terre Haute, em Indiana, e nas plantas de Peine, na Alemanha, de Sulmona, na Itália, e de Tianjin, na China.

Os negócios de nãotecidos e de embalagens plásticas são integralmente detidos pela Évora. No negócio de latas de alumínio para bebidas atuamos desde 1995 através de uma *"joint venture"* 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc., uma das líderes mundiais nesse setor.

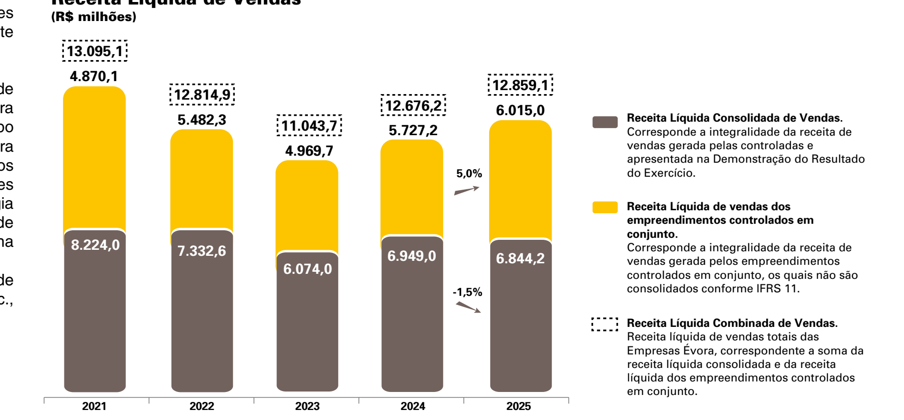


Resultados de 2025

Os negócios da Évora são fortemente atrelados a segmentos do mercado de consumo de massa que possuem características defensivas. A despeito do ambiente macroeconômico desafiador, em decorrência ainda do excesso de capacidade instalada nos mercados que atuamos decorrentes de investimentos feitos pelos *"players"* dessas indústrias em anos recentes, os negócios da Évora mantiveram a consistência na apresentação de bons resultados de vendas, de geração operacional de caixa e de geração de lucro com redução do endividamento.

A receita líquida combinada das Empresas Évora atingiu R$ 12.859,1 milhões, aumento de 1,4% sobre o ano anterior. A receita líquida consolidada atingiu R$ 6.844,2 milhões, leve diminuição de sobre o ano anterior, decorrente principalmente do repasse ao preço de venda da redução dos preços das matérias-primas e também pela redução da taxa de câmbio em relação ao ano anterior que afetou a conversão para Reais da receita de vendas gerada em moeda estrangeira. O negócio de nãotecidos possui capacidades instaladas de produção disponíveis decorrentes de investimentos em anos recentes feitos para atendimento ao segmento de descartável higiênicos nos Estados Unidos e na Suécia. Este conjunto de investimentos recentes ainda não atingiu a maturidade de sua curva de vendas e a plena utilização desses ativos e do novo investimento em andamento e que entrará em operação comercial final de 2026 no Brasil adicionam significativo aumento da capacidade de produção de nãotecidos com tecnologias únicas e diversificadas, o que projeta a continuidade do crescimento futuro da receita de vendas.

Receita Líquida de Vendas
(R$ milhões)

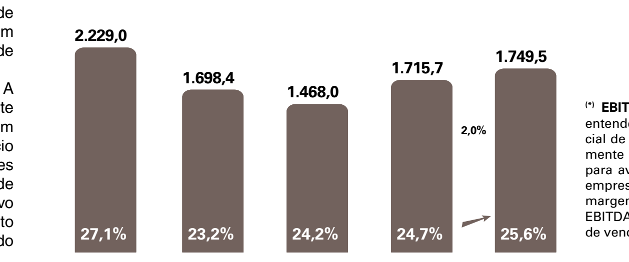


O empreendimento controlado em conjunto no segmento de latas de alumínio, não incluído na receita consolidada de vendas, apresentou receita líquida de R$ 6.015,0 milhões, aumento de 5,0% em relação ao ano anterior, decorrente do repasse ao preço de venda da variação dos preços das matérias-primas. O negócio de latas de alumínio conta com novas capacidades instaladas em anos recentes que ainda não atingiram a maturidade de sua curva de vendas e a plena utilização desses ativos e do investimento em andamento referente a instalação de nova linha de produção de latas de alumínio da planta existente de Ponta Grossa, PR projeta a continuidade do crescimento futuro de resultados.

A dispersão geográfica das nossas operações e a diversidade de categorias de consumo atendidas concorrem para a mitigação de riscos e para a melhor previsibilidade de resultados. Da receita líquida consolidada de vendas, 72% são por ativos localizados no exterior.

A performance da receita líquida de vendas, associada ao impacto nos custos de produção proveniente da variação nos preços das matérias-primas e dos demais custo diretos e indiretos, resultou na geração operacional de caixa medida pelo conceito EBITDA(*) de R$ 1.749,5 milhões, aumento de 2,0% sobre a geração operacional de caixa do ano anterior. A margem EBITDA(*)/Receita Líquida Consolidada de Vendas alcançou 25,6%, 0,9 ponto percentual superior a margem do ano anterior.

EBITDA(*)
(R$ milhões)



(*) **EBITDA** - A Administração da Évora entende o EBITDA como uma medida gerencial de geração operacional de caixa, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas. O EBITDA % corresponde a margem EBITDA resultante da proporção do EBITDA sobre a receita líquida consolidada de vendas.

O lucro líquido de R$ 613,0 milhões foi 53,6% maior que o lucro líquido apurado no ano anterior pela melhor performance operacional e também pelo resultado dos efeitos cambiais.

Os investimentos de capital (CAPEX) consolidados totalizaram R$ 615,3 milhões em 2025, financiados pela geração operacional de caixa e por empréstimos de longo prazo, estratégia de "*funding*" que será mantida em 2026. O indicador que mede a capacidade de servir os financiamentos pelo conceito Dívida Líquida Consolidada/EBITDA(*) encerrou o ano em 1,7 vezes apresentou redução de 15% em relação ao ano anterior em função da diminuição da dívida líquida pelo repagamento da dívida existente de acordo com o cronograma de vencimento. A Administração considera aceitável este patamar de dívida diante do potencial de geração de caixa dos ativos operacionais e da característica de longo prazo do endividamento, com vencimentos até 2040 e concentração diluída entre 2026 e 2029. Ao mesmo tempo, vem aproveitando oportunidades de alongar o perfil dos prazos de vencimento do atual endividamento, bem como reduzir seu custo médio.

Em R$ milhões	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Líquida Combinada de Vendas das Empresas Évora	13.095,1	12.814,9	11.043,7	12.676,2	12.859,1
Receita Líquida Consolidada	8.224,0	7.332,6	6.074,0	6.949,0	6.844,2
Lucro Líquido	1.071,6	865,6	366,4	399,0	613,0
EBITDA	2.229,0	1.698,4	1.468,0	1.715,7	1.749,5
Ativo Total Consolidado	9.206,2	9.009,8	8.593,5	11.129,0	10.947,2
Patrimônio Líquido	2.640,7	2.610,9	2.633,6	3.276,1	3.190,6
Dívida Líquida Consolidada/EBITDA	1,8	1,7	1,5	2,0	1,7
Colaboradores	4.104	4.105	4.188	4.887	5.145
Receita de Vendas Combinada/Colaborador	3,19	3,12	2,64	2,59	2,50

Expansão dos negócios

Nossa estratégia de crescimento visa, principalmente, defender e fortalecer a posição das empresas nos mercados onde atuamos, ao mesmo tempo em que avaliamos oportunidades de explorar novas geografias e aquisições. O sucesso dessa estratégia depende da nossa competência em antecipar demandas não atendidas, em implantar "*greenfields*" e "*brownfields*" nos prazos e valores orçados, e em integrar os negócios adquiridos aos nossos valores e práticas de gestão, em ambos os casos capturando os ganhos de escala e sinergias.

Como parte dessa orientação estratégica, seja por crescimento orgânico ou por aquisições, as Empresas Évora estão executando um programa de investimentos de expansão equivalente a US$ 569 milhões no triênio 2024-2026. A Administração está confiante no crescimento dos principais mercados que serão servidos pelas novas capacidades instaladas cujos principais projetos desse triênio 2024-2026 são:

- A expansão orgânica da Fitesa consiste na instalação de 4 novas linhas de produção de nãotecidos voltadas preponderantemente ao segmento de descartáveis higiênicos no Brasil, nos Estados Unidos, na Itália e na Suécia.
- Na Crown Embalagens o plano de expansão consiste na instalação de nova linha de produção de latas de alumínio da planta existente de Ponta Grossa, PR, além de contar com a capacidade produtiva disponível instalada em anos recentes para atender o crescimento no mercado de latas de alumínio para bebidas no Brasil.
- No negócio de embalagens plásticas rígidas, a America aumenta o parque de novas injetoras e moldes no Brasil e Argentina para atender principalmente o aumento da demanda de produtos nos segmentos de bebidas, alimentos e beleza. Como decorrência do direcionamento estratégico de aceleração do crescimento e diversificação dos segmentos de atuação, a America em abril de 2024 adquiriu a Pochet do Brasil que produz embalagens plásticas rígidas para o segmento de beleza.

Ficamos à disposição desde já para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	621.069	271.419	1.046.933	706.781
Contas a receber de clientes (Nota 6)	–	–	1.693.125	1.813.693
Estoques (Nota 7)	–	–	864.027	912.404
Dividendos a receber (Nota 9)	20.848	30.029	20.848	30.029
Impostos a recuperar (Nota 10)	–	–	100.954	105.694
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	11.360	10.525	81.304	97.165
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 20)	–	–	13.119	22.004
Outros créditos	303	40.569	33.783	78.072
Total do Ativo Circulante	**653.580**	**352.542**	**3.854.093**	**3.765.842**
Depósitos judiciais (Nota 15)	107	108.863	12.890	118.118
Impostos diferidos (Nota 8)	–	–	207.777	203.609
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	64.817	68.423	74.029	–
Impostos a recuperar (Nota 10)	794	765	45.631	23.929
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	6.440	6.838	148.163	132.785
Outros créditos, bens e valores	63.464	96.488	52.765	52.169
Investimentos (Nota 11)	2.879.435	2.921.352	1.116.002	975.399
Imobilizado (Nota 12)	2.385	2.637	4.716.191	5.079.042
Intangível (Nota 13)	296	288	719.663	778.059
Total do Ativo não Circulante	**3.017.738**	**3.205.654**	**7.093.111**	**7.363.110**
Total do Ativo	**3.671.318**	**3.558.196**	**10.947.204**	**11.128.952**

Passivo	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Fornecedores	575	867	617.541	723.010
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	51.176	61.979	965.916	821.449
Arrendamentos a pagar (Nota 16)	–	–	11.261	16.168
Obrigações trabalhistas	301	254	111.351	112.476
Dividendos a pagar (Nota 9)	130.064	22.029	130.064	22.029
Impostos e encargos sociais	2.792	1.259	78.947	117.163
Credores diversos	11.096	18.532	141.611	209.176
Benefícios a empregados (Nota 17)	–	–	1.984	2.471
Total do Passivo Circulante	**196.004**	**104.920**	**2.058.675**	**2.023.942**
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	34.660	68.320	3.059.138	3.326.972
Arrendamentos a pagar (Nota 16)	–	–	44.347	32.856
Impostos e encargos sociais	–	–	36.021	4.413
Impostos diferidos (Nota 8)	–	–	94.292	121.486
Dividendos a pagar (Nota 9)	250.000	–	250.000	–
Credores diversos	–	–	58.951	59.086
Provisões fiscais e trabalhistas (Nota 15)	64	108.821	3.743	114.623
Benefícios a empregados (Nota 17)	–	–	30.015	34.103
Total do Passivo não Circulante	**284.724**	**177.141**	**3.576.507**	**3.693.539**
Patrimônio Líquido (Nota 19)				
Capital social	738.489	759.851	738.489	759.851
Reservas de capital	620.199	617.074	620.199	617.074
Reservas de lucros	594.115	459.153	594.115	459.153
Ajustes de avaliação patrimonial	1.237.787	1.440.057	1.237.787	1.440.057
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**3.190.590**	**3.276.135**	**3.190.590**	**3.276.135**
Participação de não controladores	–	–	2.121.432	2.135.336
Patrimônio Líquido total	**3.190.590**	**3.276.135**	**5.312.022**	**5.411.471**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**3.671.318**	**3.558.196**	**10.947.204**	**11.128.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de capital				Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial					
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ágio na aquisição de ações	Subvenção para investimentos	Debêntures conversíveis	Legal	Investimentos e capital de giro	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**759.851**	**3.026**	**(67.407)**	**265**	**700.000**	**115.178**	**398.508**	**75**	**724.117**	**–**	**2.633.613**	**1.812.900**	**4.446.513**
Debêntures conversíveis	–	–	–	–	–	–	–	–	–		–	300.000	300.00
Dividendos distribuídos (R$ 18,75 por ação)	–	–	–	–	–	–	(300.311)	–	–	–	(300.311)	–	(300.311)
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	–	–	–	(54)	–	54	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(18.810)	–	–	–	–	–	715.919	–	697.109	29.874	726.983
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	398.995	398.995	(7.438)	391.557
Destinações do lucro:													
Reserva legal	–	–	–	–	–	19.950	–	–	–	(19.950)	–	–	–
Dividendos propostos (R$ 9,57 por ação)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(153.271)	(153.271)	–	(153.271)
Reserva para investimentos	–	–	–	–	–	–	225.828	–	–	(225.828)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**759.851**	**3.026**	**(86.217)**	**265**	**700.000**	**135.128**	**324.025**	**21**	**1.440.036**	**–**	**3.276.135**	**2.135.336**	**5.411.471**

		Reservas de capital				Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial					
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ágio na aquisição de ações	Subvenção para investimentos	Debêntures conversíveis	Legal	Investimentos e capital de giro	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total	Participações dos não controladores	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**759.851**	**3.026**	**(86.217)**	**265**	**700.000**	**135.128**	**324.025**	**21**	**1.440.036**	**–**	**3.276.135**	**2.135.336**	**5.411.471**
Redução de capital social	(21.362)	–		–	–	–	–	–	–	–	(21.362)	–	(21.362)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	3.125	–	–	–	–	–	(202.270)	–	(199.145)	(5.355)	(204.500)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	–	613.040	613.040	(8.549)	604.491
Destinações do lucro:													
Reserva legal	–	–	–	–	–	12.571	–	–	–	(12.571)	–	–	–
Dividendos propostos (R$ 29,68 por ação)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(471.678)	(471.678)	–	(471.678)
Juros sobre capital próprio (R$ 0,40 por ação)	–	–		–	–	–	–	–	–	(6.400)	(6.400)	–	(6.400)
Reserva para investimentos	–	–	–	–	–	–	122.391	–	–	(122.391)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**738.489**	**3.026**	**(83.092)**	**265**	**700.000**	**147.699**	**446.416**	**21**	**1.237.766**	**–**	**3.190.590**	**2.121.432**	**5.312.022**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Receita líquida de vendas (Nota 22)	**–**	**–**	**6.844.179**	**6.949.038**
Custo das vendas (Nota 23)	–	–	(5.680.766)	(5.769.949)
Lucro bruto	**–**	**–**	**1.163.413**	**1.179.089**
Outras receitas (despesas)				
Despesas com vendas (Nota 23)	–	–	(418.058)	(389.500)
Despesas administrativas (Nota 23)	(46.280)	(37.613)	(353.199)	(323.887)
Outras receitas (despesas), líquidas	62.003	65.571	(26.712)	(16.187)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	**15.723**	**27.958**	**365.444**	**449.515**
Receitas financeiras (Nota 24)	55.048	21.810	89.554	43.368
Despesas financeiras (Nota 24)	(64.899)	(84.834)	(521.861)	(824.407)
Resultado financeiro	**(9.851)**	**(63.024)**	**(432.307)**	**(781.039)**
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	607.168	436.436	666.078	583.089
Resultado antes dos impostos	**613.040**	**401.370**	**599.215**	**251.565**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 8)	–	(2.375)	5.276	139.992
Lucro líquido do exercício	**613.040**	**398.995**	**604.491**	**391.557**
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	–	–	(8.549)	(7.438)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	**613.040**	**398.995**	**613.040**	**398.995**
Lucro por ação (Nota 25)				
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico (em R$)			38,58	24,90
Lucro por ação ordinária e preferencial - diluído (em R$)			36,23	25,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Lucro líquido do exercício	**613.040**	**398.995**	**604.491**	**391.557**
Outros componentes do resultado abrangente	**(202.270)**	**715.919**	**(204.500)**	**745.793**
Itens que serão posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ajustes acumulados de conversão	(206.670)	715.532	(208.900)	745.406
Itens que não serão posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com benefícios a empregados (Nota 17)	4.400	387	4.400	387
Total do resultado abrangente do exercício	**410.770**	**1.114.914**	**399.991**	**1.137.350**
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	–	–	(13.904)	22.436
Resultado atribuído aos acionistas controladores	**410.770**	**1.114.914**	**413.895**	**1.114.914**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/25	Controladora 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	613.040	401.370	599.215	251.565
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	362	310	663.782	637.667
Variações cambiais e juros de empréstimos e financiamentos, líquidas	55.690	80.641	290.732	849.204
Resultado na baixa/venda de ativos imobilizados	1	582	129.401	27.210
Ajustes de provisões realizadas	–	–	1.860	36.802
Resultado de equivalência patrimonial	(607.168)	(436.436)	(666.078)	(583.089)
	61.925	**46.467**	**1.018.912**	**1.219.359**
Variações em:				
Diminuição/(aumento) de estoques	–	–	8.877	(108.741)
Diminuição/(aumento) de contas a receber e outras contas a receber	149.023	13.567	180.970	(233.108)
Diminuição/aumento do contas a pagar e outros fornecedores	(116.864)	15.906	(234.268)	105.283
Aumento/(diminuição) em outros impostos líquidos	154	(2.762)	(50.003)	(75.497)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**94.238**	**73.178**	**924.488**	**907.296**
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(35.694)	(24.856)
Dividendos recebidos	538.029	469.119	538.029	468.066
Juros sobre capital próprio recebidos	–	37.697	–	–
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	**632.267**	**579.994**	**1.426.823**	**1.350.506**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aumento/redução por créditos/débitos com controladas	3.606	(41.468)	–	–
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(120)	(2.427)	(615.298)	(788.512)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(62.977)	(96.001)	–	–
Integralização de capital em controladas	(4.246)	(1.628)	–	–
Aquisição de controladas líquido do caixa adquirido	–	–	–	(415.742)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(63.737)**	**(141.524)**	**(615.298)**	**(1.204.254)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento de principal de empréstimos	(38.771)	–	(789.527)	(868.148)
Arrendamento - pagamento	–	–	(18.417)	(11.914)
Emissão de debêntures conversíveis	–	–	–	300.000
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	(61.382)	(55.864)	(457.537)	(421.074)
Empréstimos e financiamentos tomados	–	101.980	803.879	1.273.714
Redução de capital	(21)	–	(21)	–
Dividendos pagos	(118.706)	(431.554)	(118.706)	(431.554)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(218.880)**	**(385.438)**	**(580.329)**	**(158.976)**
Variação cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	**–**	**–**	**108.956**	**39.577**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**349.650**	**53.032**	**340.152**	**26.853**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	271.419	218.387	706.781	679.928
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	621.069	271.419	1.046.933	706.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Évora S.A. ("Companhia") atua, através de suas empresas controladas e de seu empreendimento controlado em conjunto, na manufatura e comércio de nãotecidos para o mercado de descartáveis higiênicos, descartáveis médicos e aplicações industriais, latas de alumínio para bebidas e embalagens plásticas rígidas para aplicação em produtos de consumo nos segmentos de alimentos, bebidas, higiene pessoal, limpeza e beleza. O escopo geográfico do negócio de nãotecidos é global, assim como no negócio de embalagens rígidas; no negócio de latas de alumínio para bebidas é o Brasil. No âmbito nacional, mantém unidades produtivas em Gravataí e Venâncio Aires - RS; Cosmópolis, Jacareí, Jundiaí e Cabreúva - SP; Manaus - AM; Teresina - PI; Estância - SE; Rio Verde - GO; Uberaba - MG; e em Pinhais e Ponta Grossa - PR. No exterior, tem plantas em Pilar - Argentina; Lima - Peru; San Jose Iturbide - México; nos Estados Unidos da América em Washougal - WA; Green Bay - WI; Simpsonville - SC; High Point - NC e Terre Haute - IN, além de plantas em Nörrkoping - Suécia; Peine - Alemanha; Trezzano Rosa e Sulmona - Itália; Tianjin - China; Rayong - Tailândia e Pune - Índia. Ao todo, são 29 unidades industriais localizadas em 11 países, cobrindo 4 continentes e nacionalmente presentes em 8 estados, além de escritórios comerciais e centros de distribuição em Tóquio - Japão e em Jacarta - Indonésia. Ainda no negócio de nãotecidos, como parte de sua estratégia de inovação, conta com 5 centros de pesquisa e desenvolvimento em operação, nas plantas de Simpsonville, Terre Haute, Peine, Sulmona e Tianjin.

Os negócios de nãotecidos e embalagens plásticas são integralmente controlados pela Évora S.A. No negócio de latas de alumínio a Companhia participa de uma "*joint venture*" 50/50 com a americana Crown Holdings, Inc. desde 1995, player global e líder mundial nesse setor.

1.1 Negócio de nãotecidos

A controlada Fitesa Nãotecidos S.A. atua na produção e comercialização de nãotecidos de polipropileno tipo spunbond, spunmelt, cardado, laminados, perfurados, filmes, elásticos, airlaid e wipes cujas aplicações estão voltadas aos mercados de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc.).

Em janeiro de 2025 entrou em operação na sua unidade em Norrköping (Suécia), uma nova linha de produção de nãotecidos da tecnologia spunbond, equipado com capabilidade diferenciada para a conversão de matérias-primas de fontes renováveis e recicladas.

Os projetos de expansão em andamento são na unidade de Cosmópolis, SP (Brasil), com a instalação de uma nova máquina de nãotecidos spunmelt para atender os mercados de descartáveis higiênicos e médicos, e a expansão da unidade de Sulmona (Itália), que receberá uma nova linha produtiva da tecnologia cardado.

1.2 Negócio de latas de alumínio para bebidas

O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. atua na produção e comercialização de latas e tampas de alumínio para envasamento de bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes.

Está em andamento a instalação de nova linha de produção de latas na planta industrial de Ponta Grossa - PR.

1.3 Negócio de embalagens plásticas

A controlada America Indústria e Comércio de Embalagens S.A. com plantas em Venâncio Aires - RS, Pinhais - PR, Jundiaí - SP e Pilar - Argentina, atua na produção e comercialização de embalagens plásticas rígidas para segmentos de alimentos, bebidas (principalmente refrigerante e água mineral), tampas plásticas especiais destinadas aos mercados de higiene pessoal, beleza e limpeza, e na produção de cápsulas para café.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Évora S.A. e das suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas:

	País	Controle direto (%) 31/12/25	Controle direto (%) 31/12/24	Controle indireto (%) 31/12/25	Controle indireto (%) 31/12/24
Fitesa Nãotecidos S.A.	Brasil	99,99	99,99	–	–
Rio Novo Florestal Ltda.	Brasil	–	–	–	99,99
Fitesa Germany GmbH	Alemanha	11,00	11,00	89,00	89,00
Fitesa Sweden A.B.	Suécia	–	–	100,00	100,00
Fitesa Limited	Inglaterra	–	–	100,00	100,00
Fitesa Mexico Holdings Limited	Inglaterra	–	–	100,00	100,00
Fitesa US LLC	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Washougal Inc.	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Nonwovens Inc.	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Simpsonville Inc.	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Film Products LLC	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa High Point Inc.	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Indiana LLC	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Terre Haute Inc.	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Italy Srl.	Itália	–	–	100,00	100,00
Fitesa Sulmona Srl.	Itália	–	–	100,00	100,00
Fitesa China Holdings B.V.	Holanda	–	–	100,00	100,00
Fitesa Kerkrade B.V.	Holanda	–	–	100,00	100,00
Fitesa (China) Airlaid Company Limited	China	–	–	100,00	100,00
Fitesa (Tianjin) Non-Woven Company Limited	China	–	–	100,00	100,00
Fitesa Nonwovens Mexico SA de CV	México	–	–	100,00	100,00
Fitesa Peru S.A.C.	Peru	–	–	100,00	100,00
Fitesa Retsag Kft	Hungria	–	–	100,00	100,00
Fitesa CNC Co. Ltd	Tailândia	–	–	70,00	70,00
Fitesa CNC Japan Co Ltd	Japão	–	–	70,00	70,00
PT FCNC Trading Indonesia	Indonésia	–	–	70,00	–
Pantex Americas LLC	EUA	–	–	100,00	100,00
Fitesa Pune Private Company	Índia	–	–	100,00	100,00
America Indústria e Comércio de Embalagens S.A.	Brasil	100,00	100,00	–	–
America Tampas Argentina S.A.	Argentina	–	–	100,00	100,00
America Indústria e Comércio de Embalagens Ltda	Brasil	–	–	100,00	100,00

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras, são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Évora S.A.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e direitos de uso, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes, impostos diferidos ativos e passivos, incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, provisão para passivos tributários e trabalhistas, mensuração dos arrendamentos, provisão para benefícios a empregados, mensuração de instrumentos financeiros e intangíveis registrados por combinação de negócios.

e. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, nas categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração serão divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultados do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para as medidas de desempenho. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (Alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7);
- Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - Alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7.

4. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação e investimentos em controladas e em empreendimento controlado em conjunto

(i) Controladas e empreendimento controlado em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta aos/ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto deve existir um acordo contratual que permita à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimento controlado em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(v) Operações no exterior

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas no exterior são convertidas para a moeda funcional da controladora pela taxa de câmbio da data do fechamento, no caso das contas do balanço patrimonial (incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição), e pelas taxas médias mensais de câmbio, no caso das contas de resultado.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

(vi) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

b. Instrumentos financeiros

b.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

continua

évora holding company

ÉVORA S.A.
CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

fitesa CROWN EMBALAGENS america

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.
A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.
No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
(i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, conforme nota explicativa 20.
A Companhia e suas controladas classificam todos seus ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado.
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida ou instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).
Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*.
A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
(ii) Passivos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar, conforme nota explicativa 20.
Os passivos financeiros foram classificados e mensurados ao custo amortizado.
Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.
A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.
b.2. Instrumentos financeiros derivativos
Certas controladas da Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxas de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações contabilizadas no resultado.
b.3. Capital Social
Ações ordinárias e preferenciais
Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.
O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido, caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito ao dividendo na mesma proporção daqueles pagos às ações ordinárias.
Debêntures
As debêntures emitidas são conversíveis a preço fixo em uma quantidade fixa de ações ordinárias e preferenciais e a opção de liquidar ou convertê-las está sob controle da Companhia, portanto, atendem aos pré-requisitos das métricas contábeis para serem classificadas como instrumentos patrimoniais.
Os juros das debêntures são contabilizados em despesas financeiras na demonstração do resultado, sendo pagos pelos respectivos valores até a data de conversão.
c. Redução ao valor recuperável (impairment)
i. *Ativos financeiros não derivativos*
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.
Mensuração das perdas de crédito esperadas
A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perdas em um montante igual a perda de crédito esperada para todo o saldo em aberto em risco desses clientes. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais são determinadas com base em probabilidades ponderadas.
Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de *impairment*.
Um ativo financeiro possui "problemas de *impairment*" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.
Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de *impairment* inclui os seguintes dados observáveis:
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso a partir de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.
Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.
ii. Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base em fluxos de caixa futuros. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.
Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC).
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.
O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
O grupo realizou o teste de *impairment* do ágio para cada unidade geradora de caixa (UGC). A metodologia de cálculo adotada foi o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), considerando uma projeção de cinco anos, com data-base em 31/12/2025. Para as projeções, utilizamos como referência as margens históricas do Grupo.
Abaixo demonstramos as principais premissas das UGCs mais significativas:
• Receita: As projeções foram elaboradas com base na correção pelo índice de inflação de cada país, acrescida de um crescimento real fundamentado nas projeções do PIB de cada país, resultando em um CAGR médio de 3,5% na controlada Fitesa Nãotecidos S.A. e um CAGR médio de 11,4% na controlada America Ind. e Com. de Embalagens S.A.
• Custos e despesas: projeção de lucro bruto e margem EBITDA na Fitesa Nãotecidos S.A. foram estimadas em 14,5% e 16,3%, respectivamente, e na America Ind. e Com. de Embalagens S.A. em 26% e 24,5%, respectivamente.
Depreciação e CAPEX: foram proporcionalizadas as despesas de depreciação do grupo com base na representatividade da receita da Companhia, sendo o CAPEX estimado em conformidade com o princípio de reposição do imobilizado depreciado.
• Capital de Giro: foram consideradas as contas adquiridas na transação, incluindo Contas a Receber, Adiantamentos, Impostos a Recuperar, Despesas Antecipadas, Estoques, Fornecedores, Obrigações Trabalhistas e Obrigações Tributárias.
• Taxa de desconto: Foram estimadas em 9,07% a 12,86%
d. Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ao avaliar o valor recuperável dos seus ativos a Companhia e suas controladas incluíram os ativos em andamento, compostos substancialmente por ampliação das linhas de produção.
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar, incluindo os encargos financeiros para os empréstimos diretamente vinculados a projeto de construção ou a qualquer outro ativo qualificável.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos no resultado.
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e/ou suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.
A exaustão de florestamento e reflorestamento é apurada mensalmente na proporção do consumo.
Os métodos de depreciação, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 12) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.
e. Intangível
O ágio (*goodwill*) resultante na aquisição de controlada é apurado e incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.
O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
Nas demonstrações individuais da controladora, com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.
Outros ativos intangíveis adquiridos que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear e nas vidas úteis de seus itens, líquido de seus valores residuais estimados, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.
Os métodos de amortização, as vidas úteis (divulgadas na nota explicativa 13) e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.
f. Estoques
Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e transporte. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui custos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação.
g. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento
No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento, caso o mesmo transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
Arrendamentos
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, é alocada a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.
Um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.
A taxa incremental sobre empréstimos é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.
Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; valores que se espera que sejam pagos, de acordo com as garantias de valor residual; e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o arrendatário estimar exercer a opção de rescindir o arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, por alteração de avaliação de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão ou por existência de um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência e, dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.
Arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo
A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, reconhecendo os pagamentos dos mesmos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
i. Benefícios concedidos a empregados
Os planos de benefícios definidos a empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.
A Companhia e suas controladas reconhecem todos os resultados atuariais decorrentes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.
j. Receita operacional
A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:
A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:
• O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
• É provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens que serão transferidos ao cliente.
O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas.
k. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As variações no valor de ativos financeiros e os ganhos nos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos no resultado financeiro.
As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos e debêntures. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado e mensurados através do método de juros efetivos.
l. Subvenção governamental
Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia e suas controladas atendem aos requisitos para reconhecimento no resultado.
As doações e as subvenções recebidas pelas controladas antes da adoção inicial das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido e serão mantidas até a sua destinação.
m. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As controladas no exterior estão sujeitas às alíquotas de imposto de renda de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.
A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se na legislação vigente até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
n. Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído considerando a diluição pela conversão das debêntures e reversão da sua remuneração. As ações preferenciais e ordinárias não possuem distinção na participação dos lucros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Caixa e bancos	988	37	288.099	286.666
Aplicações financeiras	620.081	271.382	758.834	420.115
	621.069	271.419	1.046.933	706.781

No consolidado o montante em caixa e bancos contém os saldos em conta corrente bancária das controladas do exterior nas suas respectivas moedas funcionais, principalmente em Dólar norte-americano e Euro, convertidas para reais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas possuem liquidez imediata, com baixo risco de variação e, no Brasil, referem-se preponderantemente a aplicações locais em fundos de investimentos cujo rendimento decorre de uma taxa média próxima à variação integral dos Certificados dos Depósitos Interbancários - CDI e, no exterior, aplicação principalmente em Dólar norte-americano e Euro com taxa média de 2,74% ao ano.
A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros, risco cambial e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 20.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Clientes no Brasil	556.562	524.614
Clientes no exterior	1.161.185	1.318.884
	1.717.747	1.843.498
Provisão para perdas esperadas em contas a receber	(24.622)	(29.805)
	1.693.125	1.813.693

Movimentação da provisão para perdas esperadas:

	Consolidado				
	31/12/24	Adições	Reversões	Variação cambial	31/12/25
Provisão para risco de crédito	(29.805)	(21.539)	24.917	1.805	(24.622)
Total	(29.805)	(21.539)	24.917	1.805	(24.622)

A exposição a riscos do contas a receber está apresentada na nota explicativa 20.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Produtos acabados	318.764	311.032
Produtos em elaboração	23.832	38.758
Matérias-primas	379.963	414.943
Almoxarifados de manutenção	125.901	128.849
Outros	15.567	18.822
	864.027	912.404

Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.
Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para perdas nos estoques é de R$ 24.167 (R$ 25.690 em 31/12/2024).

8. Imposto de renda e contribuição social
Controladas no exterior
As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 30% no México e Argentina, 29,5% no Peru, 30,88% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos, 27,9% na Itália, 25% na China, 20,6% na Suécia, 19% na Inglaterra, 25,8% na Holanda, 20% na Tailândia, 22% na Indonésia, 23% no Japão, 9% na Hungria e 22% na Índia, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede.
Os lucros de controladas no exterior são consolidados e estão sujeitos às regras de tributação em bases universais aplicáveis no Brasil, equalizando as diferenças de alíquotas aplicadas nas diversas geografias onde as controladas estão localizadas. A Companhia entende que realiza a interpretação correta de tais legislações e não existe na data destas demonstrações financeiras nenhuma discussão fiscal em andamento.
(a) Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos
No consolidado, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte movimentação:

	Consolidado				
	31/12/24	Adições	Ajuste de conversão	Baixas	31/12/25
Ativo:					
Variação cambial	94.664	1.298	–	–	95.962
Outras diferenças temporárias	124.083	27.288	(8.022)	(26.109)	117.240
Prejuízo fiscal e base negativa	55.256	31.035	(4.264)	(15.907)	66.120
	274.003	59.621	(12.286)	(42.016)	279.322
Passivo:					
Variação cambial	(25.234)	(1.940)	1.902	559	(24.713)
Ativos identificados na aquisição de controladas	(131.942)	(13.502)	10.667	40.784	(93.993)
Depreciação	(24.415)	–	5.916	13.739	(4.760)
Outras diferenças temporárias	(10.289)	(33.545)	1.463	–	(42.371)
	(191.880)	(48.987)	19.948	55.082	(165.837)
Impostos diferidos líquidos	82.123				113.485
Ativo	203.609				207.777
Passivo	(121.486)				(94.292)
	82.123				113.485

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem e na geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, as quais estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.
(b) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos
Além dos ativos fiscais diferidos registrados conforme item (a) acima, determinadas controladas possuem em seus registros fiscais os montantes de R$ 250.839 (R$ 185.832 em 31/12/24) de base de prejuízos fiscais de imposto de renda e R$ 66.836 (R$ 77.559 em 31/12/24) de base negativa de contribuição social não registrados contabilmente e que potencialmente serão compensados com lucros tributários futuros e reconhecidos na medida em que forem atendidas as condições para tal reconhecimento, em conformidade com o CPC 32 e normas internacionais (IAS 12).
(c) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	613.040	401.370	599.215	251.565
Alíquotas fiscais aplicáveis	(208.434)	(136.466)	(214.423)	(95.005)
Equivalência patrimonial	206.437	148.388	226.467	198.250
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos contabilmente	817	(560)	1.089	1.167
Efeitos de alíquotas de impostos de controladas no exterior	–	–	(3.027)	2.875
Juros sobre capital próprio	2.176	–	–	–
Outras adições e exclusões, líquidas	(996)	(13.737)	(4.829)	32.706
	208.434	134.091	219.700	234.998
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	–	(2.375)	5.276	139.992
Corrente	–	–	(18.424)	(39.770)
Diferido	–	(2.375)	23.700	179.762
Alíquota efetiva do imposto	–	–	0,88%	55,65%

(d) Imposto mínimo complementar global - Pilar Dois
O Grupo determinou que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. O Grupo aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.
O Grupo está sujeito ao imposto global mínimo complementar sob a legislação tributária do Pilar Dois. O imposto complementar está relacionado às operações do Grupo em geografias onde atua, onde a taxa de imposto estatutária é de 9%, como na Hungria, e na Tailândia, onde a subsidiária FitesaCNC recebe apoio governamental como contrapartida de investimento que reduz sua taxa de imposto efetiva para menos de 15%. Em 2025 estas empresas não geraram imposto complementar.
Para o ano de 2026 o grupo não espera grandes impactos decorrentes da aplicação do Pilar Dois.

9. Partes relacionadas
A controladora da Companhia é a Terramar Investimentos S.A.
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorridas em abril de 2025 foi consignada uma remuneração global consolidada de até R$ 27.175 aos administradores da Évora e de suas controladas.
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas suas características.

	Controladora			
Empresas	Dividendos a receber	Créditos de longo prazo	Dividendos e juros sobre capital a pagar	Receitas
America Ind. e Com. Embalagens S.A.	–	3.910	–	4.124
America Tampas Argentina S.A.	–	988	–	1.080
Fitesa US LLC	–	1.076	–	1.391
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.	20.848	–	–	–
Fitesa Nãotecidos S.A.	–	50.767	–	51.243
Fitesa Sweden A.B.	–	7.881	–	6.819
Fitesa Nonwovens Mexico S.A. de CV	–	195	–	192
Terramar Investimentos S.A.	–	–	380.064	–
31/12/25	20.848	64.817	380.064	64.849
31/12/24	30.029	68.423	22.029	70.236

O saldo de dividendos a receber refere-se à distribuição de resultados declarados e ainda não pagos para a Companhia.
Os créditos de longo prazo referem-se a concessões de direitos de uso de marca e de operações de avais pela Companhia para as controladas, quando da captação de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro.
As operações que afetam a demonstração do resultado nas rubricas de receitas da Companhia referem-se a cobrança e pagamento de aval e contrato de uso de marcas pela controlada Fitesa Nãotecidos nas diversas geografias onde atua.
Os montantes das transações comerciais entre partes relacionadas são inexpressivos quando comparados aos totais transacionados pelas investidas com terceiros, motivo pelo qual não estão sendo apresentados.

	Consolidado			
Empresa	Dividendos a receber	Créditos de longo prazo	Dividendos a pagar	Receitas/ (despesas)
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.	20.848	–	–	–
Terramar Investimentos S.A.	–	74.029	380.064	72.011
31/12/25	20.848	74.029	380.064	72.011
31/12/24	30.029	–	22.029	–

No âmbito do consolidado, no ativo não circulante, o valor dos créditos com partes relacionadas refere-se à venda a prazo realizada em 2025 de um terreno da controlada indireta America Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. para a Controladora Terramar Investimentos S.A. e as despesas referem-se à apropriação de arrendamentos.

10. Impostos a recuperar
Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações da Companhia e suas controladas, e estão descritos conforme abaixo:

	Consolidado			
	31/12/25		31/12/24	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
PIS e COFINS	25.878	13.930	16.119	10.137
ICMS	27.307	30.892	23.811	12.983
IPI	24.139	809	22.533	809
VAT - Alemanha, China, Suécia, Tailândia e Índia	7.847	–	13.570	–
IVA - Itália, México, Holanda, Hungria e Argentina	5.365	–	18.389	–
IGV Peru	6.433	–	7.628	–
Outros	3.985	–	3.644	–
	100.954	45.631	105.694	23.929
IRPJ e CSLL	81.304	148.163	97.165	132.785
	182.258	193.794	202.859	156.714

Os saldos de PIS/COFINS e ICMS são, substancialmente, compostos por créditos tributários apurados nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, decorrentes dos recentes investimentos e ampliações das capacidades instaladas e também gerados nas operações decorrentes de exportação, que serão realizados no curso usual dos negócios.
O saldo de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é composto por créditos tributários reconhecidos e de retenções na fonte de imposto de renda sobre aplicações financeiras, os quais são atualizados pela taxa Selic e serão realizados no curso usual dos negócios ou através de pedidos de ressarcimento. Adicionalmente compõem o saldo de IRPJ e CSLL os valores pagos antecipadamente e que serão recuperados posteriormente e créditos de impostos pagos pelas controladas no exterior.

11. Investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto
Principais informações:

	Capital Social	Patrimônio Líquido	Ações ou cotas possuídas	Total do ativo	Total do passivo	Total das receitas líquidas	Resultado do exercício
(a) Controladas diretas							
Fitesa Nãotecidos S.A.	687.006	3.436.685	547.108	7.838.281	4.401.596	6.186.105	(37.235)
Fitesa Germany GmbH	266.446	190.971	1	362.863	171.892	413.514	2.292
America Ind. Com. de Embalagens S.A.	50.807	305.751	17.206	1.329.229	1.023.478	653.291	(23.961)
(b) Empreendimento controlado em conjunto							
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.	60.644	2.232.005	44.288	5.438.322	3.206.317	6.014.965	1.332.156

Os percentuais de participação nas controladas estão apresentados na nota explicativa 2 e no empreendimento controlado em conjunto a Companhia possui 50% de participação.
Movimentação dos investimentos em controladas e em empreendimento controlado em conjunto:
O saldo de outros componentes do resultado abrangente refere-se preponderantemente à atualização de investimentos em moeda estrangeira de controladas no exterior.

	Saldo em 31/12/24	Reorganização societária e redução de capital	Dividendos recebidos/a receber	Outros componentes do resultado abrangente	Resultado Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/25
(a) Controladas						
Fitesa Nãotecidos S.A.	1.896.524	76.695	–	(199.309)	(37.234)	1.736.676
Rio Novo Florestal Ltda.	–	(2.034)	–	–	2.034	–
America Ind. Com. de Embalagens S.A.	29.329	4.246	–	(3.863)	(23.961)	5.751
Fitesa Germany GmbH	20.100	–	–	654	252	21.006
	1.945.953	78.907	–	(202.518)	(58.909)	1.763.433
(b) Empreendimento controlado em conjunto						
Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A.	975.399	–	(528.848)	3.373	666.078	1.116.002
	2.921.352	78.907	(528.848)	(199.145)	607.169	2.879.435

12. Imobilizado
Composição dos saldos

	Consolidado				
	31/12/25			31/12/24	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de depreciação (%)
Terrenos	118.756	–	118.756	170.351	
Prédios	2.257.729	(939.520)	1.318.209	1.345.368	2,51%
Máquinas e equipamentos	9.123.867	(6.616.062)	2.507.805	2.416.395	10,91%
Instalações	368.573	(190.486)	178.087	110.648	10,62%
Móveis e utensílios	48.940	(42.461)	6.479	7.965	19,03%
Sistemas e equipamentos de computação	97.817	(75.047)	22.770	21.341	32,46%
Imobilizações em andamento	496.021	–	496.021	942.627	–
Outros	54.784	(49.590)	5.194	10.768	9,73%
Imobilizado	12.566.487	(7.913.166)	4.653.321	5.025.463	
Direitos de uso	154.972	(92.102)	62.870	53.579	–
Total	12.721.459	(8.005.268)	4.716.191	5.079.042	

As imobilizações em andamento referem-se preponderantemente a projetos de expansão das unidades fabris da controlada Fitesa Nãotecidos S.A. descritos na nota explicativa 1.1.
Os direitos de uso referem-se preponderantemente a arrendamentos de imóveis e terrenos.
Movimentação do Imobilizado

	Consolidado							
	Saldos iniciais	Aquisições	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	Depreciação e exaustão	Saldos finais
Terrenos	170.351	–	–	(45.331)	–	(6.264)	–	118.756
Prédios	1.345.368	–	305	(66.716)	197.665	(91.934)	(66.479)	1.318.209
Máquinas e equipamentos	2.416.395	–	49.853	(32.264)	700.657	(134.588)	(492.248)	2.507.805
Instalações	110.648	–	12.576	(12)	78.214	(1.145)	(22.194)	178.087
Móveis e utensílios	7.965	–	483	(134)	1.096	(216)	(2.715)	6.479
Sistemas e equipamentos de computação	21.341	–	3.048	(121)	9.593	(1.534)	(9.557)	22.770
Imobilizações em andamento	942.627	–	539.940	(9.373)	(988.289)	11.116	–	496.021
Outros	10.768	–	3.490	(6.066)	791	(68)	(3.721)	5.194
Imobilizado	5.025.463	–	609.695	(160.017)	(273)	(224.633)	(596.914)	4.653.321
Direitos de uso (*)	53.579	–	27.872	–	–	(2.967)	(15.614)	62.870
Em 2025	5.079.042	–	637.567	(160.017)	(273)	(227.600)	(612.528)	4.716.191
Em 2024	3.993.977	135.724	786.748	(26.871)	28	775.309	(585.873)	5.079.042

(*) As adições em direitos de uso não geram efeito caixa na demonstração do fluxo de caixa.
Provisão para redução do valor recuperável
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores de que os ativos imobilizados, incluindo imobilizações em andamento, pudessem estar acima do valor recuperável.

13. Intangível
Composição dos saldos

	Consolidado				
	31/12/25			31/12/24	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de amortização (%)
Software	158.336	(130.704)	27.632	39.734	33%
Licença de tecnologia	100.685	(55.794)	44.891	53.159	6%
Intangíveis identificados	26.446	(18.434)	8.012	9.286	20%
Carteira de clientes	363.879	(156.078)	207.801	241.618	7%
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	431.327	–	431.327	434.262	–
	1.080.673	(361.010)	719.663	778.059	

Movimentação do intangível

	Consolidado							
	Saldos iniciais	Aquisições	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de conversão	Amortização	Saldos finais
Software	39.734	–	5.594	(291)	455	(3.473)	(14.387)	27.632
Licença de tecnologia	53.159	–	–	–	–	(1.917)	(6.351)	44.891
Intangíveis identificados	9.286	–	9	(33)	(182)	(83)	(985)	8.012
Carteira de clientes	241.618	–	–	–	–	(4.286)	(29.531)	207.801
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	434.262	–	–	–	–	(2.935)	–	431.327
Em 2025	778.059	–	5.603	(324)	273	(12.694)	(51.254)	719.663
Em 2024	523.558	214.203	10.962	(338)	(28)	81.496	(51.794)	778.059

Os intangíveis correspondem aos ativos identificados e carteira de clientes, avaliados a valor justo na data de aquisição, decorrentes das aquisições de controladas, além das aquisições de licenças de uso de tecnologia e softwares. A amortização destes intangíveis está sendo registrada nas contas de amortização em prazos que variam de 3 a 20 anos.
O ágio (*goodwill*) decorrente da aquisição de controladas está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e resultou da determinação e alocação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, de acordo com a metodologia de fluxo de caixa descontado, na medida de sua colaboração na formação das receitas futuras das empresas adquiridas.
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não identificou indicadores de que os ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida pudessem estar acima do valor recuperável.

14. Empréstimos e financiamentos

		Controladora				
			31/12/25		31/12/24	
	Moeda	Taxa de Contrato	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em moeda nacional		DI + 1,65% a.a. a 11% a.a.	3.811	1.000	3.689	1.000
Em moeda estrangeira						
Capital de giro	EUR	4,34% a.a.	47.365	33.660	58.290	67.320
			51.176	34.660	61.979	68.320

		Consolidado				
			31/12/25		31/12/24	
	Moeda	Taxa de Contrato	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em moeda nacional						
Capital de giro		DI + 1,65% a.a.	22	1.000	12	1.000
Capital de giro		IPCA + 1,50% a.a. a 2,45% a.a.	2.677	4.287	2.692	6.715
Juros remuneratórios - debêntures		7,00% a.a. a 11% a.a.	28.083	–	27.972	–
			30.782	5.287	30.676	7.715
Em moeda estrangeira						
Capital de giro	USD	Sofr + 1,85% a.a. a 3,63% a.a.	21.657	41.268	94.923	69.663
Capital de giro	USD	2,52% a.a. a 5,66% a. a.	206.667	650.565	146.586	316.514
Capital de giro	EUR	Euribor + 0,657% a.a. a 1,85% a.a.	9.826	–	–	–
Capital de giro	EUR	0,17% a.a. a 5,77% a.a.	397.856	1.110.405	270.805	971.946
Capital de giro	ARS	2% a.a.	2.334	–	412	–
Ativo permanente	USD	Sofr + 1,10% a.a.a 2,47% a.a.	46.939	104.113	73.665	156.621
Ativo permanente	USD	2,81% a.a. a 4,96% a.a.	24.811	171.713	64.468	394.162
Ativo permanente	EUR	Euribor + 0,50% a.a. a 4,98% a.a.	78.689	367.552	82.843	249.477
Ativo permanente	EUR	1,96% a.a. a 4,96% a.a.	100.113	476.320	16.284	976.060
Ativo permanente	THB	MLR (THAI) + -2,07% a.a. a -1,92 a.a.	46.242	131.915	40.787	184.814
			935.134	3.053.851	790.773	3.319.257
			965.916	3.059.138	821.449	3.326.972

continua →

évora holding company

ÉVORA S.A.

CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

fitesa | CROWN EMBALAGENS | america

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

Os empréstimos e financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício de 2025:

							Controladora
	Saldo em 31/12/24	**Pagamentos de empréstimos**	**Pagamentos de juros**	**Variação cambial apropriada**	**Juros apropriados**	**Ajuste de conversão**	**Saldo em 31/12/25**
Empréstimos e financiamentos	130.299	(38.771)	(61.382)	(4.781)	60.471	–	85.836

								Consolidado
	Saldo em 31/12/24	**Captação**	**Pagamentos de empréstimos**	**Pagamentos de juros**	**Variação cambial apropriada**	**Juros apropriados**	**Ajuste de conversão**	**Saldo em 31/12/25**
Empréstimos e financiamentos	4.148.421	803.879	(789.527)	(457.537)	(100.966)	391.698	29.086	4.025.054

Os montantes a vencer a longo prazo têm o seguinte cronograma de desembolso:

		Consolidado
Ano	**31/12/25**	**31/12/24**
2026	–	822.407
2027	921.491	824.026
2028	803.152	714.942
2029	623.851	402.463
Após 2029	710.644	563.134
	3.059.138	3.326.972

Aos empréstimos e financiamentos foram concedidas as seguintes garantias:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Hipoteca de imóveis	144.337	189.393
Alienação fiduciária de bens	97.831	172.962
Aval	1.821.414	2.442.743
Notas promissórias	619.021	964.834

Os financiamentos de ativo permanente destinam-se, basicamente, à aquisição de diversas novas linhas de nãotecidos e outros equipamentos.
Cláusulas contratuais: *covenants*
Alguns contratos de financiamentos de controladas, cujos saldos totalizam em 31/12/25 R$ 3.260.381 possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento (dívida financeira líquida/Ebitda), cobertura do serviço da dívida (Ebitda/serviço da dívida) e cobertura de despesas financeiras (Ebitda/despesa financeira líquida) para o final do exercício. Em caso de descumprimento dos *covenants* não existe vencimento antecipado (eventos de *default*) e a penalidade será a restrição de pagamento de dividendos e/ou redução de capital.
Todos os *covenants* financeiros foram cumpridos em 31/12/25.

15. Provisões e depósitos judiciais

	Controladora		**Consolidado**	
Natureza	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Provisões para riscos				
Processos trabalhistas	–	–	3.679	4.681
Processos fiscais	64	108.821	64	109.942
Não circulante	64	108.821	3.743	114.623

a) Provisões para riscos
A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e outros assuntos.
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para passivos tributários e trabalhistas, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso.
Nos processos fiscais, o principal valor existente decorrente da provisão para IRPJ/CSLL, sobre juros indenizatórios associados à parcela do recebimento do acordo judicial pela Companhia, visando a não exigibilidade da tributação atualizado pela correção monetária no valor de R$ 108.756 em 31 de dezembro de 2024, foi liquidado em agosto de 2025 e o correspondente valor depositado judicialmente foi convertido em renda para a Receita Federal.
b) Perdas possíveis
Os processos fiscais referem-se a discussões administrativas sobre compensação de créditos de IRPJ/CSLL, multas por compensações não homologadas, assim como pedidos de ressarcimentos não homologados de PIS/COFINS e IPI, bem como sobre a incidência ou não de IRPJ/CSLL, totalizando R$ 14.962. Outros processos que totalizam R$ 4.949 são relativos a reclamatórias trabalhistas.
Em relação a tais casos, a Administração, considerando o estágio em que se encontram e a avaliação dos riscos como possíveis, efetuada por assessores jurídicos, não constituiu provisões para perdas.
c) Depósitos judiciais
Os principais depósitos judiciais referem-se a ação judicial visando a não exigibilidade da tributação sobre juros indenizatórios comentado no item (a) acima.

	Controladora		**Consolidado**	
Natureza	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Processos trabalhistas	–	–	2.033	2.242
Processos fiscais	107	108.863	10.857	115.876
Não circulante	107	108.863	12.890	118.118

16. Arrendamentos a pagar
Em 31 de dezembro de 2025, os saldos consolidados do passivo de arrendamento dos contratos de aluguel referente a terrenos, imóveis e outros são:

	Consolidado
Saldo em 31/12/24	**49.024**
Adições	27.872
Juros apropriados	5.359
Juros pagos	(5.359)
Pagamento de aluguel	(18.417)
Ajuste de conversão	(2.871)
Saldo em 31/12/25	**55.608**
Passivo Circulante	11.261
Passivo Não circulante	44.347

As taxas de descontos adotadas pela Companhia e suas controladas utilizadas para cálculo do ajuste a valor presente do passivo de arrendamento levam em conta as taxas aplicáveis aos países onde as controladas estão sediadas e variam de 1,1% a.a. até 13,93% a.a., dependendo do país onde os ativos estão localizados.
A Companhia e suas controladas não atuam como arrendadoras em nenhum contrato de aluguel.

17. Benefícios a empregados
A controlada Fitesa possui planos de benefício pós-emprego para empregados qualificados em suas investidas da Alemanha, Itália, México e Tailândia, cujas obrigações atuariais estão avaliadas a valor presente, conforme demonstrado abaixo:

			Consolidado
País	**Descrição dos planos**	**31/12/25**	**31/12/24**
Alemanha	Prêmio por tempo de serviço	724	750
Alemanha	Plano de aposentadoria	9.396	14.599
Itália	Prêmio por tempo de serviço	5.675	5.644
México	Plano de aposentadoria	1.423	1.073
México	Prêmio por tempo de serviço	579	510
México	Prêmio por demissão sem justa causa	5.247	4.319
Tailândia	Plano de aposentadoria	8.955	9.679
		31.999	36.574
	Circulante	1.984	2.471
	Não circulante	30.015	34.103

Os planos de aposentadoria existentes na Alemanha, México e na Tailândia enquadram-se no conceito de planos de benefício definido; o plano da Itália está fechado para novos membros, seguindo os funcionários ativos acumulando benefícios. A Fitesa não possui fundo independente constituído.
A avaliação atuarial dos planos de benefícios foi feita para 31 de dezembro de 2025, utilizando premissas apropriadas para a referida data e dados atualizados de beneficiários para cada um dos planos separadamente, sendo a Fitesa responsável integralmente pelos riscos atuariais.
As principais premissas utilizadas para os cálculos atuariais foram:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Taxa de desconto (média)	5,39%	5,03%
Inflação (média)	2,62%	2,43%
Atualização salarial (México)	5,00%	5,00%
Atualização salarial (Tailândia)	4,70%	4,70%
Aumento nos pagamentos de benefício (Alemanha)	2,00%	2,00%
Aumento nos benefícios (Itália)	2,00%	2,00%

Os movimentos nas obrigações referentes a benefício a empregados são os seguintes:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Saldo de abertura	36.574	29.608
Custo sobre os planos (exercício corrente)	2.707	3.334
Benefícios pagos	(2.597)	(2.065)
Perdas atuariais	(4.400)	(387)
Variação cambial em planos no exterior	(285)	6.084
Benefícios a empregados	**31.999**	**36.574**

18. Incentivos fiscais
Referem-se aos seguintes incentivos, os quais, para fins de apresentação, estão considerados no consolidado na receita líquida de vendas ou no custo no caso do ICMS, e na linha de imposto de renda, no caso do IRPJ, quando provenientes de controladas ou no resultado de equivalência patrimonial quando proveniente do empreendimento controlado em conjunto.
(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) contabilizado no mês de competência da apuração do imposto pelas controladas e pelo empreendimento controlado em conjunto e reconhecido pela controladora através do método da equivalência patrimonial, correspondem no consolidado em 31 de dezembro de 2025 a R$ 225.101 (R$ 205.269 em 31 de dezembro de 2024).
A controlada Fitesa Nãotecidos S.A. possui Termo de Acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção de Investimento (SDPI) do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Programa Fundopem/Integrar, que entrou em vigor em 01/07/2021, com duração de 90 meses e contempla redução do ICMS incremental mensalmente devido. Adicionalmente goza de crédito presumido de ICMS conforme RICMS/RS previsto no inciso CXXXV do art. 32, Livro I e de ICMS Outorgado conforme Decreto Estadual 69.292/2025 previsto no inciso II do art. 52 do anexo II do RICMS/SP. A controlada America Indústria e Comércio de Embalagens S.A., com sede no Rio Grande do Sul, goza de incentivo de ICMS, através da utilização de crédito fiscal presumido de ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 55.392 de 2020, atualizado em 2024 pelo Decreto Estadual nº 57.932. O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. goza, nas operações realizadas em sua unidade de Manaus, do incentivo de ICMS concedido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CODAM, representado por redução do percentual do imposto devido; possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, representado por redução do percentual do imposto devido na unidade de Estância-SE, tendo esse benefício vencimento em 2034; goza de incentivo fiscal de ICMS concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Piauí - FUNDIPI, representado pelo crédito presumido de ICMS em sua unidade de Teresina-PI, com vencimento em 2033; é beneficiária de incentivo fiscal de ICMS na planta de Rio Verde-GO, através do Programa Pró Goiás o qual conta com redução do percentual devido nas operações próprias realizadas, com vencimento em 2032. Na planta de Uberaba-MG, possui incentivo fiscal de ICMS concedido pela Secretaria de Estado de Minas Gerais, representado por diferimento de ICMS em suas operações produtivas. Apesar dos prazos de vigência citados serem os concedidos por cada Estado, a Lei Complementar nº 160/2017 estabelece que todos os incentivos cessarão em dezembro de 2032, exceto aqueles concedidos ao estabelecimento situado na Zona Franca de Manaus.
(a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): O empreendimento controlado em conjunto Crown Embalagens Metálicas da Amazônia S.A. possui, em sua unidade de Manaus-AM, redução da base de cálculo do Imposto de Importação e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, assim como a redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, tendo este benefício vencimento final em 2032, bem como possui redução da base de cálculo do Imposto de Renda concedida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tendo este benefício vencimento em 2026 na unidade de Teresina-PI e 2029 na unidade de Estância-SE. Estes incentivos têm a possibilidade de serem renovados a depender dos investimentos efetuados na planta após o último incentivo concedido.

19. Patrimônio líquido
a. Capital social
O capital social da Companhia é de R$ 738.489, reduzido pela baixa de investimento da controlada Rio Novo Florestal Ltda. e R$ 21 pagos para acionistas minoritários, totalizando o valor de R$ 21.362 em agosto de 2025 e está composto por 15.890.670 ações, sendo 5.742.390 ações ordinárias e 10.148.280 ações preferenciais, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal.
b. Reservas de capital
• Debêntures conversíveis da Companhia
Em 2018 e em 2022, respectivamente, foram aprovadas a 2ª e 3ª emissão de debêntures conversíveis em ações, que possuem as seguintes características e condições:
Data de vencimento: 12 de dezembro de 2028 (2ª emissão) e 13 de maio de 2032 (3ª emissão).
Valor da emissão: R$ 500.000 (2ª emissão) e R$ 200.000 (3ª emissão), totalizando 700.000 debêntures com valor unitário de R$ 1.
Conversibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias e preferenciais, respeitando-se a proporcionalidade das ações ordinárias e preferenciais da Emissora. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias e preferenciais da Emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior à data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão.
As debêntures da 2ª emissão serão conversíveis em 1.842.682 ações ordinárias e 3.184.306 ações preferenciais. As debêntures da 3ª emissão serão conversíveis em 382.580 ações ordinárias e 661.130 ações preferenciais.
Remuneração: as debêntures da 2ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 7% ao ano, devidos nos meses de junho e dezembro; as debêntures da 3ª emissão serão remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% ao ano, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro.
Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures.
Amortização facultativa: as debêntures poderão, a critério da Emissora e a qualquer tempo, ser objeto de amortização facultativa, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% (noventa e oito porcento) do saldo do valor nominal unitário das debêntures.
Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido e sua remuneração no passivo circulante.
• Debêntures conversíveis de Controladas
Em 2022 e 2023 foram aprovadas a 1ª e 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações da Fitesa Nãotecidos S.A. e, em 25 de março de 2024, aprovou-se a 1ª emissão de debêntures conversíveis da America Indústria e Comércio de Embalagens S.A., e possuem as seguintes características e condições:
(a) Vencimentos:

	Fitesa Nãotecidos				*America Ind. e Com. S.A.*
	Séries				**Série**
	Primeira	**Segunda**	**Única**		**Única**
1ª Emissão	09/03/2032	18/05/2032	–	1ª Emissão	25/03/2034
2ª Emissão	–	–	27/01/2033		

(b) Valores das emissões: Os valores das emissões das debêntures totalizam R$ 1.700.000 para Fitesa Nãotecidos S.A. e R$ 300.000 para America Ind. e Com. de Embalagens S.A., ambas com valor unitário de R$ 1.000.

	Fitesa Nãotecidos				America Ind. e Com. S.A.
	Séries				**Série**
	Primeira	**Segunda**	**Única**		**Única**
1ª Emissão	400.000	800.000	–	1ª Emissão	300.000
2ª Emissão	–	–	500.000		
	Total		1.700.000	Total	300.000

(c) Conversibilidade: as debêntures são conversíveis em ações ordinárias. A conversão ocorrerá a qualquer momento, a exclusivo critério da emissora, e/ou caso ocorra a declaração de vencimento antecipado. As ações terão as mesmas características e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais ações ordinárias da emissora, nos termos de seu estatuto social, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da emissora em data anterior a data da conversão, inclusive no que se refere aos dividendos que venham a ser aprovados e pagos a partir da data de conversão.
As debêntures da 1ª emissão e da 2ª emissão serão conversíveis em 417.749.611 ações ordinárias para a Fitesa Nãotecidos S.A. e 1ª emissão em 95.566.344 ações ordinárias para America Ind. e Com. de Embalagens S.A.
(d) Remuneração: as debêntures da 1ª e 2ª emissões são remuneradas por juros prefixados correspondentes a 11% e 13% ao ano, respectivamente, devidos nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano para Fitesa Nãotecidos S.A. e para a 1ª emissão da America Ind. e Com. de Embalagens S.A. serão remunerados a 10,80% ao ano nos mesmos períodos indicados.
(e) Resgate antecipado: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures.
(f) Amortização facultativa: a qualquer tempo a data de emissão, que deverá abranger, proporcionalmente, a totalidade das debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitado a 98% do saldo do valor nominal unitário das debêntures.
Considerando suas características e o critério de conversibilidade em ações aplicável a estas emissões, a Companhia reconheceu o montante principal das debêntures em conta específica no patrimônio líquido, como participação de não controladores, e sua remuneração no passivo circulante. Os juros definidos acima como a remuneração das debêntures, muito embora possuam prazos estabelecidos para pagamento, em caso de pagamento antecipado a qualquer tempo, serão devidos e convertidos pelos respectivos valores até a data do seu efetivo pagamento.
• Ágio na aquisição de ações de controladas
Considerado o valor excedente na aquisição de capital de empresa controlada.
c. Reservas de lucros
• Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
• Reserva de investimentos e capital de giro
Constituída conforme artigo 27, parágrafo primeiro do Estatuto Social, formada com base no saldo do lucro ajustado após deduzido os dividendos obrigatórios, não podendo exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.
d. Ajuste de avaliação patrimonial
i) Reserva de reavaliação
Constituída anteriormente a adoção inicial dos CPCs em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado das controladas com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes, realizada por depreciação ou baixa dos bens avaliados contra lucros acumulados.
ii) Outros resultados abrangentes
São considerados nesta rubrica os efeitos das variações cambiais sobre investimentos em controladas no exterior e as perdas/ganhos atuariais sobre benefícios pós-emprego.
e. Dividendos
Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

	31/12/25	**31/12/24**
Lucro líquido do exercício	613.040	398.995
Reserva Legal	(12.571)	(19.950)
Realização da reserva de reavaliação	–	54
Base de cálculo dos dividendos	600.469	379.099
Percentual de aplicação para dividendos	30%	30%
Dividendos mínimos obrigatórios	**180.141**	**113.730**
Dividendos complementares	297.937	39.541
Dividendos propostos	**478.078**	**153.271**
Dividendos	471.678	153.271
Juros sobre capital próprio propostos	6.400	–
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	29,96	9,57

Em reuniões do Conselho de Administração em 2025 foram aprovadas, e já ratificadas em Assembleia Geral dos Acionistas, a distribuição de R$ 471.678, a título de dividendos, por conta dos resultados do ano, sendo pagos no exercício R$ 96.678. Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração em dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$ 6.400 (R$ 5.440 líquido de IRRF), que serão pagos em janeiro de 2026.

20. Instrumentos financeiros
Derivativos
A Companhia, através de suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.
A controlada Fitesa Simpsonville Inc. possui *swap* de fluxo de caixa para os contratos de financiamento em dólar estadunidense com indexador vinculado à cesta de moedas (USD/LIBOR/1M/BBA) mais juros fixos de 1,8% a.a. para mesma moeda acrescida de juros fixos de 2,81% a.a.
A posição atual com relação a contratos de derivativos é conforme abaixo:

								Consolidado
								Valor reconhecido
Contratos de *Swap*		**Indexador**	**Valor de referência**		**No resultado**		**Valor a receber (pagar), líquido**	
			31/12/25	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Swap de taxa de juros	posição passiva	2,81%	130.224	154.406	4.629	4.529	13.119	22.004

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:
Risco de crédito
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco, sem concentração de recursos em uma ou em poucas instituições.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Caixa e equivalentes de caixa	1.046.933	706.781
Contas a receber de clientes	1.693.125	1.813.693
Total	2.740.058	2.520.474

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Nacional	543.620	512.466
Exterior	1.149.505	1.301.227
Total	1.693.125	1.813.693

A composição dos recebíveis por faixa de vencimento nas demonstrações financeiras era:

				Consolidado
	Contas a receber	**Provisão para perdas estimadas**	**Contas a receber**	**Provisão para perdas estimadas**
	31/12/25	**31/12/25**	**31/12/24**	**31/12/24**
A vencer	1.576.130	–	1.728.728	–
Vencidos de 1 a 30 dias	87.534	–	63.786	–
Vencidos entre 31 e 180 dias	36.369	(10.346)	24.859	(4.235)
Vencidos há mais de 180 dias	17.714	(14.276)	26.125	(25.570)
	1.717.747	(24.622)	1.843.498	(29.805)

Risco de liquidez
Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.
A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados até o vencimento final das obrigações:

						Consolidado
31 de dezembro de 2025	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 anos ou mais**
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	4.025.054	5.783.248	1.220.366	1.202.812	1.109.238	2.250.832
Fornecedores	617.541	617.541	617.541	–	–	–
Arrendamentos a pagar	55.608	47.836	15.355	6.689	4.323	21.469
Passivos financeiros derivativos						
Swap de taxas de moedas utilizados para *hedge*	(13.119)	(13.119)	(13.119)	–	–	–
Total	4.685.084	6.435.506	1.840.144	1.209.501	1.113.561	2.272.301

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos
Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pelas controladas da Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos dessas controladas e no resultado de equivalência da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e em parcela significativa de suas vendas há contratos com clientes que possuem cláusulas regulando repasses ao preço dos produtos decorrentes de oscilações nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção.
Risco de taxas de câmbio
Decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. Em razão de seu volume de exportações, a manutenção de investimentos em controladas no exterior e ainda em função de parcela significativa das vendas possuírem contratos com clientes com cláusulas contratuais regulando o repasse ao preço dos produtos decorrentes de oscilação nos preços das principais matérias-primas e insumos de produção e também regulando o repasse de oscilação das taxas de câmbio, a Companhia e suas controladas possuem proteção natural contra seus passivos em dólar e Euro, mantendo acompanhamento constante dos fluxos de entrada e saída em moeda estrangeira, de modo a evitar que haja exposição. Também para proteção destas oscilações, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.
Exposição à moeda estrangeira - sobre instrumentos financeiros
A exposição efetiva ao risco de moeda diferente daquela onde estão as operações e consequentemente a geração de caixa está abaixo apresentada, com base em valores nominais, expressos em moeda estrangeira:

		Consolidado
		31/12/25
	US$ (mil)	**Euro (mil)**
Contas a receber	11.931	–
Caixa e equivalentes de caixa	11.573	66
Empréstimos e financiamentos	(101.126)	(435.167)
Fornecedores	(3.701)	(6.964)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(81.323)	(442.065)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista na data das demonstrações contábeis	
	31/12/25	**31/12/24**
US$ (Dólar dos EUA)	5,50	6,19
Euro	6,47	6,44

Análise de sensibilidade - sobre instrumentos financeiros
As bases utilizadas para projeção dos efeitos sobre desvalorização cambial consideram apenas aqueles instrumentos efetivamente expostos a variação entre a moeda do instrumento e a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Uma variação razoavelmente possível do Real contra as moedas USD e Euro, em 31 de dezembro, teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Outras moedas estrangeiras são utilizadas em outros países onde empresas controladas operam e não se espera variações substanciais que possam afetar o patrimônio líquido e o resultado.

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	**Variação no Resultado do exercício**
USD (variação de -0,0436%)	195
Euro (variação de -0,0436%)	1.247

A controlada Fitesa Sweden possui empréstimos em Dólar e Euro que geram riscos de câmbio em relação à sua moeda funcional, que é a Coroa Sueca.
Risco de taxas de juros
Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.
Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

		Consolidado
	Valor Contábil	
	31/12/25	**31/12/24**
Instrumentos de taxa fixa		
Aplicações financeiras	125.943	135.000
Empréstimos e financiamentos	3.084.052	3.052.456
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	632.891	285.115
Empréstimos e financiamentos	941.002	1.095.965

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável
Uma alteração de 10 pontos percentuais na base das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras consolidadas, teria, antes dos correspondentes efeitos do imposto de renda, impactado e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Patrimônio líquido e resultado do exercício	
Análise de sensibilidade de fluxo de caixa	**31/12/25**	**31/12/24**
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	2.760	4.581
Alteração na taxa de juros sobre aplicações financeiras	8.775	3.071

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.
Valor justo
A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

				Consolidado
	31/12/25		**31/12/24**	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.046.933		706.781	
Contas a receber de clientes	1.693.125		1.813.693	
Ativos mensurados pelo valor justo				
Instrumentos financeiros derivativos (*Swap* de juros e de moeda)	13.119	13.119	22.004	22.004
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	4.025.054		4.148.421	
Fornecedores	617.542		723.010	
Arrendamentos	55.608		49.024	

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As taxas de juros, utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, estão baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras consolidadas.
O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos quando contratados pela Companhia e por suas controladas foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações sendo caracterizados como nível 2 na hierarquia de valor justo. Entretanto, uso de julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

21. Segmentos operacionais
a. Base para segmentação
A Companhia considera que possui como segmentos reportáveis os segmentos de Nãotecidos e de Embalagens Plásticas. O segmento de nãotecidos oferece um único produto cuja aplicação é utilizada nas indústrias de descartáveis higiênicos (principalmente fraldas descartáveis e absorventes femininos), descartáveis médicos (toucas e aventais cirúrgicos, máscaras e lenços de limpeza e desinfecção) e aplicações industriais (colchões, móveis, calçados, agricultura, embalagens, etc); o segmento de Embalagens Plásticas oferece produtos utilizados nas indústrias alimentícias, de bebida, de limpeza, e de higiene e beleza. O lucro antes dos impostos do segmento-outros referem-se à equivalência patrimonial de controladas em conjunto não consolidadas. Esses segmentos, independente da aplicação dos produtos, são administrados de forma individualizada, incluindo a gestão industrial.
b. Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis com os valores reportados nas demonstrações financeiras:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
(i) Receitas		
Receita de segmento nãotecidos	6.186.105	6.382.375
Receita de segmento embalagens plásticas	653.291	553.783
Receita de outros	4.783	12.880
Receita consolidada	**6.844.179**	**6.949.038**
(ii) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo antes dos impostos do segmento nãotecidos	**(43.050)**	**(221.158)**
Prejuízo antes dos impostos do segmento embalagens plásticas	**(31.719)**	**(83.054)**
Lucro antes dos impostos do segmento - outros	673.984	555.777
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	**599.215**	**251.565**
(iii) Ativos		
Ativos do segmento nãotecidos	7.838.281	8.520.455
Ativos do segmento embalagens plásticas	1.329.229	1.140.595
Ativos do segmento - outros	1.779.694	1.467.902
Total do ativo consolidado	**10.947.204**	**11.128.952**
(iv) Passivos		
Passivos do segmento nãotecidos	4.259.167	4.786.444
Passivos do segmento embalagens plásticas	1.023.478	811.266
Passivos do segmento - outros	352.537	119.772
Total do passivo consolidado	**5.635.182**	**5.717.482**

A administração da Companhia, para a sua tomada de decisões, efetua a gestão ativa das receitas com vendas através das análises de vendas por negócios de suas controladas, tendo a seguinte segregação:

	31/12/25				**31/12/24**			
Segmentos de negócios	**Nãotecidos**	**Embalagens plásticas**	**Outros**	**Consolidado**	**Nãotecidos**	**Embalagens plásticas**	**Outros**	**Consolidado**
América Latina	1.809.067	653.291	4.783	2.467.141	1.810.055	553.783	12.880	2.376.718
Estados Unidos	1.681.366	–	–	1.681.366	1.800.309	–	–	1.800.309
Europa e China	2.505.551	–	–	2.305.551	2.390.937	–	–	2.390.937
Sudeste Asiático	390.121	–	–	390.121	381.074	–	–	381.074
Total das receitas por segmentos	**6.186.105**	**653.291**	**4.783**	**6.844.179**	**6.382.375**	**553.783**	**12.880**	**6.949.038**

22. Receita de vendas
A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são as seguintes:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Receita bruta de vendas	7.308.992	7.410.893
Impostos sobre vendas	(431.953)	(420.324)
Abatimentos e devoluções	(32.860)	(41.531)
Receita líquida de vendas	6.844.179	6.949.038

23. Custos e despesas por natureza
Os custos dos produtos vendidos e as despesas com vendas e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são as seguintes:

		Consolidado
	31/12/25	**31/12/24**
Matérias-primas e materiais de consumo	3.537.160	3.723.500
Despesa com pessoal	1.123.766	1.033.092
Depreciação e amortização	663.782	637.667
Despesas de transporte	228.177	219.755
Despesas com energia	366.486	387.222
Outras despesas	532.652	482.100
Custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e despesas administrativas	6.452.023	6.483.336

As despesas da controladora não foram apresentadas por serem imateriais.

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/25	**31/12/24**	**31/12/25**	**31/12/24**
Aplicações financeiras	43.383	19.047	55.925	36.002
Outras receitas financeiras	6.884	2.763	14.469	7.367
Variação cambial líquida	4.781	(21.856)	19.160	(322.552)
Juros sobre financiamentos	(6.665)	(5.699)	(242.629)	(252.431)
Juros sobre debêntures conversíveis	(55.775)	(56.011)	(276.764)	(238.940)
Outras despesas financeiras	(2.459)	(1.268)	(2.468)	(10.485)
Resultado financeiro líquido	(9.851)	(63.024)	(432.307)	(781.039)

As variações cambiais líquidas são decorrentes principalmente de créditos com clientes no exterior e empréstimos e financiamentos captados nas diversas geografias de atuação das empresas e em moeda distinta da moeda funcional dessas geografias.

25. Lucro por ação
De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído.

		Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Lucro líquido do exercício	613.040	398.995
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais da Companhia	15.890.670	16.020.849
Lucro líquido do exercício ajustado para efeitos do lucro por ação para efeitos dilutivos	795.704	556.695
Média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais considerando efeitos dilutivos	22.026.266	22.091.547
Lucro básico por ação - em reais (R$)	38,58	24,90
Lucro diluído por ação - em reais (R$)	36,23	25,20

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas que se referem a debêntures conversíveis. Para estas debêntures é realizado um cálculo considerando a conversão em ações na data de fechamento. A quantidade de ações e categoria de ações a serem convertidas está divulgada na nota explicativa 19.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILLIAM LING - Presidente do Conselho de Administração
WILSON LING - Vice-Presidente do Conselho de Administração
GERALDO EBLING ENCK - Conselheiro
WALTER HERBERT DISSINGER - Conselheiro
DANIELA RATTIS MANIQUE - Conselheira
FAUSTO PENNA MOREIRA FILHO - Conselheiro
TATIANA CAMPOS KALMAN HIRSCHFELD - Conselheira

PRESIDENTE EMÉRITA

LYDIA WONG LING

DIRETORIA

SILVERIO LUIS AMÉRICO BARANZANO BRUTTI - Diretor Presidente
EDUARDO LUBISCO SOUZA - Diretor Financeiro
ANTHONY DE BARROS LING - Diretor

CONTADOR

EDISON PACHECO ALVES - CRC RS nº 48.426/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Évora S.A.
Porto Alegre - RS
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Évora S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Évora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**.**
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de
nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua →★

ÉVORA S.A.

CNPJ Nº 91.820.068/0001-72
NIRE: 43 3 0002859 3
Companhia de Capital Fechado

évora holding company

fitesa CROWN EMBALAGENS america

continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Redução ao valor recuperável de unidade geradora de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja as Notas 4.c.ii, 4.e e 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas, saldo significativo de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição de entidades controladas via combinação de negócios, cuja avaliação de valor recuperável envolve julgamentos críticos na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados na unidade geradora de caixa. As projeções de fluxos de caixa futuros incluem premissas e julgamentos significativos da Companhia, entre outros, relacionados à taxa de desconto, crescimento das vendas, custos e despesas operacionais no período de projeção e na perpetuidade e investimentos de capital.

Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, devido ao julgamento inerente ao processo de determinação de estimativas dos fluxos de caixa futuros que, se alteradas, poderão resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, e assim como o valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas significativas utilizadas pela Companhia e suas controladas, incluindo a taxa de desconto, o crescimento das vendas, custos e despesas operacionais no período de projeção e na perpetuidade, bem como investimentos de capital, comparando-as com informações de mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores.
- avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor recuperável das referidas unidades geradoras de caixa que contêm ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *(IFRS Accounting Standards)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

PUBLICIDADE LEGAL

Porto Alegre Airport

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41 - NIRE nº 4330006099-3

Ata de Reunião do Conselho de Administração de 28 de Janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada em 28 de janeiro de 2026, através de Resolução Circular, conforme definido no Estatuto da Companhia, §3º do Artigo 20. **2. Presença e Convocação:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Dr. Stefan Schulte, Holger Schaefers, Sebastian Quadt, Tamara Weyer e Esther Christine Nitsche; os membros da Diretoria Executiva, Andreea Pal, Edgar Nogueira e Leonardo Gonçalves Carnielle. A Assembleia foi instalada conforme disposto no Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** (i) Presidente da Mesa: Sr. Dr. Stefan Schulte; (ii) Secretário: Holger Schaefers. **4. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito do seguinte: (i) aprovação e recomendação para Assembleia Geral de Acionistas aprovar a destinação de 25% do resultado do exercício de 2025, respeitada a Reserva Legal, registrado no Balancete de 31 de dezembro de 2025 como "Dividendo Mínimo". **5. Deliberações:** Composta assim a mesa, aberta a sessão e legalmente declarada instalada a Reunião. O Conselho de Administração iniciou a deliberação da matéria indicada na Ordem do Dia, tendo sido aprovado, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: **Deliberação sobre a destinação de 25% do resultado do exercício de 2025 registrado como "Dividendo Mínimo":** Com base na proposta apresentada pela Diretoria Executiva, o Conselho de Administração aprova e recomenda para Assembleia Geral de Acionistas: Com base no Balancete de 31 de Dezembro de 2025, aprovar a distribuição do "Dividendo Mínimo", que representa 25% dos lucros apurados no exercício de 2025, respeitada a Reserva Legal, no valor de até R$ 16.342.187,79 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos) aos Acionistas, de acordo com o art. 202 da Lei das S.A. mediante pagamento até o final do ano exercício 2026, nos termos do Estatuto Social, dispensado de qualquer atualização monetária. O montante a ser pago, considerando o limite acima apontado, respeitará o valor indicado nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2025. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão para lavratura desta ata em forma de sumário. A presente ata foi lida, reconhecida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração devidamente representados. Mesa: **Dr. Stefan Schulte** - Presidente; **Holger Schaefers** - Secretário; Membros do Conselho de Administração: **Dr. Stefan Schulte** - p.p. Paula Juruena Eidt; **Holger Schaefers** - p.p. Ticiana Justino Peixoto, **Esther Christine Nitsche** - p.p. Ticiana Justino Peixoto, **Tamara Weyer -** p.p. Ticiana Justino Peixoto e **Sebastian Quadt** - p.p. Paula Juruena Eidt. Porto Alegre/RS, 28 de janeiro de 2026. **Mesa: Dr. Stefan Schulte -** Presidente; p.p. Paula Juruena Eidt; **Holger Schaefers -** Secretário; p.p. Ticiana Justino Peixoto. **Conselho de Administração: Dr. Stefan Schulte;** p.p. Paula Juruena Eidt; **Holger Schaefers;** p.p. Ticiana Justino Peixoto; **Tamara Weyer;** p.p. Ticiana Justino Peixoto; **Esther Christine Nitsche;** p.p. Ticiana Justino Peixoto; **Sebastian Quadt;** p.p. Paula Juruena Eidt. **Junta Comercial e Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul -** Certifico registro sob o nº 11623779 em 23/02/2026 da empresa FRAPORT BRASIL S.A. AEROPORTO DE PORTO ALEGRE, CNPJ 27059460000141 e Protocolo 260456411 - 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

Facta Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento - CNPJ nº 15.581.638/0001-30 - NIRE 43300054632. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de Dezembro de 2025. 1. Data, Hora e Local**: Na data de 18 (dezoito) de dezembro de 2025, às 14h horas, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Facta Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, nº 1409, Salas 701 e 702, bairro Centro, CEP 90.020-011; **2. Convocações e Presenças**: As formalidade de convocação foram dispensadas em razão da presença dos acionistas representantes de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme artigo 124, §4º da Lei das S.A. **3. Mesa Dirigente**: Presidente - Evaldo Francisco da Rosa; Secretário - Everton Francisco da Rosa; **4. Ordem do Dia**: **4.1**. Deliberar sobre a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte do saldo de Reserva de Lucros, com a emissão de novas ações ordinárias nominativas; e **4.2.** Deliberar sobre a alteração da redação do *caput* do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; **5. Deliberações**: **5.1.** Aprovada, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário e com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme art. 130, §§ 1º e 2° da Lei nº 6.404/76; **5.2.** Aprovado o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R$ 456.656.572,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais), para R$ 677.942.612,00 (seiscentos e setenta e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e doze reais), um aumento, portanto, de R$ 221.286.040,00 (duzentos e vinte e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil e quarenta reais), com a capitalização de parte da Reserva de Lucros, no valor de R$ 221.286.040,00 (duzentos e vinte e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil e quarenta reais), com a emissão de 221.286.040 (duzentas e vinte e uma milhões, duzentas e oitenta e seis mil e quarenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada uma, proporcionalmente à participação dos acionistas no capital social; **5.2.** Aprovada a alteração da redação do *caput* do Artigo 2º do Estatuto Social, para que passe a vigorar com a seguinte redação: "*Art. 2º - O capital social é de R$ 677.942.612,00 (seiscentos e setenta e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e doze reais), dividido em 677.942.612 (seiscentas e setenta e sete milhões, novecentas e quarenta e duas mil, seiscentas e doze) ações ordinárias, todas sem valor nominal.*"; **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em Livro próprio, arquivada na sede da Companhia. Porto Alegre, RS, 18 de dezembro de 2025. **Evaldo Francisco da Rosa** - Presidente da Mesa. **Everton Francisco da rosa** - Secretário da Mesa. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11517029 em 26/01/2026 da Empresa Facta Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, CNPJ 15581638000130 e protocolo 254836682 - 23/12/2025. Autenticação: FF8D119D0E5E03A98BFB5EF66F4BAC7991C3BCE. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

Porto Alegre Airport

Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Companhia")

CNPJ nº 27.059.460/0001-41 - NIRE nº 4330006099-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de Janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 29 de janeiro de 2026, às 14:30 horas no Aeroporto Internacional de Porto Alegre, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Severo Dullius nº 90010, Bairro: São João, CEP 90.200-310. **2. Presença e Convocação:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, ficando dispensada, assim, a convocação formal, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3. Composição da Mesa:** (i) Presidente da mesa: **Paula Juruena Eidt**; (ii) Secretária: **Ticiana Justino Peixoto**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) Destinação de 25% do resultado do exercício de 2025, respeitada a Reserva Legal, registrado no Balancete de 31 de dezembro de 2025 como "Dividendo Mínimo". **5. Deliberações:** Foram observadas todas as matérias da ordem do dia e aprovadas as deliberações, por unanimidade, nos termos que seguem, sendo autorizada a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, conforme o artigo 130, § 1º da Lei das S.A. **5.1 Deliberação sobre a destinação de 25% do resultado do exercício de 2025 registrado como "Dividendo Mínimo":** Com base no Balancete de 31 de Dezembro de 2025, foi aprovada, por unanimidade de votos, a distribuição do "Dividendo Mínimo", que representa 25% dos lucros apurados no exercício de 2025, respeitada a Reserva Legal, e ao pagamento destes dividendos no valor de até R$ 16.342.187,79 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos) aos Acionistas, nos termos do art. 202 da Lei das S.A., mediante pagamento até o final do ano exercício 2026, nos termos do Estatuto Social, dispensado de qualquer atualização monetária. O montante a ser pago, considerando o limite acima apontado, respeitará o valor indicado nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2025. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, deu por encerrada a sessão, solicitando a lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai assinada pela mesa e pelos acionistas presentes. Mesa: **Paula Juruena Eidt** - Presidente; **Ticiana Justino Peixoto -** Secretária; **Acionista: Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide -** p.p. Paula Juruena Eidt e Ticiana Justino Peixoto. Porto Alegre/RS, 29 de janeiro de 2026. Mesa: **Paula Juruena Eidt -** Presidente; **Ticiana Justino Peixoto -** Secretária. Acionista: **Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide -** p.p. Paula Juruena Eidt; p.p. Ticiana Justino Peixoto. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul -** Certifico registro sob o nº 11618916 em 19/02/2026 da empresa FRAPORT BRASIL S.A. AEROPORTO DE PORTO ALEGRE, CNPJ 27059460000141 e protocolo 260456705 - 30/01/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.